



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**MARCOS VINÍCIUS PEREIRA OLIVEIRA**

**NOVA ALGODÕES: ENTRE O VIVIDO E O PROJETADO:  
ARTICULAÇÃO POLÍTICA DOS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA  
BARRAGEM ALGODÕES I, EM COCAL, NO PIAUÍ**

**FORTALEZA**

**2018**

MARCOS VINÍCIUS PEREIRA OLIVEIRA

NOVA ALGODÕES: ENTRE O VIVIDO E O PROJETADO:  
ARTICULAÇÃO POLÍTICA DOS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM  
ALGODÕES I, EM COCAL, NO PIAUÍ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: Diversidades culturais, estudos de gênero e processos identitários.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lea Carvalho Rodrigues

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- P493n Pereira Oliveira, Marcos Vinícius.  
Nova Algodões: entre o vivido e o projetado : articulação política dos atingidos pelo rompimento da barragem Algodões I, em Cocal, no Piauí / Marcos Vinícius Pereira Oliveira. – 2018.  
174 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2018.  
Orientação: Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues.
1. Articulação política. 2. Avaba. 3. Nova Algodões. 4. Territórios de projeções simbólicas. I. Título.  
CDD 301
-

MARCOS VINÍCIUS PEREIRA OLIVEIRA

NOVA ALGODÕES: ENTRE O VIVIDO E O PROJETADO:  
ARTICULAÇÃO POLÍTICA DOS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM  
ALGODÕES I, EM COCAL, NO PIAUÍ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: Diversidades culturais, estudos de gênero e processos identitários.

Aprovado em: 23/03/2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lea Carvalho Rodrigues (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabelle Braz Peixoto da Silva  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Joubert Max Maranhão Piorsky Aires  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Regina Rodrigues da Silva  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielle Maia Cruz (Suplente)  
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Dedico esta tese à minha avó, Izabel Guimarães Oliveira (*in memoriam*). A mais bela lembrança de minha experiência humana. A ela minha gratidão pelos valores ensinados e pelo apoio nos momentos difíceis.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos atingidos pelo rompimento da barragem Algodões I, por aceitarem participar desta pesquisa. Este trabalho só foi possível devido à aceitação e à generosidade de vocês, pois me permitiram adentrar suas vidas, além de compartilhar um pouco de suas experiências. No processo de construção da tese, este pesquisador esteve muitas vezes à deriva, e vocês possibilitaram o meu encontro e segurança.

A Deus, por ter-me guiado, com força e sabedoria, em todos os momentos desta experiência intelectual.

À minha orientadora, professora doutora Lea Carvalho Rodrigues, pelo respeito e compreensão nos momentos de dificuldade, além das importantes contribuições para a construção desta tese.

Aos/Às professores/as do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, pelas contribuições e pelo conhecimento compartilhado.

Aos/Às professores/as que participaram da minha qualificação e defesa, em especial aos professores doutores Antônio Jeovah de Andrade Meireles (UFC) e Isabelle Braz Peixoto da Silva (UFC), pelas importantes sugestões e críticas a este trabalho; além dos professores doutores Joubert Max Maranhão Piorsky Aires (UECE), Vera Regina Rodrigues da Silva (UNILAB) e Danielle Maia Cruz (UNIFOR), por terem aceitado o convite de participação na banca e as contribuições para esta tese.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa.

À minha esposa, Polyanna Milany, pelo incentivo, cuidado e apoio em todas as ocasiões. Você também compartilhou comigo as agruras desse processo, com muito afeto e amor, além de ajudar efetivamente na construção do trabalho, acompanhando-me na pesquisa de campo e nas revisões textuais. Eu te amo muito!

A toda a família de minha esposa, em especial aos seus pais, D. Wilma e Seu Haroldo, pelo incentivo.

Aos meus pais, Guimarães e Maria de Fátima, e aos meus irmãos, Samara e Jônatas, a base que me permite seguir e enfrentar todas as dificuldades. Aos meus avós, avô Pedro e avó Izabel (*in memoriam*), avó Francisca e avô Damiana (*in memoriam*). A toda a extensão de minha família, aos tios, tias e primos, em especial ao meu primo-irmão Herlandes. Amo todos vocês!

Aos amigos construídos em Cocal, Platini e toda a extensão de sua família, em especial aos seus pais, D. Rosário e seu Wladimir, por sempre me acolherem com muita generosidade e carinho. Um laço de amizade que espero manter e cultivar na minha vida. Vocês são pessoas especiais para mim.

Aos amigos construídos na Igreja Nossa Senhora dos Remédios, em Fortaleza, do Jucri e do Unidos em Cristo. Muito obrigado pela amizade de vocês!

À psicóloga Luciana Maia, pela contribuição no enfrentamento de meus medos e pelo controle da ansiedade que me permitiu um maior planejamento e organização. Obrigado!

Aos meus amigos Mariano, Francivaldo e Fabrício, pelas conversas e pela presença nos momentos de dificuldade e descontração. Aos amigos do Curso de História da UESPI e de Ciências Sociais da UFPI, em especial a Ariane e Layane, amigas especiais e companheiras de profissão.

Não poderia me esquecer de minha amiga Rosemary Negreiros de Araújo, conterrânea que dividiu comigo as angústias do doutorado. Obrigado pela amizade e pelo compartilhamento de informações e ideias de nossas pesquisas. Agradeço também aos companheiros de doutorado pela convivência e pelos aprendizados compartilhados em sala de aula.

Por fim, a todos/as que, de alguma maneira, contribuíram para a construção desta tese.

Em outras águas.  
As chamadas entreáguas.  
Onde a dor liquefaz o  
homem e o derrama em  
lágrima sobre a própria  
face.

Onde a identidade se perde.  
Se dobra sobre si mesma  
em silêncio e lesma.  
Se fecha se abrindo.  
Sem nome certo nem  
sobrenome de arcaicos reis.

Em águas vindas de  
inesperadas vindimas da  
constatação o homem se vê  
no espelho das águas e vê  
mais que o espelho pode  
ver.

Entre estilhaços,  
fragmentos, momentos,  
certeza, incerteza, aqui o  
homem se reconhece e  
humilde entrega as roupas,  
corpo e alma: se me  
abandonais, deuses; deixai-  
me vossos sonhos.

(Lindolf Bell, 1984)

## RESUMO

Esta tese analisa a articulação política dos atingidos pelo rompimento da barragem Algodões I, em Cocal, no Piauí, além dos sentidos construídos em torno do processo de construção de uma nova barragem na região, considerando as tensões existentes no território e as novas configurações espaciais em curso. O conflito, pensado na perspectiva dos conflitos socioambientais, configura uma questão central de análise. Tomo como base a perspectiva metodológica da Ecologia Política, conforme Little (2006), porquanto é possível a utilização da etnografia nesse campo de pesquisa. Trata-se da etnografia de um processo, que resulta da relação dialógica entre pesquisador e pesquisados. Busquei, assim, apreender, através das falas dos atingidos, possíveis usos e sentidos atribuídos ao empreendimento da nova barragem; analisar, comparativamente, as narrativas dos atingidos e as narrativas dos gestores envolvidos na obra; identificar, no processo, o grau de participação das famílias afetadas na discussão sobre o novo empreendimento; e verificar a relação política estabelecida entre os atingidos e as instituições representativas na busca pelo reconhecimento de direitos. O rompimento da barragem Algodões I, evento amplamente divulgado pela imprensa piauiense como Tragédia de Algodões, ocorreu em 27 de maio de 2009, ocasionando a morte de dez pessoas, perdas materiais e imateriais, além do deslocamento de várias famílias entre os municípios de Cocal e Buriti dos Lopes, ambos no Piauí. O rompimento em 2009 implicou a desestruturação dos modos de vida locais; entretanto, tal processo de desterritorialização também provocou o estabelecimento de uma coletividade organizada que se observa na participação e engajamento político das famílias atingidas. Em torno da Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas da Barragem Algodões (AVABA), os atingidos se uniram a partir de interesses comuns, sobretudo na busca por indenizações frente ao estado do Piauí, e nos direcionamentos relativos à construção da Nova Algodões. Observa-se nesse contexto a ampliação da articulação política das “vítimas” através de redes de solidariedade e cooperação na busca pelo reconhecimento de direitos. Hoje, as perspectivas em torno da construção da Nova Algodões têm intensificado as transformações no Território Algodões I. Diante das incertezas, os atingidos constroem imagens nas quais visualizam o futuro a partir de sonhos e projetos. Trata-se da construção dos territórios de projeções simbólicas, conceito operacional e importante instrumento para o entendimento da dinâmica territorial que se processa na região. São desenhos mentais construídos no contexto das transformações constantes e da incógnita territorial futura. Territórios projetados para o futuro, mas que tem suas bases na experiência vivida. O entendimento desse conceito tem como base a noção de “viagem da

volta” de Oliveira (2016) e a questão sobre o simbolismo das águas, presente na noção de sonhos e devaneios de Bachelard (1997). Assim, é a partir da construção desses territórios de projeções simbólicas que os atingidos alimentam o ânimo e (re)constroem suas vidas.

**Palavras-chave:** Articulação política. AVABA. Nova Algodões. Territórios de projeções simbólicas.

## ABSTRACT

This thesis analyzes the political articulation of those affected by the rupture of the Algodões I dam in Cocal, in Piauí, also to the senses built around the construction process of a new dam in the region, considering the existing tensions in the territory and the new configurations in course. The conflict, considered in the perspective of socio-environmental conflicts, constitutes a central question of analysis. The conflict, considered in the perspective of socio-environmental conflicts, constitutes a central question of analysis. I take as a basis the methodological perspective of Political Ecology, according to Little (2006), so it is possible the use of ethnography in this field of research. It is the ethnography of a process, which results from the dialogical relationship between researcher and researched. I sought, therefore, to apprehend through the speeches of those affected, possible uses and meanings attributed to the enterprises of the new dam; to analyze comparatively the narratives of those affected, with the narratives of the managers involved in the work; identify in the process the degree of participation of affected families in the discussion about the new enterprise; and verify the political relationship established among those affected, with representative institutions, in the search for recognition of rights. The rupture of the Algodões I dam, an event widely publicized by the Piauí press as "Tragédia de Algodões", occurred on May 27, 2009, causing the death of ten people, material and immaterial losses, as well as the displacement of several families among the municipalities of Cocal and Buriti do Lopes, both in Piauí. The disruption in 2009 implied the destructuring of local way of life, however, this process of deterritorialization also provoked the establishment of an organized collectivity that is observed in the participation and political engagement of the affected families. Around the Association of Victims and Friends of the Victims of the Algodões Dam – AVABA, those affected are united by common interests, especially in the search for indemnities against the state of Piauí, and in the directions related to the construction of the "Nova Algodões". In this context, the political articulation of the "victims" through networks of solidarity and cooperation, in the search for the recognition of rights, is observed. Today, the prospects surrounding the construction of "Nova Algodões" have intensified the transformations in "Territorio Algodões I". In the face of uncertainties, those who are affected construct images, in which they visualize the future, based on dreams and projects. It is the construction of the "territories of symbolic projections", an operational concept and an important instrument for understanding the territorial dynamics in the region. They are mental drawings constructed in the context of the constant transformations and the future territorial incognito. Territories

designed for the future, but that have their bases in the lived experience. The understanding of this concept is based on Oliveira's notion of "voyage of return" (2016), and the question about the symbolism of waters, present in the notion of dreams and reveries of Bachelard (1997). Thus, it is from the construction of these territories of symbolic projections that those affected feed the mood and (re) build their lives.

**Keywords:** Political articulation. AVABA. Nova Algodões. Territories of symbolic projections.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	– Barragem Algodões I, após seu rompimento em 2009 .....	20
Fotografia 2	– Chuveiro da comporta de vazão que servia também como área de lazer no Povoado Algodões .....	49
Fotografia 3	– “Olho d’água dos Algodões” .....	50
Fotografia 4	– Área de roça no morro em Recanto .....	54
Fotografia 5	– Destaque do solo com a presença de muitas pedras em área de roça no morro em Recanto .....	55
Fotografia 6	– Casas no Assentamento Jacaré .....	69
Fotografia 7	– Casa no Assentamento Massalina, após a retirada da cobertura, portas e janelas .....	70
Fotografia 8	– Pequenas casas no Assentamento Boíba, Agrovila I .....	71
Fotografia 9	– Modificação comum na estrutura das casas no Assentamento Jacaré .....	79
Fotografia 10	– Pequeno cultivo de hortaliças na pequena área de quintal de uma casa no Assentamento Jacaré .....	79
Fotografia 11	– Igreja Católica em construção no Assentamento Jacaré .....	80
Fotografia 12	– Ginásio poliesportivo construído ao lado do Assentamento Boíba, Agrovila I .....	81
Fotografia 13	– Grande área de roça em terra arrendada no Assentamento Jacaré, em janeiro de 2012 .....	82
Fotografia 14	– Roça de mandioca em mesma área de roça coletiva, em julho de 2014 .....	82
Fotografia 15	– Roça de mandioca, em consórcio com o milho, em julho de 2017 ...	84
Fotografia 16	– Produção de tomates de Antônio, em seu terreno ao lado do assentamento .....	85
Fotografia 17	– Um dos tanques onde Antônio pratica a criação de Tilápias .....	86
Fotografia 18	– Produção de hortaliças de Antônio.....	87
Fotografia 19	– Roça de “feijão de moita” .....	88
Fotografia 20	– Roça de macaxeira, no terreno de Seu Francisco Mariano .....	88
Fotografia 21	– Assembleia festiva da AVABA em fevereiro de 2012, realizada no ginásio poliesportivo da cidade de Cocal .....	100

Fotografia 22	– Manifestação dos atingidos em frente ao fórum municipal, na cidade de Cocal .....	101
Fotografia 23	– Ato na cidade de Teresina, em frente ao Palácio de Karnak, sede do governo do estado do Piauí .....	102
Fotografia 24	– Movimentação dos atingidos, na área de entrada para o plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí .....	102
Fotografia 25	– Coordenação do MONADES em audiência com a Secretaria-Geral da Presidência da República .....	105
Fotografia 26	– Participação de Ayrton, representante da AVABA, à esquerda, junto ao MONADES na Marcha dos Povos .....	106
Fotografia 27	– Movimentação dos associados na chegada a Teresina, em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí .....	114
Fotografia 28	– Atingidos, na entrada para o plenário da Assembleia Legislativa do Estado, enquanto são vistoriados por policiais .....	114
Fotografia 29	– Vítimas, com faixa de protesto em destaque no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí .....	115
Fotografia 30	– Atingidos, dispostos na arquibancada superior do plenário da Assembleia Legislativa do Estado, enquanto aguardam o início da sessão .....	116
Fotografia 31	– Momento da execução do hino do estado do Piauí .....	117
Fotografia 32	– Atingido, concedendo entrevista para uma emissora de TV de Teresina .....	119
Fotografia 33	– Chegada dos atingidos à sede da Obra Kolping do Piauí, em Teresina, para almoço .....	120
Fotografia 34	– Momento de almoço na sede da Obra Kolping, em Teresina, após participação em sessão solene na Assembleia Legislativa do Piauí .....	120
Fotografia 35	– Entrada para o Ginásio Poliesportivo Governador Mão Santa, em Cocal no Piauí .....	127
Fotografia 36	– Primeira audiência pública realizada no Ginásio Poliesportivo em Cocal para discutir a construção da nova barragem Algodões .....	129
Fotografia 37	– Segunda audiência pública realizada no Ginásio Poliesportivo em Cocal, referente à construção da nova barragem Algodões ....	130

Fotografia 38	–	Roça de milho plantada em consórcio com feijão no Povoado Boíba .....	135
Fotografia 39	–	Roça de mandioca no Povoado Angico Branco .....	135
Fotografia 40	–	Ponto onde o Rio Piranji retoma seu percurso normal e ainda acumula água .....	136
Fotografia 41	–	Aprovisionamento familiar da produção de “feijão de moita” de Teófilo .....	137
Fotografia 42	–	Teófilo em sua roça de milho .....	137
Fotografia 43	–	Área de roça de Seu Cesár, em Angico Branco .....	140
Fotografia 44	–	Criação de “videntes” “à solta”, no Povoado Cruzinha .....	141

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1	–	Localização do estado do Piauí, destacando o município de Cocal .....	21
Mapa 2	–	Localização do Território Algodões I, com a disposição dos povoados e assentamentos delimitados na pesquisa .....	23
Mapa 3	–	Localização do município de Cocal (PI) .....	32
Mapa 4	–	Elevação do município de Cocal, destacando o Vale do Piranji .....	44
Mapa 5	–	Representação das atividades desenvolvidas no Vale do Piranji .....	62
Mapa 6	–	Mapa etnográfico do Território Algodões I pós-rompimento .....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEPI	Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
APA	Área de Proteção Ambiental
ASA BRASIL	Articulação no Semiárido Brasileiro
AVABA	Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas da Barragem Algodões
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMDEPI	Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DEM	Democratas
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental
EMGERPI	Empresa de Gestão de Recursos do Piauí
GPS	Global Positioning Systems
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEPI	Instituto de Desenvolvimento do Piauí
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEC	Instituto Nordeste Cidadania
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDS	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MONADES	Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais
MPF	Ministério Público Federal
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SASC	Secretaria de Assistência Social e Cidadania

SEMAR	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SNAS	Secretaria Nacional de Articulação Social
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STRC	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cocal
TJ-PI	Tribunal de Justiça do Piauí
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>1.1</b>	<b>Tragédia de Algodões: o rompimento da barragem Algodões I, em Cocal (PI)</b> .....	19
<b>1.2</b>	<b>Novos agenciamentos: a luta pelas indenizações e o processo de construção de uma nova barragem no território</b> .....	26
<b>1.3</b>	<b>Retorno ao campo de pesquisa</b> .....	30
<b>2</b>	<b>TERRITÓRIO ALGODÕES I: POVOS E TERRITÓRIOS</b> .....	39
<b>2.1</b>	<b>Povoamentos do território: pelos caminhos das águas, o Vale do Piranji ..</b>	39
<b>2.2</b>	<b>O Vale do Piranji: povoados do Território Algodões I</b> .....	43
<b>2.3</b>	<b>Povoado Algodões e Franco: o destaque da horticultura irrigada e o lazer dos balneários no Vale</b> .....	46
<b>2.4</b>	<b>Povoado Recanto: “os calafates do Piranji”</b> .....	50
<b>2.5</b>	<b>Povoados Figueira, Gameleira e Cruzinha: o desenvolvimento da pecuária</b> .....	56
<b>2.6</b>	<b>Dom Bosco, Boíba, Angico Branco e Tabuleiros: a diversificação das atividades, o Vale como lugar de oportunidades e reciprocidades</b> .....	59
<b>3</b>	<b>“CRISE ECOLÓGICA” E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS</b> .....	63
<b>3.1</b>	<b>Uma nova configuração do território: rupturas e desestruturação como implicações de um ideário moderno</b> .....	63
<b>3.2</b>	<b>A lógica dos assentamentos: um olhar sobre o processo</b> .....	68
<b>3.3</b>	<b>Reconstrução e retomada nos assentamentos: “percepção e experiência”</b> .....	77
<b>3.4</b>	<b>Experiências individuais e coletivas</b> .....	78
<b>3.5</b>	<b>Territórios em construção, fronteiras e conflitos</b> .....	90
<b>4</b>	<b>AVABA: ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS VÍTIMAS DE ALGODÕES</b> .....	93
<b>4.1</b>	<b>Gênese da associação</b> .....	93
<b>4.2</b>	<b>Estrutura organizacional da associação</b> .....	99
<b>4.3</b>	<b>Ampliação da organização política e articulação em redes</b> .....	103
<b>4.4</b>	<b>Narrativas e experiências na dinâmica de ação política</b> .....	109

<b>4.5</b>	<b>De Cocal a Teresina: mobilização política e visibilidade em sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí .....</b>	<b>112</b>
<b>4.6</b>	<b>A teia de relações estabelecidas na configuração do conflito .....</b>	<b>121</b>
<b>4.7</b>	<b>A construção da Nova Algodões e o embate frente ao Estado .....</b>	<b>124</b>
<b>4.7.1</b>	<b><i>Audiências públicas e participação do atingidos .....</i></b>	<b>127</b>
<b>5</b>	<b>TERRITÓRIOS DE PROJEÇÕES SIMBÓLICAS: (RE)CONSTRUÇÃO E EXPERIÊNCIAS SUBJETIVAS .....</b>	<b>134</b>
<b>5.1</b>	<b>Ambiente modificado e dinâmica entre povoados e assentamentos no contexto recente .....</b>	<b>134</b>
<b>5.2</b>	<b>Experiência de campo e construção de um conceito .....</b>	<b>143</b>
<b>5.3</b>	<b>Dinâmica territorial futura: entre o lugar de morada e o lugar de trabalho .....</b>	<b>146</b>
<b>5.4</b>	<b>Territórios de projeções simbólicas: construção de imagens a partir de sonhos e devaneios .....</b>	<b>149</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>160</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>164</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta da presente tese é fruto dos desdobramentos de pesquisa realizada na região dos povoados atingidos pelo rompimento da barragem Algodões I, ainda no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Na ocasião, apresentei uma dissertação de mestrado em 2013, na qual analisei a construção da memória e territorialidade das populações rurais atingidas pela Tragédia de Algodões – como ficou conhecido e divulgado amplamente pela imprensa piauiense o rompimento da barragem Algodões I, em Cocal, no Piauí. Na dissertação, considerei os processos de desterritorialização e reterritorialização pelos quais estas pessoas passaram; da construção da barragem ao seu colapso em 2009. Tal fato foi considerado um “drama social”, o que foi enfatizado no supracitado trabalho acadêmico, nas narrativas sobre a tragédia e nos seus desdobramentos (OLIVEIRA, 2013).

Na pesquisa em curso, a partir dos desdobramentos anteriores, analiso a articulação política dos atingidos e os sentidos construídos em torno do processo de construção de uma nova barragem na região, considerando as tensões existentes no território e as novas configurações espaciais em curso. A construção de uma nova barragem implica tensões, riscos, conflitos e incertezas para as famílias afetadas pelo rompimento da barragem em Cocal. Entretanto, antes de expor o problema de pesquisa que orienta o referido estudo, bem como a metodologia e estrutura da tese, faz-se necessária uma breve contextualização sobre os acontecimentos para a compreensão dos agenciamentos recentes que envolvem a construção de uma nova barragem.

### 1.1 Tragédia de Algodões: o rompimento da barragem Algodões I, em Cocal (PI)

O rompimento da barragem Algodões I, evento amplamente conhecido e divulgado pela imprensa piauiense como Tragédia de Algodões, ocorreu em 27 de maio de 2009, ocasionando a morte de pessoas, perdas materiais e imateriais, além do deslocamento de várias famílias entre os municípios de Cocal e Buriti dos Lopes, ambos no Piauí<sup>1</sup>. A barragem foi construída no Vale do rio Piranji<sup>2</sup>, entre as serras dos Algodões (PASSOS, 2007), iniciada em 1995 e finalizada em 2001. Na época, a obra foi construída sob

---

<sup>1</sup> Mais de 1.000 famílias foram atingidas entre os dois municípios, além de um total de dez mortes contabilizadas oficialmente, especificamente no município de Cocal.

<sup>2</sup> Afluente do rio Parnaíba, no Piauí. O rio Piranji nasce na cidade de Viçosa, no Ceará, e passa pelos municípios de Cocal e Buriti dos Lopes, no Piauí, até se juntar ao Parnaíba, que divide os estados do Piauí e Maranhão.

responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí (COMDEPI), atual Instituto de Desenvolvimento do Piauí (IDEPI), com recursos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e do governo do estado do Piauí (MENDES, 2003), durante a administração de Francisco de Assis Moraes Sousa. A barragem entrou em colapso em 2009 (Fotografia 1), em seu primeiro sangramento, após um forte período de chuvas; já apresentava, porém, problemas estruturais. O rompimento implicou, assim, o deslocamento das famílias que viviam no Vale do rio Piranji.

Fotografia 1 – Barragem Algodões I, após seu rompimento em 2009



Fonte: Barragem... (2016)

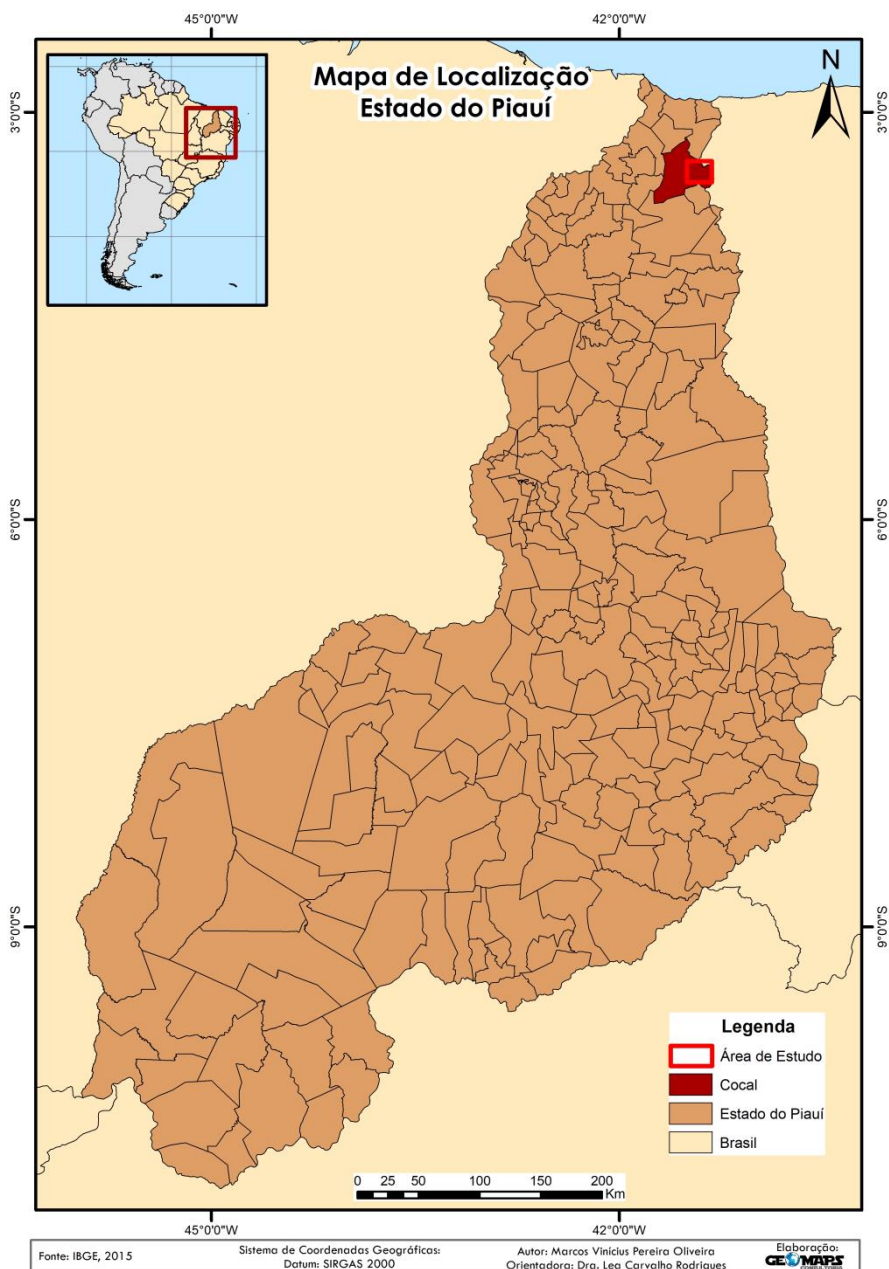
Estas famílias viviam, antes do desastre, basicamente, de atividades agrícolas, criações e pesca na região do Vale, a jusante da barragem. Agora, procuram se adaptar a um novo modo de vida em agrovilas rurais, também denominadas, entre os atingidos, como assentamentos.

Foram construídos quatro assentamentos para as famílias afetadas pelo rompimento da barragem. O assentamento Jacaré, o assentamento Boíba, que compreende as agrovilas I e II, além dos assentamentos Olho d'Água e Massalina, esses dois últimos, aproximadamente, cerca de 20 km mais distantes dos povoados atingidos em Cocal (OLIVEIRA, 2013). A maioria dos atingidos que viviam na região do Vale, em Cocal, encontra-se, hoje, nos assentamentos Jacaré e Boíba, os quais são priorizados nesta tese.

Cocal é um município do estado do Piauí (Mapa 1). A cidade é popularmente conhecida como Cocal da Estação, devido à antiga estação ferroviária, inaugurada em 1923,

quando Cocal ainda possuía a condição de vila, sob jurisdição da cidade de Parnaíba (PASSOS, 2007). A estação fazia parte da Rede Ferroviária Federal, inclusive o período que seguiu o ano de inauguração da estação foi caracterizado por grande movimentação na então Vila de Cocal. Para lá, famílias procedentes de outras regiões, principalmente do vizinho estado do Ceará, deslocavam-se à procura de trabalho (PASSOS, 2007). A estação fazia parte da linha férrea que ligava a cidade de Parnaíba, município do qual Cocal fez parte até 1948, à capital Teresina.

Mapa 1 – Localização do estado do Piauí, destacando o município de Cocal



Fonte: Elaborado pelo autor.

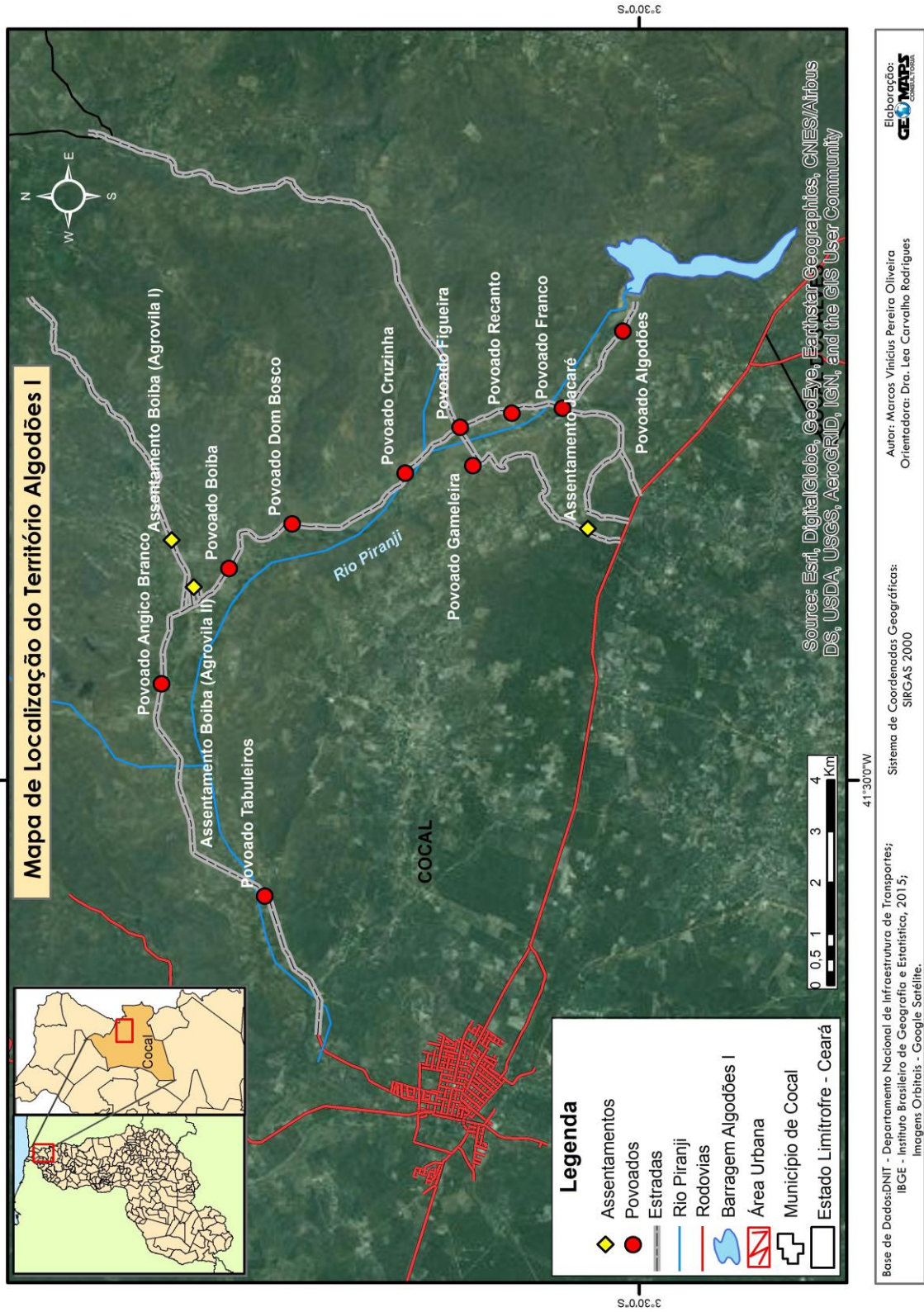
Segundo dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), Cocal possui uma população de cerca de 27 mil habitantes. Sua economia baseia-se nos seguintes setores: setor de serviços (78%); setor industrial (7%); setor agropecuário (15%). Estes dados apresentam valores aproximados, considerando o Produto Interno Bruto (PIB). Entretanto, é importante ressaltar que o setor de serviços possui forte relação com a atividade agropecuária no município, pois a maioria da população, de alguma forma, lida com a terra. Direta ou indiretamente, a população está inserida no setor agropecuário, mesmo os que estão no serviço público e os que desempenham atividades comerciais.

Cocal localiza-se na Mesorregião Norte do Piauí e na Microrregião do Litoral Piauiense. Possui clima quente tropical com estação seca (AGUIAR, 2004). Seu bioma principal é a caatinga (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016) e, como área de transição, apresenta também vegetações típicas de cerrado. A cidade está situada nas seguintes coordenadas geográficas: 03° 28' 15" de latitude sul e 41° 33' 18" de longitude oeste de Greenwich, estando a uma altitude de 160 metros acima do nível do mar e distando 268 quilômetros da capital, Teresina (AGUIAR, 2004).

A região leste do município faz divisa com o estado do Ceará, sendo também área de litígio entre os dois estados. O acesso entre os estados se dá pela PI 213 de Cocal (PI) e a CE 240, já nos limites de Viçosa do Ceará (CE). Nesta área, mais a leste do município de Cocal, estão situados os povoados mais próximos da região atingida pelo rompimento da barragem Algodões I. São eles: os povoados Algodões, Franco, Recanto, Figueira, Gameleira, Cruzinha, Dom Bosco, Boíba, Angico Branco e Tabuleiros, além do assentamento Jacaré e do também assentamento Boíba, espaço que Oliveira (2013) denomina Território Algodões I, *locus* empírico da presente tese (Mapa 2).

Todo o percurso do Vale, compreendendo os povoados entre a barragem e o povoado Tabuleiro, é de, aproximadamente, 20 quilômetros. Os povoados do território Algodões I, situados mais a leste, estão mais próximos da divisa com o estado do Ceará que da sede da cidade de Cocal; já os povoados mais a oeste, por sua vez, estão mais próximos da sede do município de Cocal.

Mapa 2 – Localização do Território Algodões I, com a disposição dos povoados e assentamentos delimitados na pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

Além dos povoados, meu estudo destaca os assentamentos Jacaré e Boíba, sobretudo por concentrarem a grande maioria das famílias atingidas do Vale. Esse recorte também se dá devido ao acesso e à localização, porquanto são mais próximos da área delimitada para a construção da nova barragem. Estes povoados, por conseguinte, têm vivenciado, de forma direta, a ação do Estado desde a construção da barragem, passando por seu colapso em 2009 até os agenciamentos recentes no processo de construção de uma nova barragem na região.

De fato, o território tem sido historicamente fonte de deslocamentos e tensões. Assim, considerando o processo de convivência dos atores locais com o território, podem-se citar aqui três momentos de deslocamentos.

O primeiro deu-se ainda com a construção da grande estrutura iniciada em 1995, responsável pelo deslocamento de, aproximadamente, quinze famílias de posseiros que viviam na localidade Caldeirão. Esta ficou totalmente submersa pelas águas do açude que se formou a montante do rio. Durante o período de construção da barragem, iniciada em 1995, as famílias de Caldeirão foram realocadas para uma área mais distante, no topo de uma serra, originando assim o assentamento Mutirão do Jacarandá. Este fica bem próximo à rodovia PI 213, a poucos quilômetros da divisa com o estado do Ceará. Apesar da relação com o território delimitado para esta pesquisa, Mutirão do Jacarandá não faz parte do *locus* empírico, pois centro minha análise nos agenciamentos mais recentes, sobretudo a partir do rompimento da barragem em 2009.

O segundo momento configura-se a partir dos acontecimentos que antecedem e culminam com o rompimento da barragem em 2009. No início do referido ano, após um forte período de chuvas e a identificação de problemas estruturais na parede da barragem, as famílias que viviam a jusante da represa tiveram de evacuar suas casas por determinação dos agentes públicos. Segundo Oliveira (2013), as famílias ficaram alojadas em abrigos e escolas por cerca de dois meses ante o perigo de rompimento. Todavia, após dois meses nessa situação e com base em uma avaliação técnica de peritos designados pelo estado do Piauí, o prefeito da cidade, na época, e o governador do estado autorizaram o retorno das famílias para suas antigas terras e moradas, dizendo não haver perigo de rompimento. Contudo, poucos dias depois do retorno das famílias, a barragem rompeu, obrigando-as a voltar, novamente, para abrigos e escolas, desta vez carregando a dor de muitas perdas, inclusive de vidas.

Os “eventos de Algodões” são tidos por muitos como “tragédia anunciada”, resultado de um risco anunciado, mas também de avaliações, ao que tudo indica, equivocadas por parte dos peritos designados pelo poder público. Riscos anunciados e negligenciados, pois

as pessoas da região já conviviam com o perigo iminente de rompimento da barragem (OLIVEIRA, 2013). Assim, após o rompimento, além das perdas irremediáveis, o momento foi marcado também por uma série de implicações traumáticas, inclusive intensificadas por determinações de agentes do poder público. Interdições e proibições, por exemplo, com a utilização de militares armados, impediam o acesso das pessoas à região, o que representou a perda de autonomia das famílias atingidas sobre o que sobrou de suas terras, agora danificadas e interditadas pela Defesa Civil, além da impossibilidade de estas pessoas desempenharem suas atividades cotidianas. Toda essa movimentação, desde o perigo iminente até o destino incerto após o rompimento da barragem, configura-se, portanto, no segundo momento de deslocamento.

Grande parte das famílias afetadas voltou para os abrigos novamente; outras foram acolhidas por parentes ou passaram a morar em casas alugadas pela Prefeitura, que arcou com o aluguel somente por alguns meses. Nessa condição, passaram quase dois anos sem saber ao certo quais seriam seus destinos, até a construção e o deslocamento para regiões de assentamentos<sup>3</sup>. Foi um “verdadeiro rebuliço”, como disse um camponês da região. Por aproximadamente dois anos, as famílias atingidas ficaram sem um lugar definido para viver, até resolverem, no início de 2011, ocupar os assentamentos, mesmo sem autorização do poder público<sup>4</sup>. Este momento representa uma das primeiras ações políticas concretas dos atingidos. Momento axial para o entendimento das tensões existentes no território, implicando a mais recente fonte de deslocamentos; no caso, para as regiões de assentamentos, o que configura o terceiro contexto de deslocamento.

---

<sup>3</sup> Os assentamentos para as famílias foram construídos sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Defesa Civil do Estado do Piauí, com recursos provenientes do Governo Federal. Entretanto, no processo de construção das agrovilas rurais, ou assentamentos, como denominam os atingidos, cabe destacar, como dito por Oliveira (2013), que as famílias afetadas não foram ouvidas na tomada de decisões. Ainda que uma parte dos atingidos tenha trabalhado nestas obras, não houve discussão para decidir como seriam as casas, a área construída e o tamanho dos terrenos. Esse processo aconteceu de forma verticalizada, sem o consentimento ou a participação da população (OLIVEIRA, 2013).

<sup>4</sup> Na ocasião, os assentamentos já estavam com as casas, em sua maioria, concluídas, mas ainda faltavam alguns itens básicos de infraestrutura, como energia elétrica em algumas casas, canalização e distribuição de água, dentre outros. Além disso, as famílias deveriam esperar pela inauguração e distribuição das unidades habitacionais pelo governo do estado do Piauí. Porém, em que pese a incipiente organização política e a resistência àquela situação de negligência do governo do estado do Piauí, somada a uma situação de incertezas e indefinições, as famílias resolveram não esperar mais e ocuparam as casas, sobretudo nos assentamentos Jacaré e Boíba (OLIVEIRA, 2013). Por aproximadamente vinte dias depois da ocupação, as famílias montavam vigília durante a noite, pois havia o receio de alguma ação das autoridades em resposta à ocupação antes do previsto.

## 1.2 Novos agenciamentos: a luta pelas indenizações e o processo de construção de uma nova barragem no território

Para Haesbaert Costa (1995), é preciso romper com a dicotomia (re)territorialização/desterritorialização. Segundo este autor, em todo processo de desterritorialização, há margem para processos de (re)territorialização, ou seja, para construção de novas territorialidades. Nessa direção, da mesma forma que a desterritorialização provoca deslocamentos distintos, ela pode produzir também novos localismos a partir da construção de identidades de resistência (COSTA, 1995).

Dessa forma, a (re)territorialização, marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais, inclusive simbólicas, está imbricada e insere-se no próprio movimento de desterritorialização<sup>5</sup>. Portanto, como dito por Haesbaert Costa (2004), a total desterritorialização seria um mito, ao não reconhecer a construção de novos territórios, mesmo que esses processos sejam espacialmente descontínuos e complexos.

No caso em questão, isto é evidenciado pela criação da Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas da Barragem Algodões (AVABA), resultado do processo de desterritorialização a que as pessoas da região foram submetidas. Este processo acabou provocando também a participação e o engajamento político das vítimas do rompimento da barragem, inclusive em redes, na luta pela defesa e valorização do território.

Territorialidades são acionadas nesse contexto. Para João Pacheco de Oliveira (1999, p. 21-22), a construção de territorialidades pode ser definida como

[...] o movimento pelo qual um objeto político-administrativo – [...] – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e o universo religioso).

No caso específico de Algodões, no qual o Estado foi e está sendo o principal desencadeador do processo de territorialização, pode-se inferir que tal processo não é uma via de mão única, pois, apesar de gerenciado externamente, esse processo também possibilita a

---

<sup>5</sup> O conceito de territorialização, que se pode também associar aos de desterritorialização e reterritorialização, envolve, ao mesmo tempo, diferentes graus de correspondência e intensidade, desde uma dimensão de caráter político e disciplinar, a partir da disciplinarização dos indivíduos e do estabelecimento de limites ou fronteiras concretas, até uma dimensão mais simbólica e cultural de apropriação sobre o espaço (COSTA, 1995).

construção de territorialidades, como afirma Oliveira (1999). Novos territórios passam a ser instituídos nesse processo<sup>6</sup>.

Em torno da AVABA, as pessoas passaram a se organizar politicamente e a se mobilizar em busca de direitos. Inclusive, a associação tem ampliado sua atuação no sentido de uma articulação política<sup>7</sup>. Contudo, desde o início, a ação da AVABA concentra-se basicamente em dois pontos principais: o primeiro referente às indenizações para as famílias atingidas; o segundo atinente à participação nos encaminhamentos relativos à construção de uma nova barragem na região dos povoados. No contexto de luta política da associação, ambas as questões estão diretamente relacionadas.

Ao longo dos últimos oito anos, desde 2009, as vítimas requerem, através de uma ação na Justiça contra o estado do Piauí, indenizações relativas às perdas materiais e imateriais ocasionadas pelo rompimento da barragem Algodões I. No âmbito desse conflito jurídico com o estado, em maio de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí determinou uma indenização total de mais de R\$ 100 milhões para as vítimas. Entretanto, o estado do Piauí tem sempre recorrido das decisões judiciais, dificultando o diálogo com a associação para um acordo.

Em meio a esse conflito, a construção de uma nova barragem também tem movimentado a região. A nova barragem – com início das obras previsto, até então, ainda para 2011, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – teve licitação realizada no início de 2012. Autorizada pelo Ministério da Integração Nacional, seria então executada pelo Instituto de Desenvolvimento do Piauí (IDEPI)<sup>8</sup>. Porém, apesar de ser uma demanda da AVABA, o tema da construção de uma nova barragem divide opiniões entre os atingidos desde o rompimento em 2009. A abertura de licitação para o início da obra acabou gerando mais tensões no território.

Nessa direção, dentro de uma estratégia jurídica, e em meio ao conflito com o estado do Piauí pelas indenizações, a AVABA se articulava na época e prometia não medir

---

<sup>6</sup> Território é entendido no sentido histórico, como produto de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002). Nessa direção, para apreensão da construção territorial de determinado grupo, faz-se necessário o entendimento do contexto específico em que surgiu e dos contextos de defesa e/ou reafirmação do território, o que, muitas vezes, envolve conflitos (ALMEIDA, 2008; LITTLE, 2002). Assim, território não pode ser visto apenas na perspectiva de um domínio jurídico-político estruturado, mas também como apropriação de uma dimensão simbólica e afetiva, construída historicamente e guardada na memória coletiva (LITTLE, 2002). Trata-se, portanto, de conceito polissêmico, que não se limita ao espaço físico, mas a uma gama de dimensões, inclusive simbólicas (ALMEIDA, 2008; LITTLE, 2002).

<sup>7</sup> Sobre a ampliação da articulação política da AVABA, exponho este assunto no capítulo 4 desta tese.

<sup>8</sup> Nos meses que antecederam as eleições municipais em 2016, o IDEPI autorizou o início da construção dos canteiros de obras. Foram realizados alguns trabalhos preliminares, como os estudos topográficos, a abertura dos acessos e a construção dos acampamentos para os trabalhadores. Entretanto, após esses serviços iniciais, a obra encontra-se, hoje, totalmente parada.

esforços para embargar a obra caso não fossem atendidas algumas exigências das famílias atingidas – medidas relativas a intervenções do estado do Piauí para reestruturação do Vale, como a recuperação do solo, contenção dos processos erosivos, reflorestamento das margens e reestruturação do canal do rio, além das condições de segurança da nova barragem e o pagamento das indenizações.

Para assegurar tais medidas, a AVABA prometia se articular em duas frentes de luta contra o governo do estado do Piauí se, na construção da nova barragem, não houvesse o consentimento e a participação dos atingidos: a primeira seria o embargo judicial; a segunda, se esta não funcionasse, seria uma ação cívica, na qual piquetes seriam colocados no local da obra para inviabilizar o seu andamento.

Na sequência desses agenciamentos, em maio e junho de 2013, foram realizadas, respectivamente, duas audiências públicas em Cocal para discutir a construção da barragem – o então projeto Nova Algodões. Os encontros foram organizados, sobretudo, para apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Porém, segundo informações orais, a ocasião serviu mais para o cumprimento de exigências burocráticas do que para a participação e esclarecimento dos atingidos. Essa questão também será explorada e desenvolvida no capítulo 4 desta tese.

Em suma, o processo de construção de uma nova barragem na região tem implicado incertezas, ampliando tensões e conflitos que fundamentam o problema deste estudo – como os atingidos pelo rompimento da barragem Algodões em 2009, mediados pela AVABA, articulam-se politicamente e significam o processo vivido, sobretudo os agenciamentos recentes que envolvem a construção da Nova Algodões, considerando a tensão existente dentro do território e as novas configurações de espaço em curso? Como pressuposto inicial, penso este contexto de incertezas e riscos no campo teórico e metodológico da área da ecologia política devido à sua possibilidade transdisciplinar focada no conflito. Trata-se de uma abordagem processual para o entendimento dessas dinâmicas (LITTLE, 2006). No caso em questão, em Algodões I, tomo o conflito na perspectiva dos conflitos socioambientais, pois “[...] referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (LITTLE, 2006, p. 91).

Assim, busquei apreender, através das falas dos atingidos, possíveis usos e sentidos atribuídos ao empreendimento da nova barragem; analisar, comparativamente, as narrativas dos atingidos e as narrativas dos gestores envolvidos na obra; identificar, no processo, o grau de participação das famílias afetadas na discussão sobre o novo

empreendimento; e verificar a relação política estabelecida entre os atingidos e instituições representativas na busca por direitos.

Nessa situação, em meio a esses embates e tensões, por meio da luta política, modos de viver específicos são acionados diante das novas configurações territoriais e da incógnita espacial futura que incide e reflete no presente. No processo, territórios são projetados para o futuro; neles, os atingidos constroem imagens a partir de sonhos e projetos. Trata-se de (re)construções no sentido simbólico. O processo vivido, a partir de experiências individuais e coletivas, é a base de sustentação desses territórios narrativamente construídos. Neles se processam passado, presente e o futuro, expresso pela Nova Algodões. Tal perspectiva nos leva a pensar no conceito de territórios de projeções simbólicas, que desenvolvo no capítulo 5 da presente tese.

A partir da AVABA, estabelece-se uma coletividade organizada, na qual os atingidos se unem a partir de interesses comuns. Trata-se, como diz Oliveira (2006), da busca pelo reconhecimento de direitos e pela cidadania plena. Segundo este mesmo autor, essa cidadania não se restringe apenas à demanda por direitos políticos, mas também se sustenta em argumentos de ordem moral, nos quais se consideram também especificidades locais. Configura-se, assim, como dito por Oliveira (2006), a luta pela “moral do reconhecimento”.

Neste trabalho, quando utilizar a terminologia “vítimas”, faço-o a partir da expressão dos atingidos. Este termo é utilizado dentro de uma estratégia jurídica na busca de indenizações e compensações frente ao estado do Piauí pelas perdas materiais e imateriais ocasionadas pelo rompimento da barragem Algodões. Expresso no nome da própria associação, com registro em estatuto, o termo distancia-se da semântica habitual para o caso em questão, pois assume, dentro da dinâmica de mobilização e articulação política da AVABA, o sentido associado cada vez mais ao empoderamento político na busca por direitos, no qual as “vítimas” assumem papel de protagonistas, não sendo associadas à ideia de vitimização que o termo comumente sugere.

Essa dinâmica é circunscrita a partir da ampliação da articulação política da AVABA, sobretudo no plano nacional, bem como a partir de redes que possibilitaram trocas de experiências e discussão de situações semelhantes. Daí, neste trabalho, ao utilizar a terminologia “vítima”, também o faço associando-a a um sentido político mais amplo, relacionado a populações que sofreram deslocamentos diversos no âmbito de projetos de desenvolvimento e desastres socioambientais. A ampliação da articulação política da AVABA poderá ser mais bem compreendida no capítulo 4 deste trabalho.

É grande o número de trabalhos que tratam da problemática dos grandes projetos e de seus impactos na vida de populações locais, focalizando temas como o desenvolvimento regional, a questão ambiental, dentre outros<sup>9</sup>. No entanto, esta tese explora um contexto bem particular no que tange ao Piauí, onde os grupos envolvidos foram historicamente afetados por ações do Estado, considerando toda a trajetória da barragem Algodões I, desde sua construção, iniciada em 1995, passando pelo seu rompimento em 2009 até a situação atual e as incertezas e riscos que envolvem a construção de uma nova barragem.

### **1.3 Retorno ao campo de pesquisa**

Como dito anteriormente, esta tese é fruto dos desdobramentos de estudos que me acompanham desde minha pesquisa de mestrado (OLIVEIRA, 2013). Desde então, devido à minha mudança para a cidade de Fortaleza, no Ceará, ocorrida em razão de meu ingresso no doutorado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), passei um bom tempo sem visitar a região atingida, em Cocal, pelo fato de cursar disciplinas obrigatórias do Programa que exigem comprometimento com leituras e discussões, base fundamental para o amadurecimento teórico e metodológico de nosso objeto de estudo. Entretanto, era necessário vencer as dificuldades e caminhar para o ofício da pesquisa.

O meu retorno ao campo de pesquisa se deu em quatro momentos, que são a base para esta tese de doutorado, juntamente com o material empírico, agora reconsultado, de minha pesquisa anterior – material acumulado desde 2011, em minhas primeiras andanças na região. Nesse retorno ao campo, afloraram sentidos diversos na minha relação com as pessoas da região, o que implicava subjetividades de pesquisador e pesquisados.

O primeiro momento se deu entre os dias 9 e 10 de julho de 2014. Já fazia algum tempo que eu não visitava a região de Algodões; para ser mais preciso, desde minha pesquisa de campo, realizada no mestrado, em 2012, com dissertação defendida no início de 2013. Assim, nestes dias em que estive na região, priorizei retomar meus contatos. Minha intenção era rever pessoas que contribuíram para o meu trabalho e conversar um pouco sobre os

---

<sup>9</sup> Podem-se citar, por exemplo, trabalhos como de Araújo (2016), Baines (2012, 2014), Magalhães e Magalhães (2012), Rothman (2010), Scott (2012), Viana (2003), que tratam dos impactos de grandes projetos hidrelétricos sobre os modos de vida tradicionais, sobretudo de povos indígenas; outros autores trazem para o centro de discussão a questão socioambiental relacionada à implantação de grandes projetos, como Bermann (2012), Zhouri e Oliveira (2010), Zhouri (2012), Pereira e Penido (2010); ainda temos também trabalhos como de Valencio (2009), e Soriano e Valencio (2009), que analisam sociologicamente desastres associados ao rompimento de barragens.

resultados de minha pesquisa. Inclusive, ainda em Fortaleza, já havia separado algumas cópias de minha dissertação para presentear algumas pessoas da região.

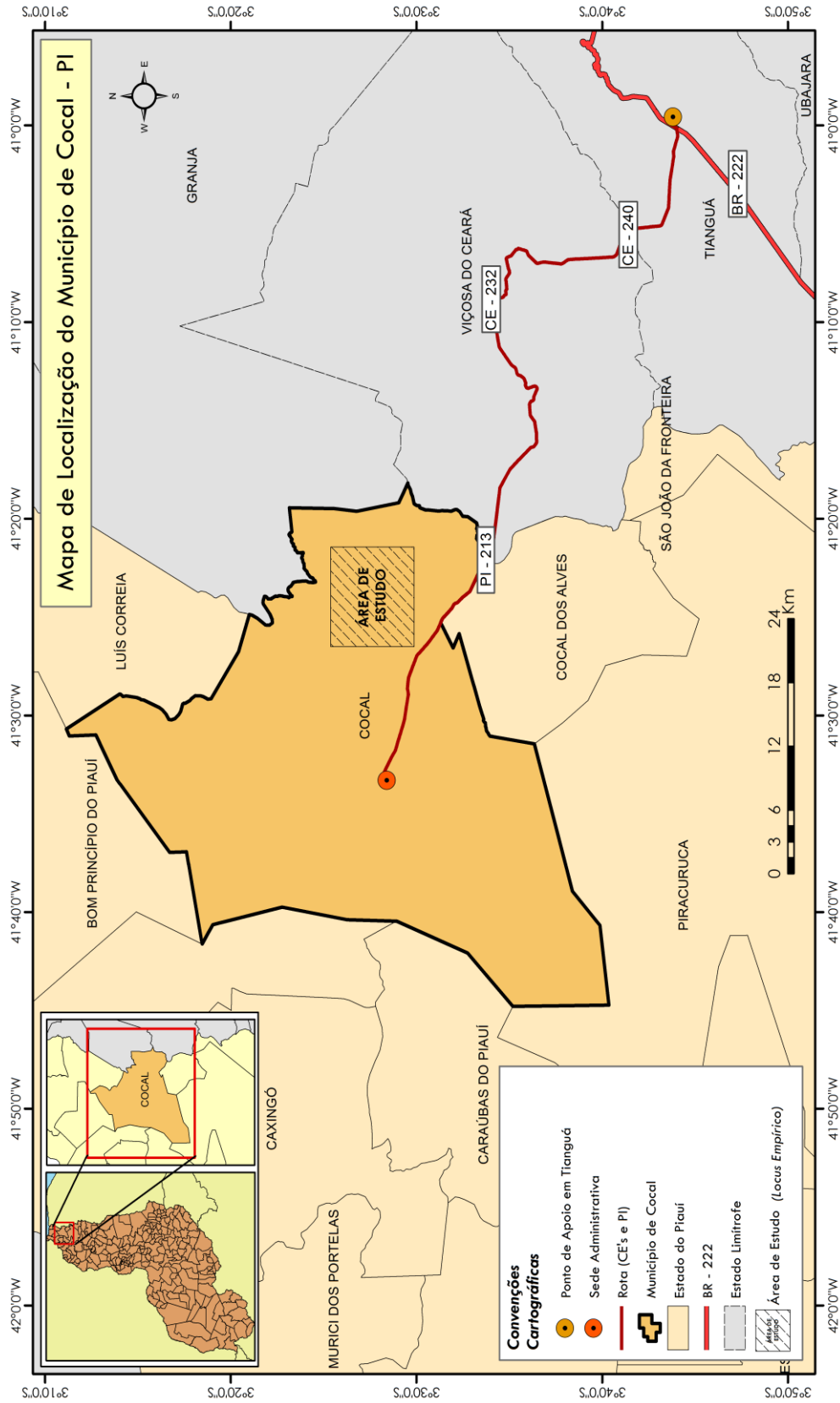
Sempre que eu entregava o material, procurava ler algumas partes do texto, no qual citava as referidas pessoas, inclusive mediante fotografias e transcrições de entrevistas concedidas. Foi um momento de grande importância, no sentido de retorno para estas pessoas de minha leitura sobre suas experiências. Teófilo, por exemplo, do povoado Boíba, ficou bastante emocionado no momento em que eu relia algumas de suas falas, transcritas no trabalho, nas quais relatava as perdas, os momentos de dificuldade e sofrimento. Eu me sentia como se estivesse arrancando a casca de uma ferida ainda não cicatrizada para estas pessoas.

Apesar de poucos dias, esse momento foi muito proveitoso, pois pude reencontrar pessoas e retomar contatos muito significativos, além de perceber a importância de um retorno aos sujeitos de pesquisa, porquanto, mediante esse contato, a confiança se estabelece ainda mais. É o mínimo que podemos fazer para as pessoas que nos permitiram adentrar suas vidas de forma tão perturbadora, por mais éticas que sejam as orientações e os caminhos de uma pesquisa.

Os outros três momentos que estive em campo deram-se: a) entre os dias 27 de maio e 11 de junho do ano de 2015; b) entre os dias 27 de maio e 31 de maio de 2016; c) em 2017, entre os dias 11 e 14, e 23 e 24 do mês de abril, além dos dias 25 de junho e 28 de julho. Nos períodos de imersão no campo, eu ficava na casa de alguns informantes e sujeitos de pesquisa, além de hospedar-me algumas vezes em um hotel no centro de Cocal e no apartamento de um amigo em Tianguá, no Ceará. Esta cidade está localizada na Serra da Ibiapaba, que é fronteira geográfica entre os estados do Piauí e Ceará. Por Tianguá, temos acesso a vários municípios entre os dois estados. Assim, a cidade tornou-se um importante ponto de apoio e refúgio estratégico para minhas visitas ao Território Algodões I, em Cocal.

Eu ficava no apartamento de Mariano, um amigo, professor de história do município. Por um acesso pela serra, via CE 240, passando pela cidade de Viçosa do Ceará, eu levava aproximadamente uma hora de carro até chegar a Cocal, mais especificamente ao assentamento Jacaré, localizado na parte oeste do município. Na figura a seguir, a localização de Tianguá em relação à área pesquisada pode ser visualizada (Mapa 3):

Mapa 3 – Localização do município de Cocal (PI)



Base de Dados: IBGE, DNIT

Sistemas de Coordenadas Geográficas  
Datum: Sirgas 2000

Autor: Marcos Vinícius Pereira Oliveira  
Orientadora: Dra. Lea Carvalho Rodrigues

Elaboração:  
**CE MAPS**  
CONSULTORIA

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em Tianguá, eu procurava descansar e organizar as informações colhidas no campo de pesquisa, assim como o planejamento e a elaboração de tópicos-guia para a realização das entrevistas. Esses momentos possibilitaram-me reflexões acerca do objeto de estudo, essenciais não só para organização dos materiais de pesquisa mas também para organização de ideias e adensamento das minhas interpretações, inclusive, em um desses momentos, em Tianguá, tive um importante *insight*, no qual esbocei um conceito para operacionalização de meu objeto de estudo. Trata-se do conceito de territórios de projeções simbólicas, que exponho e desenvolvo no capítulo 5 desta tese, juntamente com outras informações etnográficas.

Na pesquisa de campo, dando continuidade às minhas andanças ao Território Algodões I, eu procurava apurar minha cognição em “[...] olhar, ouvir e escrever” (OLIVEIRA, 1998, p. 17). Entre os assentamentos e povoados, priorizei, nas primeiras ocasiões, conversas informais e o reencontro com sujeitos de pesquisa no intuito de restabelecer contatos e a confiança. No início, concentrei-me no registro de minhas observações em diário de campo, além da produção de imagens fotográficas. Em minhas observações, procurava identificar recorrências e contradições nos discursos, além de novas questões para análise. Após um maior envolvimento no campo e planejamento, realizava entrevistas.

Nos quatro momentos de imersão no campo, contabilizo 22 entrevistas realizadas entre 2014 e 2017. Além desses períodos de imersão no campo, em Cocal, eu pude também conversar com técnicos e representantes de institutos e secretarias de governo do estado do Piauí, além de fazer visitas ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em Teresina, Piauí, e na sede nacional, em Fortaleza, Ceará, na busca de informações complementares. Contatos estabelecidos por *e-mail*, pela rede social *Facebook* e pelo aplicativo *What's App* também foram utilizados como canais de comunicação entre alguns atingidos.

Este trabalho procura dar voz às subjetividades dos sujeitos investigados em intersubjetividade com a deste pesquisador. Estabelece-se assim, segundo Clifford (2008), uma relação dialógica e polifônica, axial no processo de vigilância epistemológica. Segundo Rosaldo (1991), a retórica expressa pela descrição detalhada da etnografia acaba escondendo as relações de poder existentes em uma relação entre pesquisador e pesquisados. Por isso, a necessidade do olhar crítico e vigilante nessa relação, no sentido de reduzir ao máximo o que

Bourdieu (1997) entende como violência simbólica<sup>10</sup>. Segundo o autor, a relação entre o pesquisador e os sujeitos observados é uma relação social que pode reproduzir hierarquias sociais entre entrevistador e entrevistados, pois a própria linguagem e as condições sociais que os separam podem transformar essas diferenças em violência simbólica (BOURDIEU, 1997).

A abordagem segue cunho predominantemente qualitativo, pois, como afirma Martins (2004), essa perspectiva privilegia o estudo de ações individuais e coletivas, através de um exame intensivo dos dados, e no qual se enfatiza também a necessidade do exercício da intuição e da imaginação do pesquisador. Trata-se, conforme Goldemberg (2001), de uma abordagem que se opõe ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza; as ciências sociais, por sua vez, têm suas especificidades, que pressupõem uma metodologia própria.

No trabalho de campo, utilizei a observação direta (APPOLINARIO, 2006; SILVERMAN, 2009) e a observação participante (BECKER, 1993; FOOTE-WHYTE, 1990), além do uso de conversas no cotidiano (MENEGON, 2000; SPINK, 2008) e de entrevistas abertas e aprofundadas (BOURDIEU, 1997; GASKELL, 2003), com a utilização de tópicos-guia. O diário de campo (BRANDÃO, 1998; OLIVEIRA, 2002; WHITAKER, 2002a) foi usado para registro das observações, além de registrar também as condições em que ocorriam as entrevistas. Como ferramenta essencial para a comunicação com os locais, e no intuito de ampliar a compreensão dos processos de simbolização, utilizei também a produção e o registro de imagem fotográfica. Conforme Bittencourt (1998), a utilização dessa ferramenta possibilita uma interação que dá acesso a outras significações possíveis. Nessa direção, os sujeitos muitas vezes é que decidem sobre os espaços de captação das imagens, situações que revelam sentidos.

Para Godolphim (1995), a fotografia pode ser pensada como um “texto”. “O texto tradicionalmente escrito pode também ser apresentado de forma imagética” (GODOLPHIM, 1995, p. 168). A fotografia configura assim, segundo esse autor, importante recurso narrativo que conduz o antropólogo a compreender e interpretar uma determinada situação, além de contribuir para a descrição etnográfica. Nessa direção, entendemos que a imagem fotográfica é polissêmica, aberta a outras interpretações possíveis.

---

<sup>10</sup> Violência simbólica é um conceito intrínseco à obra de Bourdieu. O pesquisador deve fazer de tudo para diminuir ao máximo essa violência no momento da entrevista, pois esta pode estigmatizar o entrevistado por meio de posturas puramente egoístas, como a ironia ou a utilização de perguntas fúteis (BOURDIEU, 1997).

O *locus* empírico da pesquisa se limita aos povoados atingidos, localizados mais próximos à parede do açude que rompeu em 2009, em Cocal, porquanto mais próximos também da área onde será construída a nova barragem, além dos assentamentos Jacaré e Boíba, assentamentos nos quais centrei meu estudo<sup>11</sup>. Este espaço que Oliveira (2013) denomina Território Algodões I, ainda é agenciado, de forma direta, no contexto atual, pela ação do Estado, considerando a trajetória da população local e o território delimitado para esta pesquisa. Nesse sentido, como lembra Vincent (1987), a vantagem da unidade espacial delimitada de forma arbitrária reside no paradoxo de que os limites só adquirem relevância se estiverem inter cruzados. Nesta perspectiva, o foco de investigação centra-se nos movimentos dos indivíduos. Ele é dado pelos deslocamentos, o que permite perceber mudanças em uma estrutura social que não é estável, mas está em fluxo.

A metodologia empregada apresentou-se como um caminho, um direcionamento de análise, no intuito de alcançar os objetivos. Por isso, não está amarrada a uma camisa de força, devendo ser flexível a agenciamentos de campo e à capacidade criativa instigada pelo que Mills (2009) chama de “imaginação sociológica”. Assim, o trabalho de pesquisa é pensado como um ofício, marcado pelo caráter artesão e pelo estímulo à imaginação sociológica, em vez de um conjunto rígido de procedimentos e do fetichismo do método e da técnica (MILLS, 2009).

Dessa forma, a estrutura do trabalho em questão procura articular a perspectiva teórica com a descrição etnográfica na análise das observações de campo e dos discursos dos sujeitos investigados. Para tanto, organizo minha análise a partir da perspectiva metodológica que se insere no campo da Ecologia Política. No sentido de que podemos articular também, conceitual e metodologicamente, a utilização da etnografia nesse campo de pesquisa. No caso em questão, em Algodões I, podemos delimitar o caso estudado na perspectiva dos conflitos socioambientais. Por essa via, é possível realizar uma análise ecológica do conflito que, segundo Little (2006), identifica e diferencia os variados agentes socioambientais envolvidos; que incorpora seus múltiplos pontos de vista e interesses; que mapeia suas relações transníveis, ou seja, nos diferentes níveis de articulação que se organizam, sejam eles locais, regionais, sejam eles nacionais ou globais. Essas relações transníveis, se utilizadas de forma estratégica, inclusive, podem ser uma importante fonte de poder para os atores sociais. Por

---

<sup>11</sup> Os assentamentos Massalina e Olho d'água, não fazem parte de nosso *locus* empírico por estarem localizados mais distantes da região dos povoados. A maioria dos atingidos que viviam no vale, em Cocal está concentrada em sua maioria nos assentamentos Jacaré e Boíba.

fim, uma análise do conflito deve documentar etnograficamente sua história, alianças, negociações, rupturas políticas, etc.

Trata-se, portanto, da etnografia de um processo (GLUCKMAN, 1987), pois, nessa perspectiva, “[...] a análise de uma situação social revela o sistema de relações subjacentes entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade” (GLUCKMAN, 1987, p. 238). Dessa forma, é possível a compreensão de processos que ocorrem no interior da estrutura, especificamente a interpretação de um sistema social em termos de normas conflitantes (VELSEN, 1987). A perspectiva da ecologia política, aliada a algumas premissas dos estudos sobre situação social, apresenta-se, portanto, como um caminho metodológico possível no âmbito dessa abordagem etnográfica<sup>12</sup>, em que temos também como referência Appolinário (2006), Foote-Whyte (1990), Goldemberg (2001) e Rodrigues (1997).

Assim, procuramos compreender o significado da ação social dos sujeitos no esforço por uma “[...] descrição densa” (GEERTZ, 1989, p. 15), além da interpretação dos sentidos produzidos no contexto de reconstrução da nova barragem em Algodões I, em cujo âmbito se observam novas dinâmicas territoriais em curso. Na pesquisa, priorizo sujeitos-chave, como lideranças do território, inclusive moradores mais velhos, além de outros contatos já estabelecidos desde minhas primeiras idas à região, o que me permite a utilização do relato de vida (BERTEAUX, 2005), considerando a importância das experiências individuais no território.

Berteaux (2005) propõe situar o recurso dos testemunhos vividos em uma perspectiva etnossociológica baseada em um conceito minimalista<sup>13</sup>, no qual se enfatiza o caráter narrativo do relato de vida e em que se busca identificar indícios de mecanismos sociais nestes testemunhos. Não se trata de extrair de um relato de vida todos os significados que ele pode conter, mas somente os pertinentes, os que podem ajudar no estudo do objeto de investigação e que adquirem, neste caso, a condição de indícios, com o fim de poder relacioná-los mediante a análise comparativa (BERTEAUX, 2005).

---

<sup>12</sup> Rodrigues (2008) também traz importantes contribuições metodológicas para uma abordagem processual. Trata-se de pressupostos básicos do fazer etnográfico contemporâneo que enfatizam a compreensão de fluxos, processos e trajetos, todos envolvidos em símbolos, valores e significados (RODRIGUES; ORTOLAN; GONÇALVES, 2014).

<sup>13</sup> Nessa perspectiva, o relato de vida deve ser caracterizado por seu caráter narrativo. Desde o momento em que aparece a forma narrativa em uma conversação, o sujeito a utiliza para examinar o conteúdo de apenas uma parte de sua experiência vivida; então dizemos que se trata de um relato de vida. Este conceito minimalista libera os investigadores da influência confusa do conceito completo e totalizante. É com base nesse conceito que Daniel Berteaux (2005) propõe uma perspectiva etnossociológica, o que não exclui a inserção de outras formas de discurso.

Tendo também como base a perspectiva da cartografia social (ACSELRAD, 2008), foi possível a construção de mapas a partir de informações etnográficas do Território Algodões I. Para tal tarefa, tivemos a participação de alguns atingidos e a assessoria técnica da GGeoMaps Consultoria, empresa júnior do curso de Geografia da UFC. Assim, combinamos informações etnográficas com a participação de alguns atingidos, além da utilização de tecnologias como a dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e a do Global Positioning Systems (GPS).

Sob orientação da *GeoMaps*, visitei a região em duas ocasiões para o registro das coordenadas geográficas dos pontos de localização do território. Utilizei o aplicativo *Google Maps* do meu *smartphone* para registro dos pontos de localização, além de contar com a participação e ajuda de um atingido, que indicou *in loco* pontos significativos do território para registro, inclusive do cenário anterior ao rompimento. No processo, utilizamos também como base um cartograma construído por mim ainda no mestrado, no qual especifico os povoados e assentamentos. Dessa forma, com ajuda de alguns atingidos, fomos identificando pontos importantes e significativos para estes, a partir de suas memórias e experiências, sobretudo as relativas ao contexto atual no território. Na ocasião foi possível atualizar informações, o que propiciou também reflexões entre os atingidos no que se refere ao contexto das transformações recentes e a incógnita espacial futura referente à construção da nova barragem. Assim, no processo objetivamos apreender, nas falas dos sujeitos, sentidos, tensões e conflitos relativos às novas configurações do território em curso.

Seguindo orientações éticas (OLIVEIRA, 2004), prestei todas as informações sobre a pesquisa aos atingidos, possibilitando-lhes a liberdade de participar ou não dela. Conforme May (2004), em relação à ética, todo procedimento de pesquisa traz consigo implicações que devem ser devidamente observadas pelos profissionais pesquisadores sob o risco de comprometimento da pesquisa e de implicações negativas para com os sujeitos investigados. Nessa direção, para garantir o anonimato das pessoas, optei pela utilização de codinomes, com a exceção de pessoas reconhecidamente ativas, como o presidente da AVABA e agentes do poder público.

O texto deste trabalho está escrito em forma de narração. Nele a retórica procura articular a narração processual com a narração reflexiva, tendo consciência de minha interpretação ser apenas uma dentre várias possíveis (COLOMBO, 2005); como diria Geertz (1989), uma interpretação apenas circunstancial, de segunda ou terceira ordem, sobre os sujeitos pesquisados. Ainda como dito por Oliveira (1998), os atos de escrever e pensar são na realidade indissociáveis e “[...] formam praticamente um mesmo ato cognitivo” (OLIVEIRA,

1998, p. 32). Nessa empreitada da escrita como um ato cognitivo, o texto é “[...] escrito e reescrito repetidamente, não apenas para aperfeiçoar o texto do ponto de vista formal, quanto para melhorar a veracidade das descrições e da narrativa, aprofundar a análise e consolidar argumentos” (OLIVEIRA, 1998, p. 32). Assim, a tese está estruturada em seis capítulos.

A introdução configura o primeiro capítulo. No segundo capítulo, enfatizo a constituição histórica da relação entre a população local e o Território Algodões I. Assim, apresento os atores sociais e a dinâmica dos povoados atingidos, destacando a diversidade de atividades e de povoamentos que constituíam o território no período anterior ao rompimento de Algodões I. Trata-se de territorialidades estabelecidas no percurso histórico do Vale do Piranji. Um território narrativamente construído pelos atingidos, marca dos “tempos de fartura”, um “lugar de oportunidades” e no qual um modo específico de viver é acionado, expresso pela teia de relações materiais e simbólicas estabelecidas entre as famílias.

No terceiro capítulo, apresento a configuração atual do território após o rompimento da barragem em 2009. Tal desastre socioambiental implica uma profunda “crise ecológica”, porquanto os atingidos agora precisam se adaptar a uma nova lógica territorial, sobretudo nas regiões de assentamentos. Nessa direção, novas relações com o ambiente são estabelecidas, o que resulta também novas formas de organização social, principalmente em relação ao trabalho tradicional. Um processo de retomada dos modos e meios de vida que ainda se processa a partir de experiências individuais e coletivas. Novos territórios são construídos nesse contexto, o que configura um momento de fronteira, sobretudo em relação aos agenciamentos recentes que envolvem a construção da Nova Algodões.

No quarto capítulo, procuro apreender a dinâmica de articulação política dos atingidos, que se observa na criação da Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas da Barragem Algodões (AVABA). Para tanto, apresento importantes elementos do processo de criação dessa entidade representativa, assim como da ampliação da organização política dos atingidos, através de redes de solidariedade e cooperação. A ação política passa agora a fazer parte da vida das pessoas em meio ao conflito jurídico na busca por indenizações frente ao estado do Piauí e às discussões referentes à construção de uma nova barragem na região.

Por fim, no quinto capítulo, procuro interpretar imagens construídas pelos atingidos a partir de sonhos e projetos, nas quais estas pessoas visualizam o futuro representado pela Nova Algodões. Trata-se de um olhar etnográfico para apreensão dos desenhos mentais construídos no contexto de transformações constantes e da incógnita do território futuro. Essa reflexão constitui a base para o entendimento dos territórios de projeções simbólicas, conceito que desenvolvo e priorizo na presente tese.

## 2 TERRITÓRIO ALGODÕES I: POVOS E TERRITÓRIOS

Sobre esta casa e as árvores que o tempo  
esqueceu de levar. Sobre o curral de pedras e  
paz e de outras vacas tristes  
chorando a lua e a noite sem bezerros.

Sobre a parede larga deste açude  
onde outras cobras verdes se arrastavam,  
e pondo o sol nos seus olhos parados  
iam colhendo sua safra de sapos.

Sob as constelações do sul que a noite  
armava e desarmava: as Três Marias,  
o cruzeiro distante e o Sete-Estrela.

Sobre este mundo revivido em vão,  
a lembrança de primos, de cavalos,  
de silêncio perdido para sempre.

(Dobal, 2007).

### 2.1 Povoamentos do território: pelos caminhos das águas, o Vale do Piranji

Hoje, a área equivalente à região atingida pelo rompimento da barragem Algodões I é um importante palco histórico local, essencial para o entendimento dos diversos povoamentos que se deram na região. Pelos caminhos das águas do Rio Piranji, percorreram diferentes grupos, povos indígenas, missionários, colonizadores, dentre outros. Esta área teria sido um estreito corredor humano entre a Serra da Ibiapaba e o Rio Parnaíba, no Piauí. A região do Vale servia de ligação entre as capitânicas do Ceará, Piauí e Maranhão (PASSOS, 2007). Até o século XVII, aproximadamente, faziam esse percurso, principalmente, as missões jesuíticas que buscavam a catequização dos povos nativos de etnia dos Tapuias, na Serra da Ibiapaba, além de predadores de índios (PASSOS, 2007). O que se sabe é que estes nativos foram quase todos dizimados na região, exceto os que fugiram para as serras da Ibiapaba, no Ceará (PASSOS, 2007).

O Vale do Piranji teria sido também rota de fuga dos balaios no século XIX, por ter ligação com o estado do Ceará, seguindo a montante do Rio Piranji. Balaios refere-se aos integrantes do movimento social conhecido como Balaiada. Segundo Claudete Dias (1996), esse movimento ocorreu nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará, tendo iniciado em dezembro de 1838, na Vila da Manga (MA), e se estendido, até meados de 1841, pelo Piauí e Ceará. De um lado, grandes proprietários de terra e de escravos, autoridades provinciais e comerciantes; de outro, vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos, índios, mestiços e pequenos fazendeiros sem acesso à propriedade da terra, dominados e explorados pelas oligarquias locais durante o período da história do Brasil conhecido como Regencial. Balaiada é nome dado pela historiografia com base no apelido de Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, cognominado Balaio<sup>14</sup>, um dos principais líderes do movimento.

João Passos (2007), inclusive, destaca a presença de várias trincheiras dessa época no município de Cocal, sobretudo na região que faz a ligação com o estado do Ceará. As pessoas mais velhas da região também relatam sobre essa época:

As trincheiras, chamada lá, era no tempo antigo [...] que teve uma guerra, aí, disse que o pessoal ia. Uns iam se escondendo, e os outros vinham procurando. E aí, nesse lugar, dizem que teve um tiroteio lá [...] assim, o pessoal mais velho contava [...] morreu gente [...] tinha um lugar chamado cruz grande, uma cruzona grande, que tá lá, em frente o acero do mato<sup>15</sup>.

[...] foi enterrado até uma equipe de índio, muita gente [...] teve uma guerra aí nos algodão, nos tempos antigos teve guerra aí [...]. Rapaz, veio um pessoal de fora e parece que quiseram se apossar do lugar; aí fizeram uma guerra aí, bem aí nesse tronco de serra aí, ó, lá onde têm aqueles campos acolá. Lá foi enterrado, mais ou menos, umas dez pessoas dessa briga que teve aí. Coisa que meus avós contam. Nem eu [...] não é de meu conhecimento. É coisa dos meus avós, dos pais deles [...]. Eles contavam que eram uns índios que queriam invadir aí, né?, aí queriam romper com os antigos proprietários, e aí pegaram e se acamparam, por ali, foi aí que começou [...] aí morreu umas pessoas, que foram enterradas lá<sup>16</sup>.

No que se refere ao povoamento da região, a história local atribui à viúva Camila Silva a colonização do município de Cocal. Ela teria sido a “primeira moradora” da então Data Capibaribe, data de terra que originaria a vila, e conseqüentemente a cidade de Cocal<sup>17</sup>

<sup>14</sup> Nome relativo ao ofício de artesão de palha desempenhado por Manuel Francisco dos Anjos Ferreira.

<sup>15</sup> Informação fornecida por Seu Luís, do Povoado Recanto, e que hoje vive no Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2012.

<sup>16</sup> Informação fornecida por Seu Pedro, do Povoado Franco, em entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2012.

<sup>17</sup> Segundo João Passos (2007), o nome Cocal, referencial de identificação da região antes conhecida como Data Capibaribe, foi escolhido em homenagem à “primeira moradora” do lugar, a viúva Camila Silva. Segundo este autor, a partir de informações a respeito, sobretudo, de relatos dos mais antigos moradores da região, repassados de geração a geração, e pouco documentados, Camila Machado de Cerqueira, mais conhecida como Camila Silva, teria herdado o sobrenome do marido, Cândido José da Silva. Ela é descrita como uma senhora pequena, de pele clara e cabelos lisos que lutara com valentia para criar os cinco filhos depois de viúva, ante as

(PASSOS, 2007). Contudo, consoante João Passos (2007), uma segunda versão considera que outras famílias já viviam na região, às margens do Rio Piranji. Segundo este historiador local, em torno da Data Capibaribe, havia também as datas Contendas, Boíba, dentre outras, onde famílias já viviam e sobreviviam das águas do Piranji. Estas datas de terras tinham em comum a proximidade com o rio, área equivalente, hoje, à região atingida dos povoados. Nesse sentido, a colonização do município teria se dado de forma concomitante com outros povoamentos.

Segundo Oliveira (2013), com base em informações orais, as primeiras famílias a se instalarem nessa região teriam vindo do estado do Ceará, fugindo das secas, entre o final do século XIX e início do século XX. De acordo com Seu Luís, cidadão mais velho do Povoado Recanto, e que hoje vive no Assentamento Jacaré, as primeiras famílias a se instalarem ali foram a de Bernardo Alves, na região de Franco, e a de Honório Alves, em Gameleira – além da família de José Gonçalo Pereira, também chamado de “Zé Calafate”, em Recanto. Nessa época, também teria chegado a família de “Doca de Sousa”, no Povoado Algodões, além da família de Felipe Nery, entre os povoados Franco e Algodões. No Povoado Cruzinha, a família mais antiga seria de Raimundo Leocádio Ribeiro, entre as mais velhas da região do Vale.

Em geral, cada povoado na região do Vale tem sua origem a partir de um tronco familiar comum. No Povoado Franco, por exemplo, a maioria tem a origem no tronco familiar de Bernardo Alves. Em Gameleira, a matriz é a família de Honório Alves. Em Recanto, o tronco familiar é de José Gonçalo Pereira, também chamado “Zé Calafate”. Já em Cruzinha, a família matriz seria a de Raimundo Leocádio Ribeiro.

De acordo com informações orais dos mais velhos, as primeiras famílias vieram para essa região no tempo da “terra de comum”.

Nesse tempo, as terras antigamente não tinha nada demarcado, cada qual ficava com uma porção, um tanto. Aí foi o tempo que entrou a reforma agrária, entrou o governo [...] com essa reforma agrária, e aí foram dividir os terrenos. Cada qual ficou com uma porção de terra, que aqui [...] não era hectare, era negócio de braça [...] braça, não era hectare<sup>18</sup>.

---

dificuldades, na luta pela sobrevivência. Usava quase sempre um chapéu de palha, ou toalha, sobre a cabeça para se proteger do sol. Segundo este historiador, a Família Silva teria vindo do estado do Ceará, provavelmente fugindo das estiagens que assolavam a região, em meados do século XIX. Camila Silva teria plantado em frente de sua casa duas palmeiras de coco babaçu. Estas estão representadas na bandeira do município de Cocal, assim como o Rio Piranji. O nome Cocal seria então uma referência a essas palmeiras de Camila Silva, que se tornou, no imaginário local, uma espécie de heroína da cidade.

<sup>18</sup> Informação fornecida por Seu Pedro, do Povoado Franco, em entrevista concedida ao autor em junho de 2015.

Os limites eram estabelecidos por uma estaca fincada no chão: “[...] a pessoa chegava e ficava vivendo lá, por conta dele, era mesmo que ser dono” afirma Seu Luís, de Recanto. Segundo Almeida (2008), a categoria “terra de comum” está relacionada à fundação dos sistemas de uso comum no Nordeste a partir do processo de desagregação e decadência do sistema de *plantations* algodoeiras e da cana-de-açúcar. Essas formas de uso comum seriam resultado da contradição do próprio desenvolvimento do sistema capitalista na região. Nessas ocasiões, os proprietários de terras abandonavam ou doavam seus domínios em virtude da decadência econômica (ALMEIDA, 2008).

Apenas por volta de 1934, seria realizada uma primeira medição de terras pelo Estado. Cada um estabeleceu seu limite pelo “travessão”<sup>19</sup>, afirma Seu Luís. Mesmo assim, algumas terras ficaram sem documentos, como as do Povoado Recanto, na região do Vale. As famílias de Recanto só conseguiriam o documento das terras em 1991, por usucapião.

Em relação às principais atividades desenvolvidas historicamente na região, os mais velhos afirmam que a atividade principal sempre foi a “roça”, sobretudo o cultivo do milho (*Zea mays*), feijão (*Vigna unguiculata*) e mandioca (*Manihot esculenta ranz*). Entre final do século XIX e início do século XX, Oliveira (2013) destaca também a produção de algodão (*Gossypium hirsutum*) na área equivalente, hoje, aos povoados Franco e Algodões.

Os mais antigos destacam a forte produção de algodão no passado, a qual teria entrado em decadência com a praga do “bicudo”<sup>20</sup>. A forte produção de algodão teria assim originado o nome do Povoado Algodões, no Vale, e, posteriormente, da Barragem Algodões, construída ao lado do povoado. Praticou-se, também, por um período, o cultivo da mamona (*Ricinus communis*) e da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*). Estas eram comercializadas para o estado do Ceará, sobretudo a mamona; da cana-de-açúcar produzia-se aguardente para distribuição no comércio local.

Todos esses elementos históricos indicam uma diversidade de povoados no território em análise para o presente estudo. A região do Vale do Piranji configura-se, portanto, importante palco histórico local marcado pela presença histórica de diferentes grupos envolvidos no processo de povoamento na região. Essa breve contextualização indica questões históricas importantes para a compreensão do território; entretanto, faz-se necessária uma análise mais detida sobre esse processo, o que desafia a pesquisa genealógica e das relações de parentesco em estudos posteriores.

---

<sup>19</sup> Traço fixado para demarcação de terras.

<sup>20</sup> O inseto bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*), da família dos curculionídeos, é originário da América Central. Trata-se de uma praga com maior potencial de dano à cultura do algodão, capaz de destruir até 70% da lavoura (PRAÇA, 2007).

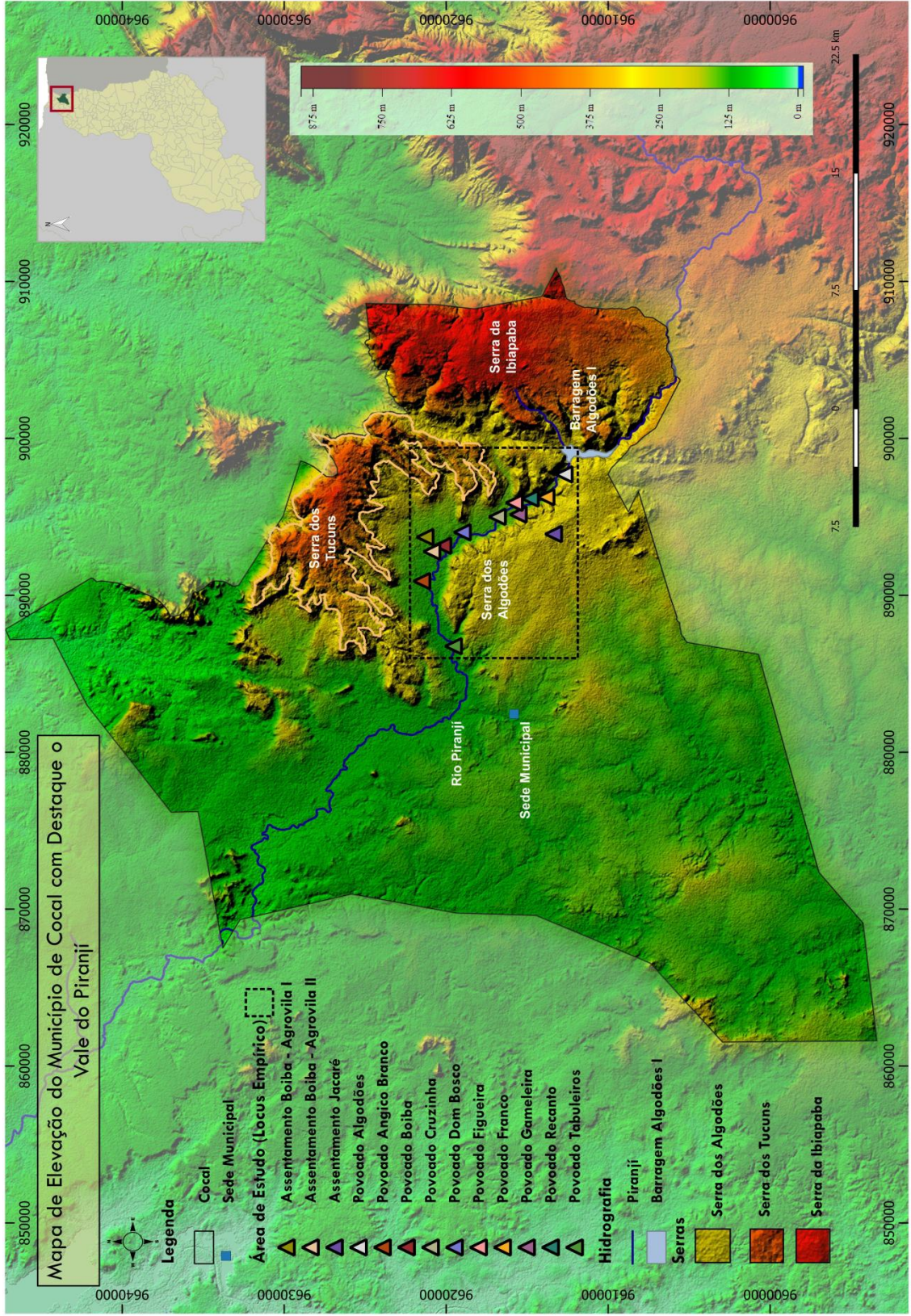
## 2.2 O Vale do Piranji: povoados do Território Algodões I

Os povoados atingidos pelo rompimento da barragem Algodões estão situados no Vale do rio Piranji, entre a Serra dos Algodões. Esta faz parte do conglomerado de serras que compõem a formação geológica Serra Grande, ou Serra da Ibiapaba. Área de Proteção Ambiental (APA) Serra da Ibiapaba, instituída por decreto (BRASIL, 1996)<sup>21</sup>. Em minha delimitação de campo e recorte espacial, que denomino Território Algodões I, inserem-se, portanto, esses povoados, territórios construídos no interior do percurso histórico no Vale do Piranji (Mapa 4).

---

<sup>21</sup> A Área de Proteção Ambiental (APA) Serra da Ibiapaba foi criada com o objetivo de garantir a conservação das remanescentes de cerrado, caatinga e Mata Atlântica; proteger os recursos hídricos, a flora e a fauna silvestres; melhorar a qualidade de vida das populações residentes; preservar as culturas e tradições locais; fomentar a educação ambiental; e estimular a ordenação do turismo ecológico (BRASIL, 1996). Administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), seus limites englobam diversos municípios dos estados do Piauí e Ceará.

Mapa 4 – Elevação do município de Cocal, destacando o Vale do Piranji



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na perspectiva de construção histórica do território, pode-se afirmar que o território é vivo. Ele se transforma a partir da relação e do entrecruzamento de agentes humanos pela ação e vivência destes. Do mesmo modo, o território também atua diretamente na estruturação dos sujeitos a partir da experiência. No caso em estudo, trata-se de territórios específicos que têm vivenciado historicamente a ação do Estado. Este atua geralmente por meio de políticas governamentais que possuem, no âmago de suas ações, uma concepção exclusivamente material do território (PEREIRA; PENIDO, 2010).

Dessa forma, torna-se fundamental inferir, antes de tudo, que para além de uma dimensão exclusivamente material, geralmente privilegiada por ações governamentais, a relação dos sujeitos com o território desvela

Sentimentos, valores e preferências transmitidos através de gerações que construíram sua própria cultura, seu modo de vida, e atribuíram, para além do valor material, um valor simbólico à terra, à mata, ao rio, elementos formadores de identidades e alteridades. O território transcende a dimensão objetiva da reprodução de necessidades básicas e das relações de poder, ao incluir uma outra dimensão – subjetiva e simbólica, identitária, afetiva e cultural – fundada pela prática social. (PEREIRA; PENIDO, 2010, p. 258).

É nesse sentido que a relação entre a população local e o Território Algodões I pode ser compreendida a partir de momentos diversos e das relações sociais estabelecidas historicamente no território. Segundo Oliveira (2013), os povoados do Território Algodões I são formados por uma diversidade de povoamentos e territorialidades. Em sua grande maioria, podem ser identificadas como populações rurais. Trata-se, como diria Brandão (2007), de um campesinato diversificado<sup>22</sup>, cujas famílias viviam, antes do rompimento da barragem, basicamente, de atividades agrícolas, criações e pesca, estabelecendo relações não apenas de ordem material, mas também de ordem moral (WOORTMANN, 1990),

---

<sup>22</sup> Inflexões discursivas contemporâneas apontam as limitações das teorias sobre campesinato. Ellen Woortman (1995), por exemplo, mostra que as teorias do campesinato formuladas por autores clássicos como Chayanov, Galeski, Tepicht, Robert Redfield, dentre outros, não levavam em conta as teorias de parentesco em suas análises. Estes autores clássicos privilegiavam uma compreensão na qual se enfatizava o viés econômico. No Brasil, Garcia Júnior e Heredia (2009) também priorizam uma perspectiva econômica, porém destacam o adjetivo “familiar” como um marcador essencial para compreensão do meio rural brasileiro. Um marcador que ultrapassa a dimensão exclusivamente econômica. Shanin (1980), em uma discussão marxista, desmistifica o conceito de “camponês”. Para esse autor, “um camponês” não existe num sentido imediato e estritamente específico, preso a generalizações, porquanto a diversidade, “[...] a heterogeneidade dos camponeses é indubitável” (SHANIN, 1980, p. 2). De fato, conforme Almeida (2007), as teorias sobre o campesinato mostram-se insuficientes diante das expressões rurais contemporâneas; entretanto, não se pode “jogar fora a criança junto com a água do banho”, como afirma Moraes (2011), pois o conceito de campesinato ainda guarda virtudes explicativas que não são descartáveis por completo. Assim, afirma ainda esta autora, as inflexões atuais não implicam o fim do campesinato como conceito analítico, mas a emergência de um novo nominalismo, expressão de novos atores sociais, que, na cena política atual, podem ser identificados como populações tradicionais, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, etc. As famílias atingidas pelo rompimento da barragem em Algodões I também se inserem nessa diversidade de expressões contemporâneas.

sociabilidades que envolvem reciprocidades (MENEZES, 2007). Trata-se, portanto, de experiências diversas, acionadas na construção de memórias e territorialidades.

Assim, o período anterior ao desastre ocasionado pelo rompimento da barragem Algodões é marcado, na memória coletiva, como o “tempo do açude”. Nesse sentido, a relação com o território apresenta-se de forma múltipla e diversa, na qual o passado é reconstruído como lugar de riqueza e fertilidade na região dos povoados.

### **2.3 Povoado Algodões e Franco: o destaque da horticultura irrigada e o lazer dos balneários no Vale**

A barragem Algodões I, construída entre 1995 e 2001, foi pensada inicialmente com o objetivo de cumprir três finalidades principais: a) abastecimento de água do município de Cocal; b) regularização da vazão do Rio Piranji; c) aproveitamento hidroagrícola das terras a jusante (DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, 2009). Concluída a obra, fora a perenização do rio, tais objetivos não foram alcançados, sobretudo devido à deficiência de infraestrutura no que se refere a um sistema de canalização para o abastecimento, até a zona urbana, da cidade de Cocal, além da ausência de projetos de subsídios e assistência técnica para a população por parte do poder público.

Entretanto, apesar da insuficiência do empreendimento, em relação às finalidades pensadas pela gestão governamental, a barragem acabou perenizando o Rio Piranji na região dos povoados do Vale, pois esse curso d’água secava nos períodos de estiagem. Tal condição possibilitou o aumento da “riqueza” na região, como afirmam os atingidos, pois a comporta de vazão da barragem liberava a jusante uma quantidade de água que mantinha o fluxo do rio estável. Dessa forma, não havia mais preocupação com períodos de seca nem com enchentes.

De fato, a estabilização do fluxo do rio propiciou um aumento da produtividade na região dos povoados. Nos povoados Algodões e Franco, por exemplo, povoados mais próximos à parede da barragem, destacava-se a utilização da irrigação no cultivo de hortaliças. As pessoas utilizavam seus próprios recursos e conhecimentos adquiridos na prática para utilização e manejo das águas para irrigação, mesmo na ausência governamental quanto a projetos de subsídios e assistência técnica para a população a jusante.

Assim, faziam o cultivo de hortaliças diversas como coentro (*Coriandrum sativum*), maxixe (*Cucumis anguria*), cebola (*Allium cepa*), tomate (*Solanum lycopersicum*), alface (*Lactuca sativa*), culturas típicas de verão.

Aí depois ele começou a trabalhar com horticultura, além do banho, aí eu também comecei a fazer meus plantios também dentro do terreno. Sempre eu tinha esse ganho extra. O meu pai plantava cebola, coentro, banana (*Musa sapientum*), macaxeira (*Manihot esculenta crantz*), ata (*Annona squamosa*), goiaba (*Psidium guajava*) [...] e eu no mesmo estilo sempre acompanhando ele [...] Ele canalizou a água do açude até o nosso terreno. Tinha uma saída de água. Ele conseguiu lá fazer uma adaptação dessa saída d'água da comporta e irrigamos o nosso terreno. A maioria usava bomba pra puxar a água, só que o papai querendo economizar o da energia, ele pegou e, como eu te falei, é muito inteligente o velho. Aí ele pegou e puxou, ele comprou a encaiação, a tubulação e trouxe do açude pra vim só pela gravidade<sup>23</sup>.

Produzia eu, o Zé Cantino, a Rosália, a comadre Ana, o compadre Pereira [...] A D. Raimunda produzia muito também [...] o coentro, alface, cebola, tomate [...]. Eu aprendi da necessidade, entendeu? [...] O papai era da roça mesmo, daqueles bravos, que só sabia plantar mandioca e feijão. Isso foi assim, aí, a gente vendo os outros, perguntando como é que faz. Desse jeito! Comecei assim!<sup>24</sup>.

Além do destaque das hortaliças, faziam o cultivo também de banana (*Musa sapientum*), melancia (*Citrullus lanatus*), mamão (*Carica papaya*), coco (*Cocos nucifera*), macaxeira (*Manihot esculenta crantz*), dentre outros. Boa parte dessa produção abastecia, inclusive, o mercado municipal de Cocal. Em Algodões e Franco, trabalhavam também com piscicultura, criando, principalmente, o tambaqui (*Colossoma macropomum*) e a tilápia (*Tilapia rendali*). Seu Vladimir de Algodões destaca essa época.

Trabalhava com horticultura, mas a minha produção mesmo principal, que me dava mais lucro, era banana e peixe [...] a gente fazia os tanques tudo na margem do rio [...] lá passou da água pro vinho, pessoas que não podiam comprar uma moto, com dois anos que trabalhava, comprava uma D-20.<sup>25</sup>

De fato, a perenização do rio trouxe novas possibilidades de produção. A horticultura irrigada assume papel de destaque, sobretudo nos povoados Algodões e Franco. Entretanto, a atividade principal sempre foi a “roça”, sobretudo o plantio de milho, feijão e mandioca, além da pequena criação. A maioria das pessoas se compunha de pequenos proprietários e parceiros com contratos de arrendamento. Entretanto, nem todas as famílias possuíam títulos das terras, sendo a maioria terra de herança que se ia dividindo de maneira informal.

Nestes povoados, assim como em todo o Vale, terras são cultivadas em cima de morros. Nestas áreas, é comum o cultivo, sobretudo do milho e do feijão de corda, também denominado de “tardão”, em regime de consórcio; já na terra “chã”, área de terra plana de

<sup>23</sup> Informação fornecida por Heitor, do Povoado Algodões, hoje reside no centro de Cocal, em entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2012.

<sup>24</sup> Informação fornecida por Antônio, do Povoado Franco, hoje vive no assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>25</sup> Informação fornecida por Seu Vladimir, do Povoado Algodões, hoje vive no assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2012.

acordo com a taxonomia local, pratica-se a horticultura, e faz-se o cultivo de macaxeira e mandioca a partir da “maniva”, além do plantio do feijão de moita, denominado na região também como “feijão ligeiro”. Essa denominação está vinculada ao ciclo mais curto do “feijão ligeiro” em relação ao “tardão”, que possui ciclo mais longo.

Não exclusivamente nos povoados Algodões e Franco, mas em toda a região do Vale, esse campesinato local utiliza termos bem particulares para medir o volume de suas roças. Uma área plantada de 1.200 m<sup>2</sup>, por exemplo, corresponde a “um litro de roça”, que se refere também a um terreno de “12 x 25 braças”. Braça é uma antiga medida de comprimento ainda muito utilizada na região do Vale. Uma braça equivale a aproximadamente 2,20 m. Já uma área de um hectare, ou 10.000 m<sup>2</sup>, corresponde, de acordo com a taxonomia local, a “um terreno de medida”, que, segundo as pessoas da região, “pega mais de dez litros de roça”.

Como dito anteriormente, a maioria se compunha de pequenos proprietários e parceiros, com contratos de arrendamento. Entretanto, tais atividades só podem ser entendidas em sua dinâmica, pois funcionavam de forma bem complexa na região do Vale. No que se refere às atividades, os limites eram muito tênues. Um pequeno proprietário de terras, por exemplo, eventualmente arrendava também outra área para cultivo mais propícia à determinada cultura. Nessa condição, era estabelecido um contrato de arrendamento, no qual o pagamento era realizado por meio de uma parte da produção.

Além da questão produtiva, fazia parte da paisagem, nos povoados Algodões e Franco, a presença de balneários, que funcionavam como áreas de lazer para as pessoas da região. Estes balneários iam se formando no Vale, onde era possível a construção de pequenas represas. “Tinha o balneário do papai nos Algodões, tinha o do Nenê, no Franco, tinha o do Zé Ferreira [...]”, afirma Heitor, do Povoado Algodões. Além das áreas de lazer em Algodões e Franco, havia balneário também em outros povoados do Vale, como o balneário do Zé de Sousa, um dos mais frequentados da região, o qual ficava no Povoado Cruzinha.

Por um conhecimento adquirido na prática, faziam o manejo das águas na construção de pequenas represas. Estas acumulavam água para estes balneários, aproveitando-se da água liberada pela comporta de vazão. Esta servia também como área de lazer, pois o grande chuveiro da comporta (Fotografia 2) formava um pequeno lago antes de seguir pelos povoados.

Fotografia 2 – Chuveiro da comporta de vazão que servia também como área de lazer no Povoado Algodões



Fonte: Albuquerque (2007).

A região do Vale também é rica em olhos d'água que nascem entre as serras. Estes lugares de olhos d'água teriam servido como refúgio no passado, no “tempo do cativo”, como afirmam os mais velhos. Segundo informações orais das pessoas da região, muitos desses olhos d'água foram fechados e cobertos no passado para dificultar o acesso e facilitar a captura dos que “se escondiam na mata”.

Esse tempo também pode estar associado ao “tempo do pega”, como identificado por Assunção (2008), referindo-se ao recrutamento de camponeses livres para o Exército, para a Marinha e para o trabalho forçado em obras públicas, na primeira metade do século XIX. Segundo este autor, os camponeses livres eram vistos como vadios e criminosos pelo governo imperial, devido ao modo de vida rural autônomo (ASSUNÇÃO, 2008).

Tais medidas relativas à disciplinarização da mão de obra livre dessas pessoas teriam sido, inclusive, um dos elementos que resultaram no movimento social conhecido como Balaiada (ASSUNÇÃO, 2008), que teve início no Maranhão e se estendeu pelo Piauí e Ceará. Isto é presente no relato de pessoas na região dos povoados, as quais diziam que, em alguns lugares na mata, havia restos de trincheiras do “tempo dos balaios”.

Os lugares de olhos d'água são áreas de difícil acesso, mas que serviam para o consumo em tempos de seca. Por exemplo, no Povoado Algodões, por intermédio de um

sistema de canalização, um desses olhos d'água abastecia alguns dos povoados do Vale<sup>26</sup> para o consumo doméstico, o “olho d'água dos Algodões” (Fotografia 3).

Fotografia 3 – “Olho d'água dos Algodões”



Fonte: Captada pelo autor.

Com a perenização do rio, passou-se a ter fartura de água, o que trouxe riqueza para os povoados no Vale; tanto no que se refere ao sistema produtivo tradicional desenvolvido na região, quanto ao que toca à horticultura irrigada, além das áreas de lazer, dentre as quais se destacam, principalmente, os povoados Algodões e Franco. Assim, quem não tinha acesso à água por meio do olho d'água dos Algodões obtinha esse bem pelas águas do rio, que se tornara perene no percurso dos povoados, o que possibilitou o aumento da produtividade local e a melhoria de vida das pessoas.

#### **2.4 Povoado Recanto: “os calafates do Piranji”**

As pessoas de Recanto também são conhecidas como calafates. Ao que tudo indica, com base em relatos orais, as famílias de Recanto são remanescentes de famílias que foram escravizadas no contexto histórico da escravatura no estado do Piauí. Segundo Oliveira (2013), com base em informações orais, o termo calafates seria uma denominação dos antigos do lugar. Os primeiros a chegar a Recanto teriam “vindo da praia” e se chamavam calafates, como afirmam os mais velhos da região do Vale.

---

<sup>26</sup> Após o rompimento da barragem em 2009, o sistema de canalização que abastecia alguns povoados do Vale foi destruído e levado pelas águas.

Aí veio esse pessoal [...] os curtidor! [...] curtidor de sol, [...] de gado. Aí veio esse curtidor da beira da praia, que se chamava José Gonçalo Pereira, até o colégio do Franco botaram o nome dele, o colégio que o açude levou [...] os moreno que chamam de calafate, chamam assim por apelido. Foi dois, um casal. Aí transformou numa família que tá grande, a família deles, aí, dos morenos [...] fundaram o lugar. [...] Aí eles ficaram com essas [...] ficou umas sobras de terra!<sup>27</sup>.

Segundo os mais velhos da região, os primeiros de Recanto seriam da família de José Gonçalo Pereira, também conhecido com Zé Calafate. Ele era curtidor de couro e “teria vindo da praia”. Seu Luís, o mais velho de Recanto afirma essa descendência. Zé Calafate seria seu Avô.

[...] Antônio Gonçalo Pereira e Francisca Maria da Conceição, que era meus pais; e Joaquim Gonçalo Pereira e Maria Livramento da Conceição; era meu sogro [...]. Mais o José Gonçalo Pereira [Zé Calafate] que foi quem chegou primeiro, é o meu avô [...] lá de uma banda, de um lugar chamado Calafate, na praia [...] dali, de Parnaíba para cima. Aí eles vieram pra cá [...] aí quando eles chegaram era naquele tempo que a terra era comum, e eles se apossaram. O finado Raimundo Alves pra cima, o finado Honório Alves pra baixo, o finado Gonçalo mais pra baixo<sup>28</sup>.

D. Helena, originária do Povoado Cruzinha e que reside hoje no centro da cidade de Cocal indica que as famílias de Recanto teriam se originado a partir de dois casais. Um destes, sua família havia herdado no contexto da época.

Esses calafates vieram assim [...] eles vieram, os primeiros, esse Zé Calafate [...] que é o primeiro que veio [...] que eu conheci ele muito mal, porque eu era muito pequena. Ele veio através da minha vó, que era mãe do meu pai, porque eles ganharam [...] ela ganhou um casal de escravos. Aí era o Zé Calafate e a finada Chica Cassiana, [...] que era a mulher dele [...]. Eles mexiam com curtir couro, [...] mas eles não eram o dono. [...] eles eram tratado assim, meio como [...] escravo mesmo. Eram tratados assim [...] mas aí, não eram aqueles escravos como antigamente, porque o Zé Calafate, ele veio através da minha vó, ela era do Caxingó [cidade próxima a Cocal, fazia parte da antiga Parnaíba]. Ela trouxe de lá, [...] do Mucambo. Aí depois o Bernardo Alves trouxe outros calafates, outro casal, Chico Bibiano e Maria Luzia [...]. Aí começou a aumentar, que aumentou ligeiro [...] os mais novos [...] mas os mais velhos, era o Zé Calafate, o Chico Bibiano, Maria Luzia. [...] a minha bisavó herdou, porque de primeiro quem casava e que a família tinha escravo, herdava os escravos. Era passado. [...] aí foi se formando os calafate lá, e eles moravam num lugar chamado macambira, que era entre Franco e Gameleira. Aí esse canto grande já apareceu depois, que aí foi que eles começaram a crescer no rumo desse canto [Recanto]. [...] Aí foram crescendo, crescendo a família [...] aí foi o tempo que acabou esse negócio de escravo, né?, não tinha mais escravidão, graças a Deus [risos]. Eram esses aí, [...] todos trabalhavam, os mais velhos não é?<sup>29</sup>.

<sup>27</sup> Informação fornecida por Seu Pedro, do Povoado Franco, em entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2012.

<sup>28</sup> Informação fornecida por Seu Luís, do Povoado Recanto, que hoje vive no assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2012.

<sup>29</sup> Informação fornecida por D. Helena, do Povoado Cruzinha, hoje vive no centro de Cocal, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

Calafate se refere à antiga profissão nos primórdios da navegação. Esse profissional era responsável pela vedação dos barcos. Depois da construção dos barcos, cabia ao calafate preencher, com estopa de algodão torcido e intumescido, as frestas que permaneciam nos espaços entre a estrutura e as tábuas do costado por onde a água podia se infiltrar (MUSEU NACIONAL DO MAR, 2016). Pelos relatos frequentes de que os primeiros habitantes de Recanto teriam vindo da Praia e eram chamados de calafates, supõe-se, a partir de indícios, que a localidade tenha se originado de alguma família remanescente de escravos oriundos do município de Parnaíba, litoral piauiense.

Nessa direção, segundo Rêgo (2010), na antiga Parnaíba, escravos desempenhavam as mais diversas profissões, inclusive, a de calafate. A cidade de Cocal (PI) também fica próxima ao litoral piauiense. Deve-se salientar que suas terras já pertenceram ao município de Parnaíba (PI), emancipando-se somente em 1948 (PASSOS, 2007). Assim, tais elementos históricos são, sobremaneira, bastante significativos das famílias de Recanto. Entretanto, estas não são reconhecidas politicamente nem se autoidentificam como remanescentes. O termo calafate é utilizado, inclusive, de maneira pejorativa na região como forma de estigmatizar essas pessoas.

Em tempos mais recentes, anterior ao rompimento da barragem, a atividade principal em Recanto sempre esteve relacionada ao “plantio de roça”, assim como nos demais povoados. A maioria praticava o que Moraes (2009) entende como agricultura de provisão, pois cultivavam de acordo com a necessidade de provisão alimentar. Dessa forma, cultivavam principalmente o milho, o feijão e a mandioca, além da criação de “vivos”, o que se refere à pequena criação, como galináceos (*Phasianidae*), suínos (*Sus domesticus*), caprinos (*Capra hircus*) e ovinos (*Ovis aries*).

A agricultura de provisão implica uma lógica pela qual nem sempre a produção é voltada exclusivamente para o consumo direto da família. Nessa direção, as atividades de venda e compra também se fazem presentes, mas de forma limitada, pois visam prover o grupo geralmente daquilo que ele não produz. Assim, dependendo de algumas circunstâncias – como, por exemplo, a necessidade de dinheiro em ocasião de emergência e o tamanho da produção em relação às necessidades de consumo anual –, a compra e a venda podem também ser estabelecidas, ampliando-se, dessa forma, a lógica da produção, não voltada exclusivamente para o consumo direto<sup>30</sup>.

A base desse sistema de produção é conhecida como roça-de-toco. Segundo

---

<sup>30</sup> A partir desse entendimento, “agricultura de provisão” configura-se numa alternativa, a utilização de “agricultura de subsistência”, que sugere uma produção voltada exclusivamente para o autoconsumo.

Moraes (2000), é comumente designado no Brasil também como coivara ou queimada. Segundo esta autora, esse sistema tradicional compreende quatro etapas: a) brocar, que consiste em derrubar e queimar o terreno da roça; b) plantar na terra limpa, apenas com o que resulta das cinzas da vegetação queimada; c) usar o terreno por três a quatro anos para cultivo; d) abandonar o terreno para recuperação da fertilidade do solo. Com base em experiência de campo e de conversas com pessoas do Povoado Recanto, pode-se descrever um pouco esse processo de produção tradicional.

Primeiro é necessária a realização da “broca”. Este período é iniciado na região geralmente entre os meses de julho e agosto na esperança de um bom inverno<sup>31</sup>. Determina-se o espaço e se “derruba a mata”, cortando árvores menores com utilização da foice; depois, derrubam-se as árvores mais altas e de troncos mais espessos com a utilização de um machado; ao tempo em que é realizada a broca, também se seleciona a madeira que será utilizada posteriormente para o cercamento. Em seguida, é feito o “aceiro” ao redor do espaço delimitado para que o fogo não se espalhe na hora da queima. Assim, vários “fechos” com pequenos gravetos são acessos em volta da área delimitada; então se inicia a “queima”. Algumas vezes é necessário realizar a “coivara”, que consiste na conclusão da queima da vegetação; nesse processo, organiza-se a madeira dispersa em amontoados para queimar. Por fim, é realizado o cercamento da área com a madeira selecionada anteriormente e que servirá como proteção da roça, impedindo a invasão das pequenas criações ou do gado. Na região, o período entre a queima e o cercamento da roça dá-se, geralmente, entre os meses de outubro, novembro e dezembro, podendo também variar dependendo da perspectiva de inverno na região.

Toda essa preparação da área é necessária para o plantio, além da necessidade de a terra estar “bem molhada”, bem úmida. Esta condição dependerá das chuvas na região. Geralmente, no mês de janeiro, é realizado o plantio do milho e do feijão. Já a mandioca e a macaxeira, cujo plantio é realizado a partir da “maniva”, dá-se entre os meses de janeiro e março, dependendo das chuvas no período.

O dia 19 de março, dia de São José, é a data-limite em que se encerra a esperança de “um bom inverno” para as pessoas da região. Após a realização do plantio, ainda são realizadas duas “limpas”, antes da colheita. A limpa é realizada para que o “legume possa aproveitar toda a força da terra”. Durante esses tratos culturais, utilizando-se da enxada,

---

<sup>31</sup> Importante destacar que o inverno na região está relacionado ao período chuvoso, e o verão, ao período seco. O período chuvoso geralmente se dá de dezembro a abril; o período seco, de maio a novembro.

retira-se o capim e o “mato”<sup>32</sup> que disputam os nutrientes da terra com o legume. Por último, a realização da colheita, dependendo do ciclo de cada cultura. O milho e o feijão possuem ciclos mais curtos; já a macaxeira e a mandioca possuem ciclos mais longos.

De acordo com pessoas da região, cultiva-se, por três a quatro anos, uma mesma área. Depois ela fica em descanso por aproximadamente dez anos até ser novamente utilizada. Segundo Seu João de Recanto, uma terra é considerada boa quando se cultiva por até quatro anos e ela “não cansa”. Depois a terra fica “encapoeirada”<sup>33</sup>. Segundo Bourdieu (1994) o tempo de recuperação da mata varia conforme o terreno, e a sua reutilização depende do estoque de terras disponíveis. Assim, essa lógica é estabelecida nos limites do senso prático, pois as condições reais para realização do pousio dependem do estoque de terras disponíveis.

Em Recanto, é muito comum o cultivo do milho e do feijão em regime de consórcio, em cima de morros. As terras do povoado estão localizadas, em sua maioria, nestas áreas (Fotografia 4).

Fotografia 4 – Área de roça no morro em Recanto<sup>34</sup>



Fonte: Captada pelo autor.

Os terrenos são bastantes acidentados e com muitas pedras. Segundo Seu João de Recanto, no morro, a “[...] terra é mais forte, [...] a gente planta no barro”, sendo mais propícia, sobretudo, ao cultivo do milho. Na “[...] pedra acaba segurando mais o molhado”,

<sup>32</sup> Vegetação nativa, pioneira. A intensidade da presença do mato indica a necessidade de limpas e a diminuição da produtividade da área.

<sup>33</sup> A terra encapoeirada indica a necessidade de pousio. Após a utilização por quatro anos, aumenta-se a intensidade do mato, indicando que a terra está menos produtiva.

<sup>34</sup> No trabalho, após a realização da queima, inicia-se o cercamento.

diz Seu Valdir de Recanto. De fato, as pedras nos morros acabam protegendo o solo da ação do sol, mantendo a terra úmida por mais tempo (Fotografia 5).

Fotografia 5 – Destaque do solo com a presença de muitas pedras em área de roça no morro em Recanto



Fonte: Captada pelo autor.

As famílias de Recanto também praticavam a pesca no Rio Piranji, principalmente para o autoconsumo. Com a perenização do rio, as terras às suas margens ficaram úmidas e férteis. Desse modo, fazia-se também o cultivo de hortaliças nas margens do rio, aproveitando-se da umidade. Apesar da produção em menor escala no cultivo de hortaliças, em Recanto, esta atividade era responsável por um bom incremento na renda das famílias. D. Marta, por exemplo, diz que apurava uma boa renda com a venda dessas hortaliças na feira em Cocal.

Em relação aos demais povoados do Vale, os calafates apresentavam condições materiais mais precárias. O documento de posse de suas terras foi obtido somente em 1991 mediante usucapião, por Seu Luís, o mais velho da família, e um primo, que veio a falecer no mesmo ano.

[...] Agora ficou uns terrenos sem documento, [...] aí depois eu fui, em Parnaíba, procurei o nome deles [pais de Seu Luís] não encontrei, aí, eu fiz o usucapião. [...] agora na era de 91. [...] Não tinha documento e todo mundo entrava e dizia: vocês não têm terra, que não têm documento. [...] eu fiz mais um primo meu, o Domingos Bibiano, que morreu. É tudo da mesma família. [...] Agora eu pago o imposto todos os anos<sup>35</sup>.

<sup>35</sup> Informação fornecida por Seu Luís, do Povoado Recanto, em entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2012.

Seu Luís, hoje, é uma espécie de guardião do documento para as famílias do povoado. O documento fica sob sua proteção e responsabilidade, contudo qualquer um dos vários membros da família possui o direito de uso da terra, tanto para moradia, como na utilização para o cultivo. Segundo Almeida (2008), esse sistema configura uma forma de apropriação comum da terra. Domínios de terras titulados, mas que permanecem indivisos, sem proceder a uma formal partilha, as chamadas terras de herança (ALMEIDA, 2008). Essa relação com a terra também é comum nos demais povoados do Vale.

Todos esses elementos implicam uma estrutura social construída historicamente das famílias de Recanto, sobretudo no tempo anterior ao desastre. Após o rompimento da barragem, estas relações foram fortemente abaladas, e o Povoado Recanto está hoje totalmente desabitado. As famílias vivem, atualmente, em sua maioria, no Assentamento Jacaré, tendo que se adaptar a um novo contexto.

## **2.5 Povoados Figueira, Gameleira e Cruzinha: o desenvolvimento da pecuária**

Seguindo o percurso pelo canal do rio, observam-se os povoados Figueira, Gameleira e Cruzinha. Nestes povoados, a maioria dos habitantes constitui-se também de pequenos proprietários que praticavam a agricultura, cultivando, sobretudo, o milho, o feijão e a mandioca. Nestes povoados, entretanto, além do sistema de produção tradicional, pode-se destacar a criação de animais, principalmente de gado (*Bos taurus*), como afirma Edmar, do Povoado Figueira.

[...] Aqui era melhor de a gente criar. É mais fartura de água, que tinha, não é? Tinha mais fartura de água, e aí foi que [...] muita terra de trabalhar também. [...] nós sempre nas lutas, com um viventezinho velho nosso, pelejando, e tudo, pouquinho mais [...] eu sempre eu gostei de vivente [...] aí o meu negocio era só lutar [...]. [...] antes do açude [romper] tinha roça, nós criava [...], nós criava porco [...], criava umas galinhazinha, [...] o gado, o gadinho também nós tem, é pouco também nosso gadinho é bem pouquinho, mais nós tem também. Uma merrequinha [...] eu não tenho dez gado, o papai também. O papai tem um gadinho, mais pouco [...]. Aí nosso gadinho é só [...] é bom, precisa de um leite para uma criança [...], a gente não vai comprar o leite, não é? Tira da vaca da gente. [...] Sempre nós trabalhamos com isso<sup>36</sup>.

Em Figueira, basicamente, viviam as famílias de Seu Caboclo Manuel e filhos. Seu Caboclo Manuel possui doze filhos, e sua família é uma das mais recentes do Vale.

---

<sup>36</sup> Informação fornecida por Edmar, do Povoado Figueira, em entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2012.

Vivem, aproximadamente, há trinta anos em Figueira. Esta família teria vindo de uma localidade chamada “Poço das Pedras”, região “mais para dentro das serras”, afirma Edmar, filho de Seu Caboclo. Edmar já constituiu família, assim como seus outros irmãos mais velhos. Em Figueira havia aproximadamente oito casas, a de Seu Caboclo e a dos filhos, que desempenhavam atividades voltadas à agropecuária.

Já nos povoados Cruzinha e Gameleira, estão presentes algumas das famílias que descendem dos mais antigos da região do Vale. Estas famílias possuíam maiores extensões de terra – terras de herança que foram se dividindo de maneira informal. Em Gameleira, as famílias são descendentes do tronco familiar de Honório Alves, irmão de Bernardo Alves, o mais antigo do Povoado Franco. Em Gameleira, a família de Gonçalves Ferreira também é uma das mais antigas, entretanto não gerou muitos descendentes.

Em Cruzinha, as famílias descendem do tronco familiar de Raimundo Leocádio Ribeiro. Este, segundo informações orais, foi proprietário de quase toda a região que engloba os povoados delimitados para esta pesquisa. O filho de Raimundo Leocádio Ribeiro, por exemplo, Raimundo Leocádio Filho, conhecido também como Caboclo Doca, foi proprietário das terras de, pelo menos, três povoados, como indica D. Helena de Cruzinha, uma das mais velhas da região, e filha de Caboclo Doca.

Era Cruzinha, Franco, e os Algodões [...] o meu pai era proprietário das três regiões. [...] Raimundo Leocádio Filho, que era o Caboclo Doca, [...] meu pai. [...], o franco mesmo, já veio [por herança] para o papai, já do Joaquim Nery [...] mas era o Franco mesmo, quer dizer [...] que o Franco era duas regiões, [...] porque era dividido [...] um mais em cima [...] que era do meu pai [...] e o Bernardo Alves mais embaixo<sup>37</sup>.

Como dito anteriormente, cada povoado tem sua origem a partir de uma família matriz. A família de Raimundo Leocádio Ribeiro é uma das mais antigas da região. Nessa direção, pode-se inferir que, a partir de alianças matrimoniais estabelecidas entre as primeiras famílias da região, as terras divididas por herança foram formando cada povoado na região do Vale, mesmo sem haver uma formal partilha. Ao longo do tempo, apenas as famílias de Recanto não estabeleceram alianças matrimoniais com as demais famílias da região, sobretudo pelo preconceito e discriminação da época, em virtude de suas origens.

Todas essas questões contribuem para o entendimento das relações de reciprocidade existentes entre as famílias dos povoados. Maurício, do Povoado Cruzinha, e que hoje reside em Fortaleza, destaca que, quando criança, tinha de “pedir a benção” em toda casa dos povoados a que chegava. “Meu pai dizia que todo mundo era parente”, diz ele.

---

<sup>37</sup> Informação fornecida por D. Helena, do Povoado Cruzinha, que hoje vive no centro de Cocal, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

Em tempos mais recentes, anterior ao desastre em 2009, a atividade da pecuária também se destacava nos povoados Cruzinha e Gameleira. Em Cruzinha, destacava-se a criação de gado leiteiro, além do gado *vacum*; em Gameleira, o destaque era o gado *vacum* para o corte. Assim como nos demais povoados, para o desempenho dessas atividades a base da mão de obra era familiar.

Todo mundo era junto, todo mundo só trabalhava junto [...], meus filhos trabalhavam, todos juntos, eu que comandava tudo, [...] meus filhos. [...] Para colher, para plantar, para criar, era tudo junto. Nós tinha criação boa de gado [...], eu que dava manutenção em tudo [...], quebrava alguma coisa eu vinha buscar, que nos trabalhava tudo junto<sup>38</sup>.

De fato, a criação de gado se destacava nestes povoados em relação aos demais. Os maiores rebanhos contabilizavam aproximadamente sessenta cabeças de gado. Em Cruzinha e Gameleira, concentrava-se a maior parte dos rebanhos; logo, nestes, as terras eram mais extensas. No período chuvoso do inverno na região, o gado era criado mais solto, pois havia muito capim nos pastos, além da vegetação nativa das serras e morros; já no verão, período seco na região, o gado ficava um pouco mais preso para “um melhor trato” na alimentação.

Além do destaque da criação de gado, no Povoado Cruzinha, também havia muitos cajueiros (*Anacardium occidentale*), o que propiciava uma boa renda no ano em virtude da comercialização da castanha. Entre os meses de junho e julho, os terrenos eram “roçados”, limpos para facilitar a colheita, realizada no final de agosto e início de setembro. O caju era usado, sobretudo como ração, para as pequenas criações; também era utilizado para o consumo doméstico da fruta e do suco. Entretanto, a castanha configura-se como a protagonista. Esta era vendida para comerciantes locais<sup>39</sup> que faziam o papel de atravessadores até o destino, beneficiadoras no estado do Ceará. Em Cruzinha, algumas famílias obtinham uma renda de até R\$ 15.000,00 com a venda da castanha.

Os cajueiros, aliás, faziam parte da paisagem ao longo de todos os povoados. A comercialização da castanha acabava movimentando toda a região e gerava uma renda anual extra para as famílias – tanto com a renda proveniente da venda, como na oferta de trabalho nos tempos de preparação e colheita da castanha.

---

<sup>38</sup> Informação fornecida por Seu Tarcio, do povoado Cruzinha, que hoje vive no assentamento Boíba, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>39</sup> Na época anterior ao rompimento da barragem em 2009, 1 kg de castanha era vendida por R\$ 1,50 na região.

## 2.6 Dom Bosco, Boíba, Angico Branco e Tabuleiros: a diversificação das atividades, o Vale como lugar de oportunidades e reciprocidades

Na sequência dos povoados delimitados no Vale do Piranji, observam-se ainda Dom Bosco, Boíba, Angico Branco e, por último, Tabuleiros. A maioria destes também se compunha de pequenos proprietários e parceiros com contratos de arrendamento cultivando de acordo com a necessidade de provisão alimentar, sobretudo o milho, o feijão e a mandioca.

Antes do rompimento era bom, assim, a convivência da gente. A gente vivia [...]. Eu sempre tive comércio [...] só que a vida da gente tinha lavoura, plantava mandioca, plantava milho. [...] Todos trabalhavam com roça, essas coisas [...] plantio de tudo [...] mandioca, milho, feijão, melancia, tudo que a gente pode ter em uma lavoura, a gente plantava. Tinha muita plantação de cajueiro. [...] Distiorou tudo, acabou-se!<sup>40</sup>.

Pode-se destacar também nestes povoados a pequena criação de “vivos”, isto é, a pequena criação de suínos, caprinos, ovinos e galináceos. Esta atividade estava integrada e articulada com a lógica da agricultura de aprovisionamento, assim como ocorria nos outros povoados da região. “O agricultor, ele vivia [...] tinha uma roça, [...] produzia o milho, o feijão [...] arroz (*Oryza sativa*), a mandioca. [...] tinha uma criação de galinha, [...] tinha a criação de porco, tinha o bode. [...]”, afirma Teófilo, do Povoado Boíba.

Como em outros povoados do Vale, havia também muitos cajueiros. Cultivava-se coco, macaxeira, melancia, mamão. Segundo Teófilo, a perenização do rio implicou o desenvolvimento da região. Muitas pessoas passaram a investir no Vale devido à água que havia em fartura: “[...] as pessoas não migravam mais, [...] estavam voltando e investindo no Vale”.

Seu Corcino, por exemplo, professor de história, aposentado da Universidade de Brasília (UNB), veio de Brasília para investir no Vale, após constituir família com sua companheira, natural desta região. Ele possuía uma propriedade no Vale, no Povoado Angico Branco, onde plantava e criava, sobretudo para fins comerciais.

Meu projeto tinha duas vertentes [...] Comprei uma propriedade ali [Povoado Angico Branco], e montei um projeto de irrigação, [...] por minha conta, tirando água do rio, [...] estava produzindo [...] dois mil pés de banana, [...] tinha cento e sessenta pés de laranja (*Citrus sinensis*), cento e sessenta pés de mamão [...] cento e sessenta pés de ata [...] e já estava produzindo comercialmente banana, mamão e macaxeira. [...] eu plantei feijão para melhorar a terra também [...] e aí no segundo ano, já entrei com tudo isso [...] me fez crescer. [...] muita gente trabalhava [...] tinha uns [trabalhadores] que não eram permanentes. [...] Cobravam diária [...], por exemplo, para fazer a capina de uma roça, ou preparar a terra para depois plantar

<sup>40</sup> Informação fornecida por Ronaldo, do povoado Tabuleiros, hoje vive no assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

banana, [...] abrir as covas, [...] preparar o adubo [...]. Eu saí de lá [Brasília] com tudo que eu tinha e enterrei aqui [...]. A outra vertente [...] era [...] caprinocultura e ovinocultura [...]”<sup>41</sup>.

Nestes últimos povoados do Vale, também trabalhavam com a piscicultura. Assim como nos demais, também faziam o cultivo de hortaliças, mas sem fins necessariamente comerciais. Criar, plantar e colher representava, portanto, práticas rotineiras das famílias da região, não só nestes povoados, como em todo o Vale do Piranji.

Enfim, não faltava trabalho, pois sempre havia alguém na região precisando do serviço de trabalhadores. Segundo informações orais, no balneário do “José de Sousa”, fazia-se mutirão de trabalhadores para o trabalho em sua propriedade. “Tinha fruta [...] tudo era cheio, [...] não faltava milho verde, melancia, mamão”, destaca um narrador, do Povoado Boíba. Como dito por muitos, o lugar “parecia uma Ceasa”, e “não faltava serviço”.

Relações de reciprocidade eram estabelecidas entre famílias, vizinhos e amigos, a partir de um sistema social construído historicamente, sobretudo pelas relações de parentesco entre as famílias de cada povoado. Teófilo, do Povoado Boíba, infere sobre esse sistema de reciprocidade, no qual se destacam as trocas de dias de serviço.

Porque assim nós tínhamos algodões, não é? Franco, Figueira, Cruzinha, Dom Bosco, uma parte do Boíba, Angico Branco, Tabuleiro, que são as localidades mais próximas da barragem. Então [...] a gente percebe [...] exatamente isso. Alguém veio lá, anos atrás [...] morou meu bisavô [...] Dom Bosco, era do meu bisavô. [...] o terreno era dele, teve os filhos, [...] morreu, [...] aí, o terreno foi dividido para os filhos [...] mas todo mundo era família. Então a gente conhecia, tinha contato direto, desde os algodões até o tabuleiro; como todo mundo [...] conhece todo mundo. [...] ninguém era fazendeiro, ninguém era um grande agricultor, era mais uma produção familiar. Então, o que eles faziam? Trocavam muita diária [troca de dias de serviço]. Hoje nós vamos ajudar o fulano, amanhã o fulano vem nos ajudar. [...] isso de uma certa maneira é um círculo de amizade muito bonito<sup>42</sup>.

Além das trocas de dias de serviço, as famosas “farinhadas” também expressam as relações de reciprocidade e de trabalho coletivo entre as famílias da região. Um momento de trabalho e festa que representa, além de uma riqueza material relacionada à produção, uma riqueza imaterial e simbólica, devido a toda a teia de relações sociais estabelecidas<sup>43</sup>.

Expressão dos “tempos de fartura” da época, e de uma boa safra no ano, nas farinhadas, famílias e vizinhos se reuniam de forma coletiva para trabalhar no processo de produção da farinha, a partir da mandioca. O trabalho assim era visto também como festa,

<sup>41</sup> Informação fornecida por Seu Corcino, do povoado Angico Branco, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

<sup>42</sup> Informação fornecida por Teófilo, do povoado Boíba, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

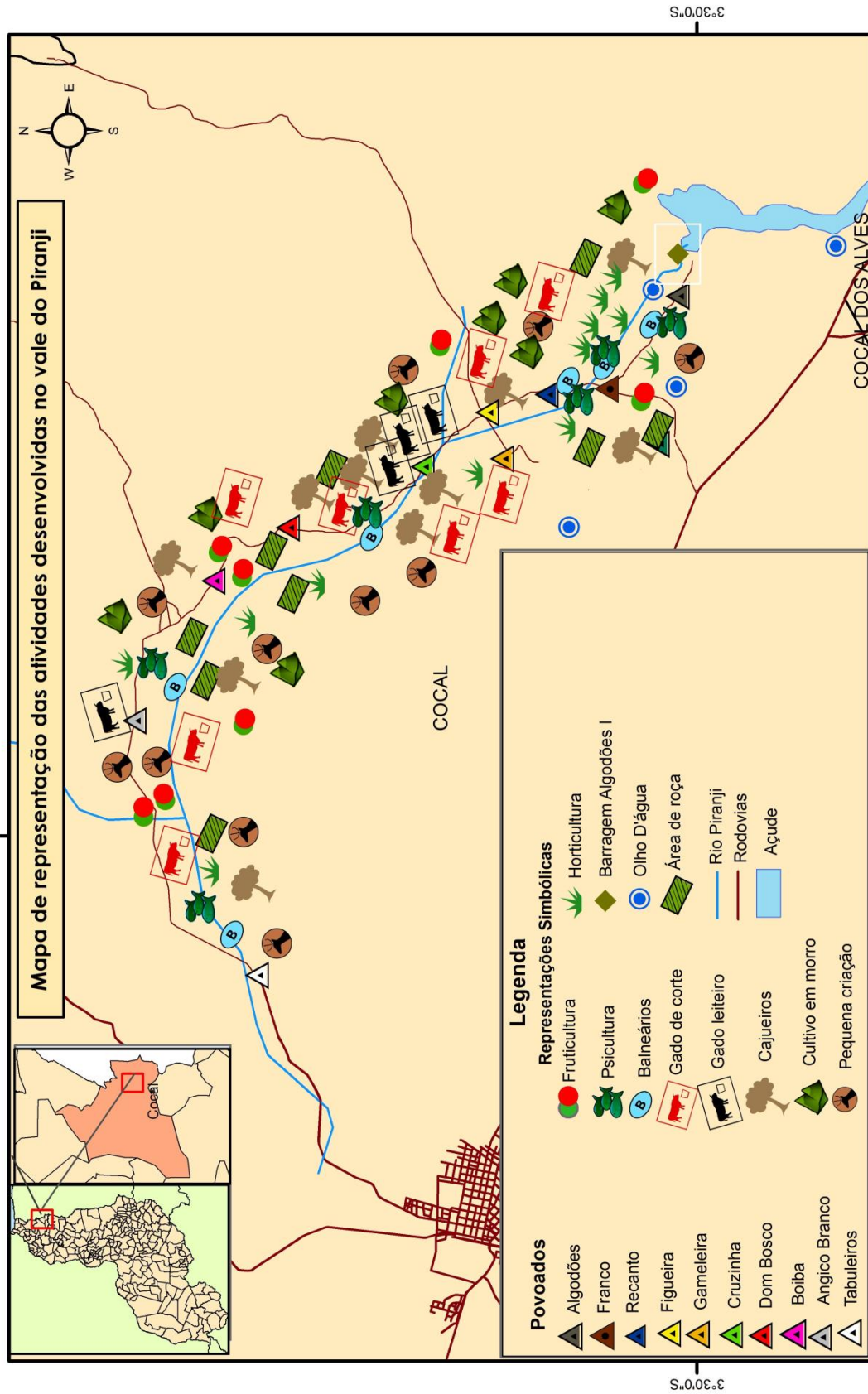
<sup>43</sup> Sobre a relação entre trabalho e festa no mundo rural brasileiro, ver Brandão (2009). Este autor apresenta imagens e narrativas do trabalho camponês acompanhado de cantos e brincadeiras, no qual trabalho e festa se misturam.

pois as famílias desempenhavam esta atividade em meio a cantos e brincadeiras, “[...] tomando café, [...] uma pinga, comendo, [...] fazendo o beiju”. As farinhadas aconteciam geralmente entre julho e novembro.

O Vale do Piranji emerge nas narrativas, portanto, como um lugar de oportunidades, onde não faltava trabalho. As pessoas não migravam mais devido à riqueza na região. “Onde tem água, tem riqueza” diz um narrador. De fato, o período anterior ao desastre é rememorado como um período de riqueza e fartura para as pessoas da região, de certa forma, até idealizado devido à situação difícil vivenciada após o rompimento da barragem Algodões, em 2009.

No mapa a seguir, podem-se visualizar as representações das principais atividades desenvolvidas ao longo dos povoados, no Vale do Piranji (Mapa 5). Trata-se de representações a partir de memórias e territorialidades construídas historicamente pelas pessoas da região, do período anterior ao rompimento da barragem Algodões I.

Mapa 5 – Representação das atividades desenvolvidas no Vale do Piranji



41°30'0"W

Elaboração: **GEO MAPS** CONSULTORIA  
 Autor: Marcos Vinicius Pereira Oliveira  
 Orientadora: Dra. Lea Carvalho Rodrigues

Sistema de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000  
 Escala: 1:110.000

### **3 “CRISE ECOLÓGICA” E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS**

Perfeita tradução moral dos agentes físicos da sua terra, o sertanejo do Norte teve uma árdua aprendizagem de reveses. Afez-se, cedo, a encontrá-los, de chofre, e a reagir, de pronto. Atravessa a vida entre ciladas, surpresas repentinas de uma natureza incompreensível, e não perde um minuto de tréguas. [...] É inconstante como ela. É natural que o seja. Viver é adaptar-se.

(Euclides da Cunha, 2001).

#### **3.1 Uma nova configuração do território: rupturas e desestruturação como implicações de um ideário moderno**

Historicamente, ações propugnadas pelo Estado têm sido fonte de deslocamentos diversos no Território Algodões I, o que implica tensões desde a construção da barragem, iniciada ainda em 1995. No contexto mais recente, os deslocamentos envolvem o desfecho trágico decorrente da Tragédia de Algodões, em 2009, no qual o Estado, como ente abstrato, pode ser apreendido como evidência empírica a partir da figura da barragem e do seu colapso em 2009, além das consequências socioambientais decorrentes desse fato, o que inclui ingerências, interdições e omissões por parte do poder público.

Grandes obras, a exemplo de barragens construídas em territórios específicos, geralmente são instituídas e se processam a partir de ações propugnadas pelo Estado, no âmbito de políticas desenvolvimentistas e de um ideário moderno. Tal ideário foi construído a partir de um paradigma ecológico dicotômico entre natureza e cultura, que separa o homem da natureza. Bruno Latour (1994), entretanto, afirma, de forma crítica, que jamais fomos modernos. Tal projeto de separação entre natureza e cultura nunca existiu de fato, nunca se efetivou. Nossa realidade social sempre foi permeada por híbridos, natureza e cultura como mistura, como simultaneidade (LATOUR, 1994).

Pode-se afirmar assim, com base em Latour (1994), que a natureza não está, nem nunca esteve, separada dos seres humanos. O projeto moderno que supõe essa visão

dicotômica constitui apenas uma noção particular e específica de nossa forma ocidental de pensar, derivada também de uma noção particular de ciência, que tem alimentado o ideário moderno.

As políticas desenvolvimentistas, por exemplo, que têm alimentado as ações governamentais nas últimas décadas no Brasil, como a construção de grandes obras estruturantes, são decorrentes dessa racionalidade ocidental, do projeto e do ideário moderno. Essa racionalidade pode ser apreendida igualmente no diálogo com Santos (2009), como a racionalidade da monocultura, que tende a tomar a parte pelo todo, desperdiça a experiência e produz ausências.

Estas ausências são as coisas que nós não enxergamos, que são invisíveis – práticas, conhecimentos, ideias – porque nossos olhos, nossos conceitos, nossas teorias não os permitem ver. Uma ausência é uma maneira totalmente desqualificada de algo existir que não pode competir com o que existe, porque é algo totalmente desqualificado como sistema. (SANTOS, 2009, p. 3).

A racionalidade, o conhecimento moderno dão à ciência o monopólio da verdade; todavia, sabe-se que a verdade da ciência se aplica a certa realidade, e não a todas. Assim, Santos (2009) defende que nós, sobretudo os cientistas sociais, devemos elaborar outra racionalidade, uma nova racionalidade baseada no que ele chama de “ecologia dos saberes” (SANTOS, 2009, p. 6), referindo-se à coexistência de diferentes conhecimentos que se articulam de forma recíproca. Uma oposição à racionalidade da monocultura do conhecimento. “Há a ciência e há outros conhecimentos, que têm que se articular exatamente uns com os outros” (SANTOS, 2009, p. 7).

Em torno desse debate, pode-se afirmar que o ideário moderno também parte dessa racionalidade do conhecimento, como monocultura. Assim, retomando também a crítica de Latour (1994), na verdade, “jamais fomos modernos”. Contudo, apesar da não efetivação, de fato, do projeto moderno, preso a um paradigma limitado que suporia a separação entre natureza e cultura, Latour (1994) reconhece, não obstante, as implicações políticas, econômicas e culturais dessa noção.

Pode-se inferir, nessa direção, que essa perspectiva tem, assim, agenciado rupturas e desestruturação de modos de vida locais. Trata-se de processos macroestruturais, na maioria das vezes, agenciados pelo Estado no âmbito de políticas desenvolvimentistas. No contexto dessas políticas, o território se limita a uma concepção exclusivamente material, em detrimento do território múltiplo, fundado pela prática social (PEREIRA; PENIDO, 2010).

Tal conjuntura é marcada pelo movimento e pela fluidez das relações, pois o padrão hegemônico de desenvolvimento privilegia a lógica instrumental em detrimento da

cultural; assim, acirra-se a crise de valores, e a relação entre homem e natureza, no sentido de interconexão, é fortemente abalada (NASCIMENTO, 2005).

No caso em questão, em Algodões I, o desastre socioambiental decorrente do rompimento da barragem em 2009 ampliou ainda mais o acirramento das relações sociais e a intensidade das transformações no território. Nessa direção, pode-se afirmar que o contexto pós-desastre é marcado por uma profunda “crise ecológica”<sup>44</sup> resultante das modificações na relação das pessoas da região atingida com o ambiente.

O rompimento da barragem trouxe consequências para a flora e a fauna da região, uma série de impactos para a biodiversidade local, tendo o agravante de a área também fazer parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Serra da Ibiapaba. Vegetações foram arrancadas pela força das águas, o que implicou modificações no percurso do Rio Piranji e na destruição dos solos antes cultiváveis. Em algumas áreas, por exemplo, a destruição foi tamanha que boa parte do solo foi levada, restando apenas amontoados de pedras. Tal situação configura, sobretudo, a perda do principal meio de vida e trabalho, a terra, marca principal das consequências decorrentes do rompimento da barragem Algodões. De fato, os impactos socioambientais decorrentes do desastre foram enormes, tendo consequências que devem perdurar por um longo tempo.

Nessa direção, as transformações e/ou modificações do ambiente resultaram também em novas formas de organização social, mudanças na relação com a natureza e no desempenho das principais atividades desenvolvidas anteriormente pelas pessoas. Portanto, implicações na própria lógica do trabalho tradicional e nas relações de reciprocidade estabelecidas no território tendo como base uma economia moral, a qual, como dito por Moraes (2009), vincula-se também a princípios e valores específicos.

O Território Algodões I é agora, portanto, redesenhado e assume nova configuração. Trata-se de um processo em que novas relações são estabelecidas e novos territórios são construídos no contexto pós-tragédia. Ao longo dos últimos oito anos desde o rompimento em 2009, as famílias atingidas vivem em meio a um processo de reorganização e ocupação de novos espaços; inclusive, novos elementos passam a fazer parte do cotidiano, como a mobilização política. A “tragédia de Algodões” redesenhou o território, que no processo assume outra forma, intensificada, além disso, pelos agenciamentos recentes que

---

<sup>44</sup> Utilizo essa expressão tendo como base o estudo de Moraes (2009), que utiliza o termo de Eric Wolf (1984). Wolf utilizou-se do termo para examinar a situação de camponeses em contextos de expansão da lógica capitalista. No estudo de Moraes (2009), a autora analisa a situação de camponeses/as nos cerrados do sudoeste piauiense, no processo de incorporação dessa região pela moderna agricultura do complexo carnes/grãos para exportação.

envolvem a construção de uma nova barragem na região, a construção da Nova Algodões. Nessa nova configuração, pode-se apresentar um panorama atual do território, sobretudo a realidade nos povoados atingidos, e a vida das famílias em regiões de assentamentos no contexto pós-tragédia.

Nessa nova configuração do território, o primeiro povoado a jusante da barragem que rompeu em 2009 é Algodões; este se localizava bem próximo à parede da barragem e foi o primeiro a ser atingido. Hoje, está totalmente desabitado e as terras cultiváveis no Vale, totalmente danificadas. Em seguida, tem-se o Povoado Franco, subdividido em Franco de Cima, área mais acima da serra, e Franco de Baixo, área fortemente atingida, mais abaixo, no Vale. Entre Franco e Algodões, está delimitada a área para a construção da Nova Algodões.

Na sequência, ao lado de Franco, em um “canto de serra”, tem-se o Povoado Recanto, ou dos Calafates, no qual, em 2012, em minha visita, apenas duas famílias permaneciam; hoje, entretanto, está desabitado. Logo em seguida, a jusante, notam-se também os povoados Figueira, Gameleira, Cruzinha e Dom Bosco, até chegar aos povoados Boíba, Angico Branco e Tabuleiros. No Povoado Boíba, foram construídas as agrovilas rurais I e II, que formam o Assentamento Boíba, para os atingidos em uma área com maior altitude. Na serra oposta aos povoados Boíba e Angico Branco, fica a Agrovila Jacaré, também denominada como assentamento pelos atingidos. Portanto, esta é a nova configuração pós-tragédia, o Território Algodões I. No mapa etnográfico (Mapa 6), o desenho dessa nova configuração com a disposição dos povoados e assentamentos poderá ser visualizado.



### 3.2 A lógica dos assentamentos: um olhar sobre o processo

No contexto pós-tragédia, boa parte das famílias atingidas vive, até hoje, em assentamentos construídos pelo governo do estado do Piauí, a partir de recursos do governo federal. Segundo Cavalcante (2009), com base em informações da Secretaria Estadual de Defesa Civil, 385 casas foram construídas entre os quatro assentamentos em Cocal. Segundo informações da Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas da Barragem Algodões (AVABA), o número total de casas seria de 392, distribuído entre os assentamentos da seguinte forma: 80 casas no Assentamento Massalina; 100 casas no Assentamento Olho D'água; 70 casas na Agrovila I e 26 na Agrovila II, ambas totalizam 96 casas, formando o Assentamento Boíba; por último, 116 casas construídas no Assentamento Jacaré.

As famílias atingidas em Cocal estão distribuídas nestes quatro assentamentos da seguinte forma: no Assentamento Jacaré, o maior destinado aos atingidos, está a maior parte das famílias dos povoados Algodões, Franco, Gameleira e Recanto; no Assentamento Boíba, a Agrovila I recebeu a maioria das famílias de Dom Bosco e Cruzinha, já a Agrovila II recebeu a maioria das famílias do Povoado Angico Branco. Estas agrovilas, que formam o Assentamento Boíba, são, inclusive, as que ficaram localizadas mais próximas às antigas áreas antes ocupadas pelas famílias que vivem hoje no assentamento. Algumas famílias dos povoados Tabuleiros e Figueira estão distribuídas também entre os assentamentos Jacaré e Boíba, entretanto a maioria destas famílias permaneceu nos povoados após o rompimento. Algumas pessoas passaram também a residir na zona urbana de Cocal.

Os assentamentos mais distantes, Massalina e Olho D'água, foram destinados para a maioria das famílias dos povoados Frecheira de São Pedro, Olho D'água e Tinguís, também no município de Cocal. Entretanto, estes dois assentamentos e os três povoados, por estarem localizados mais distantes da região que ficava mais próxima à antiga barragem, não fazem parte de nosso *locus* empírico, apesar de serem citados ocasionalmente. Neste trabalho, como dito anteriormente, priorizo os assentamentos Jacaré e Boíba<sup>45</sup>.

As casas originais dos assentamentos possuem uma área construída de 39 m<sup>2</sup>, em um terreno de 20 m x 50 m, com uma pequena varanda, uma sala, uma cozinha, um banheiro e dois quartos. Os terrenos muito pequenos e as casas muito próximas umas das outras destoam da realidade e do modo de vida rural, ao qual os atuais moradores estavam

---

<sup>45</sup> Na cidade de Buriti dos Lopes, no Piauí, também foram construídos assentamentos para as famílias atingidas do município. Os assentamentos Espírito Santo, Salgadinho e Novo Jatobá, entretanto, não fazem parte de nosso *locus* empírico.

acostumados. Nessa nova organização espacial, o ordenamento das casas se assemelha a um modelo de “bairro urbano” (Fotografia 6), como exemplificam alguns atingidos.

Fotografia 6 – Casas no Assentamento Jacaré<sup>46</sup>



Fonte: Captada pelo autor.

Essa realidade promoveu outro tipo de deslocamento, relacionado a essa própria organização física das casas, pois as famílias tiveram que se adaptar a uma nova organização espacial, totalmente diversa do passado anterior ao desastre. Situação que implica importante fator desestruturante, pois, como diz um narrador, nos assentamentos “[...] só dá para morar, não tem onde produzir”. D. Rosa, que vive hoje no Assentamento Jacaré, também fala sobre essa condição: “[...] [no assentamento] para gente criar não presta, porque, quem nasceu e se criou morando no interior, no lugar bom para criar, [...] já aqui [no Assentamento Jacaré] ninguém pode nem criar um solto. [...] se a galinha sai para fora, não volta mais”<sup>47</sup>.

D. Marta, que vivia em Recanto, hoje no Assentamento Jacaré, também relata as dificuldades em criar seus “viveres”, e o problema de acesso à água: “É difícil assim porque não tem água! [...] Lá onde a gente mora [Assentamento Jacaré], a gente cria porco, cria galinha, mas as galinhas saem do cercado, [...] do arame [...] faz uma sujeira braba também, [...] porque o lugarzinho pequeno, [...] apertado”<sup>48</sup>.

<sup>46</sup> Em destaque, a disposição das casas, que destoa da lógica tradicional.

<sup>47</sup> Informação fornecida por D. Rosa, do assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em junho de 2015.

<sup>48</sup> Informação fornecida por D. Marta, do assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

A retomada das famílias a seus modos e meios de vida tem sido marcada por muitas dificuldades ao longo dos últimos oito anos. O início da vida nas regiões de assentamentos foi bem traumático, sobretudo devido à impossibilidade de praticarem suas atividades agrícolas tradicionais. O desempenho dessas atividades foi interrompido e prejudicado devido a uma série de fatores e problemas vivenciados na realidade dos assentamentos. Dentre os principais problemas vivenciados, o acesso à água configura o mais relevante desde o início.

Quando estive na localidade, realizando a pesquisa, em 2012, o fornecimento de água era bem precário. Nos assentamentos Massalina e Olho d'água, por exemplo, as famílias precisavam comprar água para o consumo, e a comercialização desse bem era bem intensa. Assim, devido a essas dificuldades e à maior distância desses assentamentos em relação aos povoados, muitas casas estavam fechadas e colocadas à venda por valores muito baixos. Outras pessoas haviam optado também pela retirada de materiais, como madeira, telhado, portas e janelas, para construírem suas moradas em outros locais (Fotografia 7).

Fotografia 7 – Casa no Assentamento Massalina, após a retirada da cobertura, portas e janelas



Fonte: Captada pelo autor.

No Assentamento Jacaré, o maior destinado às famílias atingidas, boa parte das casas também se encontravam fechadas, em 2012. Além disso, o problema em relação ao acesso à água também era bem intenso, o que tornava visível a insuficiência do poder público. Apenas um poço perfurado pelo governo do estado abastecia as famílias, não sendo o

suficiente, além de apresentar constantes problemas na bomba. Na época, por iniciativa própria, os que tinham condição econômica um pouco melhor que os demais, por possuírem alguma reserva, precisavam gastar aproximadamente R\$ 7.000,00 na perfuração de um poço para utilização familiar – hoje esse gasto chega ao valor de R\$ 12.000,00.

Contudo, após o rompimento, a maioria das famílias não dispunha de tais recursos. A perfuração de um poço demandava um alto custo, tanto na perfuração, como no custo mensal para a utilização de energia elétrica. Dessa forma, os que possuíam poço próprio forneciam água aos demais. Por esse fornecimento, cobrava-se em média um valor de R\$ 25,00 mensais por família, devido aos custos com a energia elétrica necessária para o funcionamento do poço com a bomba de captação.

Essa situação revela que, devido à ineficiência e omissão do poder público diante da situação de crise hídrica, os atingidos precisaram buscar soluções por iniciativa própria, sendo que esta relação comercial da água entre as famílias aponta para estratégias internas e novos arranjos de trocas, ainda que de forma precária. As pessoas, antes acostumadas com a fartura de água, agora precisam se acostumar com a escassez e a utilização regrada nas regiões de assentamento.

No Assentamento Boíba (Fotografia 8), no qual as pessoas estão distribuídas entre as agrovilas I e II, as dificuldades em relação ao acesso à água e à retomada das atividades agrícolas tradicionais são semelhantes às dos demais assentamentos. Situação ainda problemática, mesmo que não tão crítica quanto à época de minha pesquisa realizada em 2012.

Fotografia 8 – Pequenas casas no Assentamento Boíba, Agrovila I



Fonte: Captada pelo autor.

Todos esses problemas estruturais nas regiões de assentamentos fizeram muitos voltarem para suas antigas áreas, mesmo diante das dificuldades impostas. Assim, atualmente, mesmo os que vivem em regiões de assentamentos continuam a manter relações com as antigas terras<sup>49</sup>. No Assentamento Boíba, essa relação com as antigas terras acabou sendo mais intensa desde o início, devido à localização, mais próximo às antigas áreas, o que tem possibilitado, de certa maneira, uma adaptação mais rápida à nova realidade nos assentamentos.

Hoje, os atingidos exercem as mais diversas atividades e estratégias para subsistência material. A maioria vive da renda gerada pela aposentadoria dos mais velhos, da transferência de renda pelo programa Bolsa Família, do governo Federal, e de uma pensão paga pelo governo do estado do Piauí<sup>50</sup>. Esta última já foi obtida por meio de uma liminar judicial, a partir da associação criada pelos atingidos<sup>51</sup>.

Atualmente, segundo a AVABA, 723 famílias atingidas nas cidades de Cocal e Buriti dos Lopes<sup>52</sup> são beneficiárias dessa pensão. Entretanto, em minha pesquisa realizada em 2012, apenas uma pequena parte, pouco mais de 200 famílias restritas ao município de Cocal, recebia esta pensão. Muitos aposentados, por já terem uma renda, não recebiam a pensão do governo, mesmo sendo responsáveis, em muitos casos, pela única fonte de renda familiar. De fato, a responsabilidade com as famílias atingidas foi transferida, em muitos casos, para os idosos, ante a omissão e a ineficiência do poder público.

É importante destacar também, no que refere aos atingidos mais idosos, que muitos vieram a falecer após o desastre, sobretudo por problemas de saúde agravados devido a transtornos psicológicos adquiridos a partir de perdas diversas e à inadaptação à realidade nas regiões de assentamentos. Para os atingidos, esses óbitos também seriam decorrentes do desastre, porém não contabilizados oficialmente.

Nessa direção, atualmente, também pode-se identificar uma série de problemas de saúde, sobretudo de ordem psicológica entre as pessoas nos assentamentos, relacionados e associados às perdas e à nova realidade a que foram submetidos. Teófilo, do Povoado Boíba, afirma que a principal doença estaria relacionada a problemas psicológicos.

---

<sup>49</sup> Sobre essa relação com as antigas áreas, exponho-a, de forma mais detida, no capítulo 5.

<sup>50</sup> A pensão é distribuída para as famílias de forma cumulativa com os seguintes valores: R\$ 50,00 por domicílio; R\$ 60,00 por pessoa adulta; R\$ 30,00 por criança. Dessa forma, um casal com dois filhos, por exemplo, recebe os valores de R\$ 50,00 (domicílio), R\$ 120,00 (dois adultos) e R\$ 60,00 (duas crianças), totalizando assim, um valor de R\$ 230,00.

<sup>51</sup> A busca dos atingidos por compensações frente ao estado do Piauí tem sido mediada pela AVABA por via jurídica. Analisa-se essa temática, de forma mais detida, no capítulo 4.

<sup>52</sup> Do total de 723 famílias, 499 são de Cocal, e 224, da cidade de Buriti dos Lopes.

[...] é uma situação muito complicada, e eu costumo dizer o seguinte: ninguém ainda está adaptado à vida que está levando. Apesar desses seis anos, [...] ninguém está adaptado a essa nova vida, certo? [...] o grande motivo, a grande doença, a grande epidemia, certo? É a que atinge diretamente o psicológico de cada ser. É o psicológico da pessoa. [...] a pessoa vai tá ali, mas a pessoa não tá realizada, não é o que ele queria, foi submetido a aceitar essa situação. [...] a gente sabe, Marcos, que toda ação tem uma reação. Então foi uma ação na vida de cada um. [...] as reações, a gente está sentindo e está vendo agora, no dia a dia. No decorrer do tempo, é que a gente vai observando<sup>53</sup>.

Toda essa situação provocou um processo de adoecimento bem perceptível, principalmente para quem perdeu entes próximos e vivencia essa nova realidade. D. Ana, por exemplo, do Povoado Angico Branco, e que hoje vive na Agrovila II do Assentamento Boíba, teve sua imagem muito evidenciada em jornais e portais de notícias, tanto locais como nacionais, desde o rompimento da barragem. Sua imagem foi amplamente exposta pelo espetáculo da mídia por ter perdido o marido, duas filhas, a mãe, um tio e uma sobrinha – um total de seis entes familiares próximos. Devido a essa condição, e além da forte exposição midiática, D. Ana precisou de atendimento psicossocial especializado por um longo tempo. Hoje é uma das atingidas que tem a saúde psicológica mais comprometida, com o emocional bastante abalado.

Essas marcas de adoecimento, sobretudo relacionado à saúde psicológica, são bem visíveis em algumas pessoas com quem conversei. D. Graça, do Povoado Recanto, e que hoje vive no Assentamento Jacaré, perdeu duas filhas no dia do rompimento e quase sempre se expressa com a voz trêmula e o olhar triste. Hoje, ela sofre com problemas de depressão e crise nervosa.

D. Aparecida, do Povoado Angico Branco, e que hoje vive na Agrovila I, do Assentamento Boíba, também perdeu uma filha, a partir de uma bactéria contraída da lama contaminada após o rompimento. D. Aparecida apresenta ainda hoje um quadro bem agudo de depressão. Em uma conversa, ela fala sobre o significado da perda da filha.

[...] Perdi minha filha! Eu posso contar que perdi a minha menina! [fala emocionada] [...] Porque eu lhe falo com toda sinceridade, eu só possuía a minha vida. Só possuía a minha vida, e não é mentira. [...] e meus filhos que eram de companhia para mim. Mas mais necessário era a minha filha, que essa era a minha filha de verdade. Foi a pior perdição que eu tive na minha vida. Foi a minha filha. [...] que eu não queria ter casa, não queria ter nada na minha vida, se eu tivesse minha filha, [...] Eu tinha tudo, eu tava rica. [...] só a minha filha que eu queria, mas essa não vem mais não [segundos de silêncio] eu não me interessei mais por nada. [...] eu sem minha filha não sou ninguém [...]. Eu não tenho mais essa alegria de receber minha filha nas minhas mãos, para mim ver, abençoar, e rezar por ela, como eu rezo toda noite<sup>54</sup>.

<sup>53</sup> Informação fornecida por Teófilo, do Povoado Boíba, em entrevista concedida ao autor em junho de 2015.

<sup>54</sup> Informação fornecida por D. Aparecida, do Assentamento Boíba, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

Além desses casos mais traumáticos, muitos atingidos ainda apresentam problemas de depressão, sobretudo os mais velhos. Segundo muitas das pessoas com quem conversei, além da questão emocional, algumas doenças, como labirintite, eczema, hipertensão arterial, câncer, dentre outras, também passaram a ser identificadas com maior frequência. Os atingidos acreditam que a questão emocional tem contribuído para o aumento no número de casos dessas doenças. Uma fala recorrente.

Graves problemas sociais também passam a se tornar evidentes, ao longo dos últimos oitos anos nas regiões de assentamentos. As famílias atribuem como fator principal destes problemas a maior aglomeração de pessoas, fato que tem gerado uma série de consequências, dentre as quais o aumento do número de adolescentes grávidas. O aumento do consumo de álcool e o uso de drogas ilícitas entre os jovens, por exemplo, também são fatos comuns.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cocal (STRC) relaciona os problemas sociais referidos com a falta de trabalho e a forma pela qual as famílias foram distribuídas nas agrovilas.

Nós, enquanto sindicato, avaliamos que ali foi botado o nome de agrovila, que nós entendemos que de agro não tem nada. Na verdade, ali tirou a identidade deles, tirou o local que eles viviam, a forma que eles eram acostumado [...] a gente avalia até um certo impacto social que tem causado aquela forma das casas que foram colocadas, com todo mundo perto dos outros, [...] não dá para criar uma galinha, não dá pra criar um porco, não dá pra criar um caprino, e muitos deles, às vezes, se jogam até na bebida, a gente tem acompanhado algumas pessoas nessa situação, pelo fato da oportunidade de trabalho. [...] alcoolismo, bares, as pessoas ociosas, [...] a falta de trabalho para empregar a mão de obra. [...] são vilas rurais, que estão lá, no campo, rural porque tá no campo, mas que não dá, não oferece a condição de vida como agricultor no campo. Nós, particularmente, não concordamos com a agrovila da forma que foi feita<sup>55</sup>.

Pode-se perceber, a partir dessa narrativa, uma crítica à própria estrutura das agrovilas rurais construídas para os atingidos. Tal estrutura destoa dos projetos de assentamentos implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nos últimos anos, no Brasil. Conforme Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004), os projetos de assentamentos do INCRA estão inseridos no âmbito de políticas públicas para reforma agrária, podendo ser organizados de duas formas: a) em forma de parcela, na qual a casa do assentado fica localizada dentro do próprio lote de terra; b) em forma de agrovila, na qual a casa do assentado fica localizada em uma vila rural, separada da área de produção, onde cada assentado possui uma parcela de terra individual.

---

<sup>55</sup> Informação fornecida por Nonatinho, presidente do STRC, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

Este segundo modelo tem sido o mais incentivado devido aos menores custos operacionais para o fornecimento de água e energia, além da instalação de uma infraestrutura necessária, como escolas, postos de saúde, etc., nos lotes de moradia (ALBUQUERQUE; COELHO; VASCONCELOS, 2004). Porém, essa forma de organização tem ocasionado problemas, sobretudo decorrentes da aglomeração de pessoas e da maior distância para as áreas de plantio e criação, o que implica desequilíbrios a um modo de vida rural que procura conjugar vida e trabalho (MENEGAT, 2005).

Para o caso em estudo, os assentamentos construídos pelo poder público para os atingidos possuem ainda o agravante de não disporem de áreas específicas para produção. Os projetos de assentamentos foram executados exclusivamente para construção de casas nas agrovilas, contexto que favorece a intensificação de problemas sociais e o aumento de relações conflituosas entre os assentados.

D. Eva, do Assentamento Boíba, atribui o crescimento da violência e da criminalidade ao aumento do número de pessoas de fora da região, as quais teriam adquirido casas nas agrovilas.

Aumentou, a violência, aumentou sim, porque aqui nos assentamentos não tem só o pessoal vítima da barragem, não é? Não tem só essas pessoas. Vem gente independente, vem gente independente do Cocal, vem gente de outros lugares que eu nem sei, [...] não tenho intimidade com a maioria desse pessoal. [...] a maioria do pessoal [famílias da região], não é? Pegaram as casas, as casinhas aqui. As pessoas que tinham mais condições venderam as casas, porque era pequena, aí construíram em outro lugar uma maior para morar. Aí essas casinhas, eles pegaram e venderam para as pessoas, aí vem gente de fora, de toda espécie, por isso que fica ruim<sup>56</sup>.

Trata-se do aumento da violência como um todo, principalmente entre os jovens, com o incremento do consumo de drogas, além da prostituição.

[...] a violência, a gente sabe que quanto mais pessoas têm aglomeradas, mais atrito vai ter, não é? Então essa questão do alcoolismo, da droga, da prostituição, certo? Isso aí é notável nas agrovilas. A gente vê isso muito [...] muito visível. [...] aumentou mesmo, isso daí é visível<sup>57</sup>.

Agora os assentamentos tiveram um problema social e moral diferente [...] que o maior número de pessoas passou a viver junto, viver perto. Então tem encrencas por causa de animais, que não pode criar como antes; muitas galinhas. Tem havido problema desse tipo. O outro problema é a droga, aumentou o consumo de droga na região, no interior inclusive [...], de violência, de roubo; jovens drogados, muitos jovens hoje de dezesseis e dezessete anos, que nem estudam e nem trabalha. Olha, qual é o futuro disso amanhã? Isso é muito sério. [...] estão urbanos, é uma vila

<sup>56</sup> Informação fornecida por D. Eva, do Assentamento Boíba, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

<sup>57</sup> Informação fornecida por Teófilo, do Povoado Boíba, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

semelhante a uma vila da cidade, mas lá na roça. E eles vivem do mesmo jeito que vivem na cidade<sup>58</sup>.

De fato, a lógica de vida nas regiões de assentamento tem dificultado a inserção dos mais jovens nas atividades agrícolas tradicionais, que antes faziam parte do dia a dia no Vale do Piranji. Hoje, as dificuldades vivenciadas têm, de fato, favorecido o aparecimento e a intensificação de problemas sociais. Lucas, um jovem de 23 anos, que vivia em Recanto e hoje está no Assentamento Jacaré, afirma que a maioria dos jovens tem deixado a agricultura de lado devido às dificuldades de produção nos assentamentos, “[...] aqui é só o quintal, o quintalzinho e pronto [...] se quiser produzir é aqui”.

Outros atingidos também falam sobre essa questão: “[...] antigamente, os pais eram acostumados a trabalhar, e já inserir nos serviços [...] agora os pais ficam à toa” afirma Antônio, do Assentamento Jacaré.

Muita gente não tem o que fazer. Passa o dia aqui, vagabundando, porque não tem o que fazer. Não tem o que fazer, porque não dá para trabalhar no que trabalhava antes, principalmente esse pessoal mais jovem, de quinze até os vinte anos, que não tem mais esse costume, de tá trabalhando na roça<sup>59</sup>.

Todas essas narrativas revelam que a forma e o modelo das agrovilas rurais, também denominadas de assentamentos entre os atingidos, assumem uma lógica totalmente diversa do passado, o que implica uma série de dificuldades para a retomada dos modos de vida tradicionais.

Nessa direção, boa parte dos jovens não vê mais perspectivas no desempenho das atividades tradicionais, preferindo outras. Houve, inclusive, um aumento perceptível nas migrações nos últimos anos. Esse movimento migratório já fazia parte do passado, entretanto foi intensificado, sobretudo visando ao trabalho na construção civil em São Paulo e Brasília; outros têm migrado para cidades mais próximas em busca de trabalho e condições de estudo.

As atividades de criação e o trabalho da roça não fazem mais parte do dia a dia, na intensidade e estrutura anterior. Os mais jovens, por exemplo, entre dezesseis e dezoito anos de idade, que vivem hoje nos assentamentos, ainda eram crianças entre oito e dez anos de idade, oito anos atrás. Estes, portanto, não tiveram a oportunidade de vivenciar, de forma contínua, as relações e a vida do passado no Vale do Piranji. Esse momento foi interrompido de maneira abrupta, e o passado agora só é visualizado e construído a partir de memórias.

---

<sup>58</sup> Informação fornecida por Seu Corcino, de Angico Branco, e presidente da AVABA, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

<sup>59</sup> Informação fornecida por Heitor, do Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em junho de 2015.

Enfim, essas são algumas considerações importantes para o entendimento da nova lógica que se processa.

### **3.3 Reconstrução e retomada nos assentamentos: “percepção e experiência”**

A condição mais precária nos assentamentos arrefeceu-se ao longo dos anos. Houve algumas melhorias com relação aos momentos iniciais. Pode-se perceber que, aos poucos, as famílias vêm se reorganizando, reinventando seus modos de vida diante da nova realidade que lhes foi imposta. Esse processo de reconstrução e retomada pode ser apreendido, no caso em questão, conforme a perspectiva de Tim Ingold (2000), por ele denominada de “[...] ecologia da vida” (INGOLD, 2000, p. 5).

Tal perspectiva tem como base a ideia de percepção e experiência com o ambiente no qual, segundo este autor, o mundo se revela. Assim, diz ele o seguinte:

Eu não acredito que precisemos de uma ecologia separada da mente, distinta da ecologia das correntes de energia e das trocas materiais. Nós temos, entretanto, que repensar nosso conhecimento sobre a vida. E, no que diz respeito ao mais fundamental nível de todos, nós precisamos pensar, novamente, sobre as relações entre forma e processo. (INGOLD, 2000, p. 5).

Nesse sentido, na perspectiva da ecologia da vida, “[...] organismo e ambiente devem denotar não um composto de duas coisas, mas uma totalidade indivisível” (INGOLD, 2000, p. 6). Nesse ponto de vista, conforme Ingold (2000), a noção de ambiente sugere algumas considerações, a saber:

- a) ambiente é um termo relativo, pois, como não pode existir nenhum organismo sem ambiente, também não é possível existir ambiente sem organismos. Diz o autor que “O meu ambiente é o mundo como ele existe e cria significados em relação a mim, e neste sentido ele vem a existir e continua a se desenvolver comigo e ao meu redor” (INGOLD, 2000, p. 6-7);
- b) o ambiente nunca está completo, porquanto, enquanto houver vida, este estará em contínua construção, já que se forja a partir das atividades dos seres humanos. O mesmo, naturalmente, acontece com os organismos (INGOLD, 2000);
- c) a noção de ambiente não pode ser confundida com o conceito de natureza. A diferença entre ambiente e natureza “[...] corresponde à diferença de perspectiva entre nos vermos como seres dentro do mundo e seres fora dele” (INGOLD, 2000, p. 7). Nesse sentido, para o autor, “O mundo pode existir

como natureza apenas para um ser que não pertence a ela e pode olhar por cima dela, à maneira de um cientista, de uma distância segura, o que torna fácil aceitar a ilusão de que não se é afetado pela sua presença” (INGOLD, 2000, p. 7). Tende-se, assim, dessa maneira, a conceber a natureza não só como externa à humanidade, mas também à própria história.

Contudo, para Ingold (2000), os ambientes são fundamentalmente históricos, pois, à medida que os moldamos, eles também nos moldam em virtude da sua existência no processo de nossas vidas. Nessa direção, pode-se apreender, para o caso em estudo, em Algodões I, que é justamente nesse processo de correspondência mútua, entre as famílias atingidas e o ambiente modificado, que os atingidos reconstróem suas vidas. A partir da percepção e experiência com o novo ambiente, novas vivências e práticas passam a ganhar significado.

Segundo Ingold (2000), é a partir da relação sinérgica entre organismo e ambiente que o conhecimento cultural é revelado e transmitido; é pela percepção e experiência com o ambiente, pela habilidade de situar informações e “[...] entender seu significado, dentro de um contexto de engajamento perceptivo direto com o nosso ambiente” (INGOLD, 2000, p. 8). Segundo esse autor, desenvolvemos tal capacidade, por exemplo, quando nos mostram coisas.

Percepção e experiência são, portanto, palavras-chave para o entendimento dessa proposta. A vida em si, o vivido, constrói-se a partir da experiência e percepção de nós, organismos, seres deste mundo, com o ambiente. Uma relação de trocas simultâneas, na qual a vida se revela. Em síntese, a proposta de Ingold (2000) é substituir a antiga dicotomia natureza-cultura por uma sinergia organismo-ambiente.

Para o estudo em questão, o processo de reconstrução e retomada dos modos de vida tradicionais tem se dado a partir da relação com o novo ambiente. Um processo no qual novos territórios se desenvolvem a partir da experiência e percepção no âmbito ecológico, social, econômico, político e afetivo.

### **3.4 Experiências individuais e coletivas**

No processo, podem-se identificar, por intermédio de uma série de situações, esforços dos atingidos para reconstrução e retomada do andamento de suas vidas, sobretudo por iniciativa individual e do grupo.

Nos assentamentos Jacaré e Boíba, por exemplo, muitos recorreram a empréstimos bancários, principalmente os aposentados, para viabilizar a perfuração de poços

para o abastecimento familiar; outros se organizaram em grupos de até quatro pessoas para dividir os gastos com a perfuração de um poço e para utilizá-lo conjuntamente. Em minhas últimas visitas à região, pôde-se perceber também a construção de mais alguns poços públicos nas regiões de assentamentos construídos pelo poder público municipal, os quais trouxeram algumas melhorias quanto ao abastecimento d'água; este, porém, ainda continua insuficiente.

Ao longo dos últimos oito anos, já se podem identificar modificações e alterações na estrutura de algumas casas nos assentamentos, como a construção de pequenos puxados e o aumento no tamanho dos cômodos (Fotografia 9). Nas pequenas áreas dos quintais, empreendem-se alguns cultivos, mesmo que de forma precária para quem dispõe de pouca água (Fotografia 10).

Fotografia 9 – Modificação comum na estrutura das casas no Assentamento Jacaré<sup>60</sup>



Fonte: Captada pelo autor.

Fotografia 10 – Pequeno cultivo de hortaliças na pequena área de quintal de uma casa no Assentamento Jacaré<sup>61</sup>



Fonte: Captada pelo autor.

<sup>60</sup> Um pequeno puxado para ampliação da cozinha e uma bancada para utilização do fogão a lenha.

<sup>61</sup> Devido à situação de escassez hídrica, as famílias têm se organizado a partir de arranjos bem precários.

Entretanto, as terras nos assentamentos não são tidas como boas para o cultivo. O solo nessas áreas é mais seco e arenoso, não sendo muito propício ao cultivo do milho e do “feijão de corda”, por exemplo, cultivo comum nas antigas áreas nos povoados. Assim, por exemplo, nos assentamentos Jacaré e Boíba, as famílias priorizam, em seus quintais, o cultivo da macaxeira e mandioca, a partir da maniva, além de uma pequena produção de hortaliças para autoconsumo.

No assentamento, outras pessoas têm comprado a casa vizinha, tanto para aumentar seus terrenos quanto para utilizar como morada para os filhos, a partir das novas uniões matrimoniais. Alguns comércios e pequenas mercearias também começam a se estabelecer, além da presença de algumas igrejas cristãs. Nos assentamentos Jacaré e Boíba, identifica-se, em cada um, a presença de uma igreja protestante. Já no Assentamento Jacaré, está em andamento a construção de uma igreja católica (Fotografia 11).

Fotografia 11 – Igreja Católica em construção no Assentamento Jacaré



Fonte: Captada pelo autor.

Nesse processo, tem aumentado significativamente o número de pessoas morando nos assentamentos, sobretudo no Jacaré e no Boíba. A melhoria na estrutura escolar também tem contribuído para esse processo. Na pesquisa realizada em 2012, por exemplo, a escola, antes localizada no Povoado Franco e reconstruída no Assentamento Jacaré, apresentava muitos problemas que dificultavam seu funcionamento, principalmente com relação ao abastecimento de água.

Assim, na época, para que houvesse aula era necessário que as crianças levassem de casa uma garrafa com água para preparo da merenda escolar e para o consumo. Nessas

condições, em muitas ocasiões, a escola não tinha como funcionar, e as crianças acabavam sendo as mais prejudicadas. Nos últimos anos, com algumas melhorias no abastecimento de água, como a perfuração de um poço para a escola do assentamento e a melhoria do sistema de canalização, a escola tem funcionado de forma mais regular. Um ginásio coberto também foi construído recentemente e tem possibilitado à escola oferecer um melhor serviço para os alunos do assentamento.

No Assentamento Boíba, foi construído pela prefeitura municipal um posto de saúde e um ginásio de esportes (Fotografia 12) para benefício tanto dos atingidos do assentamento como do Povoado Boíba. Essas intervenções básicas do poder público nas regiões de assentamentos se deram a passos lentos, sobretudo a partir de reivindicações das famílias e de ações individuais, como a ação de uma professora atingida do Assentamento Jacaré, que, em 2012, a partir de recursos próprios, canalizou água de sua casa para a escola.

Fotografia 12 – Ginásio poliesportivo construído ao lado do Assentamento Boíba, Agrovila I



Fonte: Captada pelo autor.

Mesmo com algumas melhorias pontuais, a situação até hoje é marcada pela ineficácia institucional, sobretudo por parte do estado do Piauí. A ausência de ações governamentais mais efetivas tem dificultado, assim, a busca pela reconstrução. Contudo, a partir de ações individuais e coletivas, as pessoas vão, aos poucos, adaptando-se à vida nos assentamentos. No Assentamento Jacaré, por exemplo, observam-se alguns exemplos significativos da busca por reconstrução.

A retomada da tradição do trabalho coletivo configura um dos novos arranjos estabelecidos nesse contexto, uma importante estratégia de retomada do modo de vida

tradicional. Na pesquisa anterior, em 2012, já havia observado essa situação, na qual os atingidos do Assentamento Jacaré haviam arrendado de um grande proprietário um extenso terreno localizado em frente ao assentamento (Fotografia 13). Nesta área, trabalham, de forma conjunta, numa grande área de roça (Fotografia 14).

Fotografia 13 – Grande área de roça em terra arrendada no Assentamento Jacaré, em janeiro de 2012<sup>62</sup>



Fonte: Captada pelo autor.

Fotografia 14 – Roça de mandioca em mesma área de roça coletiva, em julho de 2014



Fonte: Captada pelo autor.

---

<sup>62</sup> Após a realização da “broca” e do “cercamento”, os atingidos, na esperança de um bom inverno, aguardam o momento propício para a realização do plantio.

Nas últimas idas ao campo de pesquisa, observei que as famílias continuavam a produzir nesse espaço com certa rotatividade e rodízio da área plantada. Seu João pôde me esclarecer quanto à dinâmica desse sistema de trabalho coletivo, adaptado à realidade do Assentamento Jacaré.

Ali [na área arrendada no Assentamento Jacaré] todo mundo sempre trabalha junto! Pode dizer que é assim, vamos supor: nós somos 10 amigos, mora tudo perto dos outros, somos todos conhecidos. Aí, nós se junta [...], aqueles 10 amigos. Vamos para roça amanhã, depois vamos para ali, depois vamos pro outro. [...] para roça de cada um, todos os 10 juntos, [...] para cada roça vai os dez. [...] brocar, tirar a madeira, derrubar os pau, [...] tudo junto. [...] aí cada qual toma conta do seu pedaço, [...] para plantar<sup>63</sup>.

Nesse processo, cada um delimita sua área de roça, podendo ocorrer também de duas ou três pessoas delimitarem a mesma área, como acontece em alguns casos. Assim, formam-se roças individuais e em grupo. Nessa organização coletiva, a troca de dias de serviço configura um importante elemento do modo de vida tradicional.

[...] no tempo de brocar, limpar [...] a gente trabalha tudo junto! Trocado. Trabalha um dia para um, trabalha outro dia para outro [...] dá mais trabalho, [...] mais pesado. [Depois] cada um planta o seu separado, [...] cada um cuida do seu. [...] as mulheres ajudam, [...] no tempo de colher, a mulher vai, o menino mais novo vai, mas para brocar e cercar não, é só com o homem mesmo<sup>64</sup>

Nesse novo contexto, a base da mão de obra continua sendo familiar, com a participação e a ajuda de mulheres e crianças no período da colheita, trabalho tido como mais leve. “[...] na colheita é todo mundo da família que participa, é mulher, menino. [...] é o momento melhor!” diz uma narradora. Na terra arrendada no assentamento, cultivam principalmente a mandioca e o feijão de moita, conhecido como “ligeiro”, além do milho, ainda que o solo não seja muito propício no assentamento para esta cultura (Fotografia 15).

---

<sup>63</sup> Informação fornecida por Seu João, do Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>64</sup> Informação fornecida por Seu João, do Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

Fotografia 15 - Roça de mandioca, em consórcio com o milho, em julho de 2017<sup>65</sup>



Fonte: Captada pelo autor.

Hoje, devido às condições do assentamento para cultivo, sobretudo em virtude da ausência de maiores áreas para produção, esse terreno passou a ser bastante utilizado, inclusive com a diminuição da rotatividade habitual, ao longo dos últimos anos. Por exemplo, uma área antes utilizada por apenas um ciclo produtivo e posterior descanso da terra passa agora a ser utilizada por dois ciclos consecutivos de produção na mesma área. O solo, assim, tem perdido de maneira mais rápida a produtividade devido ao uso prolongado.

Além dessa experiência coletiva, essencial para a compreensão da retomada das atividades tradicionais e a busca por reconstrução, identifiquei uma experiência individual que se destaca quando comparada à da maioria das famílias que vivem no Assentamento Jacaré. Trata-se do cultivo de hortaliças de Antônio, que antes vivia no Povoado Franco. Neste povoado, ele já trabalhava com esse cultivo na área próxima ao rio. Contudo, após perder a casa, e suas terras após o rompimento, foi um dos primeiros a chegar e retomar a produção de hortaliças no assentamento, mesmo diante de todas as dificuldades impostas, sobretudo em relação à água.

Fui o primeiro morador. Antes dos outros morarem aí, [...] foi eu que morei primeiro. [...] Nesta casa! Não tinha porta, não tinha nada, [...] nem alpendre, nem nada. Só tinha feito as paredes ao redor, eu cobri e vim para debaixo. [...] Ave Maria, no começo foi difícil demais! Energia não tinha. Água não tinha. Tudo eu carregava, [...] eu comprei está [D-20] tá com 15 dias. Eu vendi a outra que tinha dessa mesma cor branca. Tudo eu fazia em cima dela, [...] a energia da casa era dela, carregava água era em cima dela, o material da casa foi todo em cima dela. [...] de noite eu ligava a energia, que eu fiz da própria bateria dela, para clarear a casa. Tudo era de D-20! Tudo, tudo, tudo! Eu botei três bicos de luz aqui em casa. Umas

<sup>65</sup> Nova área de terra arrendada no Assentamento Jacaré.

lampadzinhas [...] Ela é moderna [...] botei duas baterias novas, aí quando estava ficando meio fraca eu pegava e ligava o carro. [...] aí cavei um poço, cavei um poço para começar de novo. Por que eu ia viver do quê aqui? Eu não tenho um emprego, eu não tenho um seguro do governo, [...] só a pensão de 200 reais. Dá para sobreviver quatro pessoas? Você acha que dá? [...] lutei, cavei um poço devendo, e daí por diante foi que eu comecei de novo. Porque água é vida!<sup>66</sup>.

Antônio recebeu uma casa no assentamento, mas preferiu disponibilizar para a filha recém-casada. A casa em que vive foi construída ao lado do assentamento, em um terreno de um hectare que adquiriu a partir de suas reservas. Nesta casa, ele vive com sua esposa e um filho. “Essa daqui eu construí do chão, com o restinho de sobra, [...] de dinheiro que eu trouxe de lá. [...] a [casa do assentamento] que ganhei, eu dei para minha menina morar”, diz ele.

Apesar das dificuldades nos momentos iniciais, no contexto pós-desastre, hoje ele ainda dá seguimento à produção de hortaliças, com ajuda da mulher e do filho, inclusive, com uma produção muito significativa (Fotografia 16).

Fotografia 16 – Produção de tomates de Antônio, em seu terreno ao lado do assentamento



Fonte: Captada pelo autor.

Entretanto, para essa retomada, Antônio contou com suas reservas econômicas, além da participação em um projeto operacionalizado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), denominado de Agroamigo<sup>67</sup>. No âmbito desse projeto, ele realizou pequenos

<sup>66</sup> Informação fornecida por Antônio, do Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>67</sup> Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) cuja operacionalização é realizada em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC). Por meio de Agentes de Microcrédito, o programa atende os/as agricultores/as na própria comunidade, impulsionando a concessão de

empréstimos, no valor de R\$ 4.000,00, por alguns períodos, ao longo dos últimos anos. Isto lhe possibilitou certa estrutura para retomada.

[...] tenho um colega do Banco do Nordeste, ele veio e me incentivou a fazer aqueles projetinhos, [...] do Agroamigo, [...] e sobre isso aí, foi que eu me levantei um pouco. Trabalhando! [...] um empréstimo pequeno, e tem desconto, [...] recebe quatro e paga três e um pouquinho. [...] aí sobre isso, eu fiz muita coisa. Aplicando o dinheirinho todinho. Sobre isso eu fiz muita coisinha aqui<sup>68</sup>.

Além da força e capacidade individual de Antônio, algumas condições foram essenciais para a retomada de suas atividades, como a aquisição de um terreno mais extenso para produção, ao lado do assentamento, além da perfuração e estrutura de um poço para utilização própria. Somando-se a isso, a construção de dois tanques, nos quais se acumula água mediante um sistema de calha que conduz “água da chuva”, tal como uma cisterna.

Em um desses tanques, Antônio pratica a piscicultura (Fotografia 17) com a criação de tilápias; o outro utiliza, principalmente, para irrigação. Por um sistema de canalização criado por ele próprio, também abastece esses tanques com água do poço e utiliza a gravidade para reutilizar a água em um sistema de irrigação por bombeamento construído por ele para o cultivo de suas hortaliças.

Fotografia 17 – Um dos tanques onde Antônio pratica a criação de Tilápias<sup>69</sup>



Fonte: Captada pelo autor.

---

crédito orientado, de forma gradativa e sequencial. O Programa atende hoje a milhares de agricultores/as, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2017).

<sup>68</sup> Informação fornecida por Antônio, do Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>69</sup> A água desse tanque também é reutilizada para irrigação de hortaliças.

Em minha visita a seus cultivos, no assentamento, Antônio falava com muita satisfação sobre a sua produção, destacando o seu esforço ante as dificuldades e os resultados colhidos, hoje, num momento em que muitos ainda estão “desorientados”, “atordoados”, diz ele. Enquanto conversávamos, ele me explicava o sistema de irrigação por gravidade e a reutilização da água dos tanques para as hortaliças; inclusive, fez questão de ligar todo o sistema para que eu pudesse conhecer melhor o seu funcionamento. Trata-se de uma habilidade e de um conhecimento adquirido na prática (Fotografia 18).

Fotografia 18 – Produção de hortaliças de Antônio<sup>70</sup>



Fonte: Captada pelo autor.

Além da família de Antônio, outras famílias atingidas também têm conseguido reestruturar-se de forma mais rápida no Assentamento Jacaré, sobretudo os que dispõem de melhores recursos. Seu Francisco Mariano, por exemplo, após adquirir um terreno de dois hectares ao lado do assentamento, tem retomado sua produção de hortaliças e o cultivo de feijão (Fotografia 19) e macaxeira (Fotografia 20).

---

<sup>70</sup> Na ocasião, ele demonstra o funcionamento do sistema de irrigação construído.

Fotografia 19 – Roça de “feijão de moita”<sup>71</sup>



Fonte: Captada pelo autor.

Fotografia 20 – Roça de macaxeira, no terreno de Seu Francisco Mariano



Fonte: Captada pelo autor.

Algumas famílias que dispunham de melhores recursos reclamam também das pequenas compensações recebidas do governo e dos valores das pensões que recebem. Para esses atingidos, as pessoas que tinham melhores condições e uma melhor estrutura teriam ficado com os maiores prejuízos. O sentido de prejuízo, para estes, refere-se às perdas materiais, ou seja, teria perdido mais quem dispunha de mais recursos. “[...] gente que não tinha nada, só uma taperinha, [...] recebeu uma casinha no assentamento do mesmo jeito” diz

---

<sup>71</sup> Cultivado em terreno adquirido por Seu Francisco Mariano, ao lado do Assentamento Jacaré.

uma narradora. Outro afirma que “[...] muita gente queria que arrebentasse outra barragem, [...] não tinha coisa nenhuma, e hoje tem tudo, [...] está com sete anos de pensão”.

Podem-se perceber, a partir dessas narrativas, tensões internas ao grupo. Uma relação de conflito relacionada às perdas materiais. Um relato recorrente de alguns atingidos com que conversei. Poder-se-ia até pressupor que o desastre teria nivelado as condições econômicas das famílias que viviam no Vale. Contudo, é perceptível que alguns, hoje, por possuírem uma melhor condição econômica, têm conseguido reerguer-se de forma mais rápida. Possuir poço próprio para o fornecimento d’água constitui, inclusive, fator essencial para essa retomada, além da disponibilidade de uma área maior para o cultivo.

Ao longo dos últimos oito anos, pelo menos 25 casas foram construídas a mais no Assentamento Jacaré, além das 116 originais, principalmente por famílias que adquiriram terras próximas. Dessa forma, ainda que haja esses exemplos significativos de retomada da produção para algumas famílias, pode-se afirmar que tais experiências constituem exceções, em detrimento da maioria das famílias atingidas. Estas, por disporem de pouca água e terra, buscam a retomada de suas atividades, porém a partir de arranjos mais precários.

No Assentamento Boíba, experiências de reconstrução e retomada da produção são evidenciadas, assim como no Assentamento Jacaré. As famílias que dispõem de maiores recursos também têm conseguido a reestruturação de forma mais rápida; entretanto, no que se refere ao Assentamento Boíba, esse processo de retomada tem se intensificado ainda mais.

Este assentamento apresenta particularidades que o diferenciam positivamente em relação aos demais, pois tanto a Agrovila I como a Agrovila II, que formam o Assentamento Boíba, foram construídas em áreas mais próximas das antigas terras no Vale. Assim, as famílias desse assentamento vivem hoje não muito distantes e consideravelmente mais próximas das antigas áreas de produção, se comparadas aos demais, que estão distribuídas em assentamentos mais distantes.

Na Agrovila II, por exemplo, as casas são também denominadas “casas pulverizadas”, por terem sido construídas de forma dispersa, entre outras que já existiam, no próprio Povoado Boíba. O modelo de casas desta agrovila segue os dos outros assentamentos no que se refere à estrutura e ao estilo; entretanto, distancia-se um pouco do padrão em relação à organização física e à maneira como estão dispostas, porquanto foram construídas em meio a casas que já existiam nas antigas áreas. Nessa direção, apesar de viverem agora no assentamento, o deslocamento para suas antigas terras é, de certa maneira, facilitado, se comparado, por exemplo, ao Assentamento Jacaré.

De maneira geral, pode-se perceber a busca pela retomada dos modos e meios de

vida nas regiões de assentamentos. Ainda que pesem dificuldades diversas, a reconstrução e a retomada se processam a partir da percepção e da experiência, uma nova relação com o ambiente do qual os assentamentos passam a fazer parte. Mais adiante, no capítulo 5, discorre-se sobre o processo de reconstrução e retomada, no qual se prioriza a realidade atual nos povoados, uma lógica de caráter relacional que se processa entre povoados e assentamentos.

### **3.5 Territórios em construção, fronteiras e conflitos**

Atualmente, tanto a organização política dos atingidos como as perspectivas em torno da construção de uma nova barragem têm intensificado as transformações no Território Algodões I, momento essencial para apreensão das dinâmicas territoriais recentes, no qual se visualizam, a partir de indícios, territórios subjetivos e fragmentados construídos por essas pessoas – do vivido no passado, do que vivem no presente e do que visualizam para o futuro.

Trata-se, de fato, de um momento fronteiro. Nessa direção, o conceito de “entre-lugares”, de Homi Bhabha (1998), apresenta-se como essencial para o entendimento do processo de construção de identidades e práticas culturais diversas que caracterizam a sociedade contemporânea. O conceito de “entre-lugares” parece resolver, de algum modo, o essencialismo entre passado e presente, reconhecendo a presença e a participação de forças diversas no que o autor define como “locais da cultura” (BHABHA, 1998, p. 19) . Os “entre-lugares” são produzidos na articulação das diferenças culturais, performaticamente em áreas de fronteiras. É na fronteira que espaço e tempo se imbricam para “[...] produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão” (BHABHA, 1998. p. 19).

A partir dessa perspectiva, pode-se apreender que as dinâmicas territoriais recentes no Território Algodões I configuram momento de fronteira, onde se articulam diferentes lógicas culturais, do passado (a vida nos povoados), do presente (na lógica atual nos assentamentos) e de imagens para o futuro. Territórios se processam a partir dessa dinâmica e relação. O contexto de mobilização política dos atingidos e da construção de uma nova barragem tem intensificado ainda mais essa articulação entre diferentes lógicas.

Nessa condição, presente e passado se misturam, as fronteiras espaço-temporais se entrelaçam, uma verdadeira tensão dialética que interpela o território anterior ao desastre, ao mesmo tempo que projeta imagens a partir da incógnita territorial futura. Isto incide

significativamente no momento atual para as famílias atingidas, numa conjuntura de conflitos, tensões e incertezas.

A análise desse momento é então pensada no campo da ecologia política, pois, como dito por Little (2006), trata-se de uma possibilidade transdisciplinar focada no conflito, o que não quer dizer que sejam desconsiderados os agentes sociais, porém o foco de análise é o conflito. Nessa direção, conforme esse autor, a etnografia passa então a constituir um importante aporte conceitual e metodológico da antropologia a esse campo de pesquisa, a ecologia política.

Para tanto, é necessária a construção de um paradigma ecológico que incorpore sínteses transdisciplinares que reconheçam as diferenças entre o mundo biofísico (natureza) e o mundo social (cultura); porém, dentro de um marco teórico unificado, ou seja, a proposta é de uma “simetria epistemológica”, isto é, tanto o agente natural como os atores sociais aparecem com potencial de influir na construção de uma paisagem determinada (LITTLE, 2006). A abordagem ecológica é, dessa forma, preparada para visualizar os dois lados dessa causalidade – a biofísica e a social (LITTLE, 2006).

Em Algodões I, a conjuntura é apreendida, assim, na perspectiva dos conflitos socioambientais, porquanto “[...] referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (LITTLE, 2006, p. 91). Nessa perspectiva, a etnografia deve focar as relações, uma metodologia processual e um conhecimento contextualizado no entendimento das dinâmicas do conflito (LITTLE, 2006).

Assim, com foco no conflito, o antropólogo é obrigado a identificar, além dos diferentes atores sociais envolvidos, também os diferentes recursos ambientais relacionados a essa dinâmica. Deve-se analisar a interação desses atores entre si, com seu meio biofísico e social, assim como levantar as reivindicações de cada grupo, o que inclui os interesses em torno dos recursos naturais e do território, bem como suas respectivas cotas de poder (LITTLE, 2006).

O mapeamento dessas interações políticas nos permite entender melhor a dinâmica do conflito. O entendimento dessa dinâmica inclui

A identificação das polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões, sempre sob a observação que, durante o longo percurso do conflito, as posições dos distintos grupos podem mudar de tal forma que antigos aliados se transformam em inimigos ou vice-versa. O etnógrafo também deve analisar as variadas táticas e estratégias utilizadas pelos grupos sociais e perfilar as distintas tentativas de resolução. Dessa forma, a etnografia dos conflitos sociais se insere

plenamente no paradigma ecológico: tem foco nas relações; usa uma metodologia processual; e contextualiza o conhecimento produzido. (LITTLE, 2006, p. 92).

Nessa direção, portanto, a análise dos chamados conflitos socioambientais a partir de uma perspectiva etnográfica se tornou um elemento central da ecologia política, pois proporciona, segundo Little (2006), visibilidade a grupos marginalizados e explicita bases latentes do conflito. “Um olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado” (LITTLE, 2006, p. 92).

Por fim, a partir desses encaminhamentos, expõe-se, no capítulo a seguir, a experiência política dos atingidos pelo rompimento da barragem Algodões I, a partir da busca por indenizações frente ao estado do Piauí, e o contexto relacionado à construção de uma nova barragem na região, elementos fundamentais para o entendimento da presente tese.

## **4 AVABA: ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS VÍTIMAS DE ALGODÕES**

O rompimento da barragem Algodões I implicou a desestruturação dos modos de vida locais na região atingida, em Cocal, sendo o Estado o protagonista dos acontecimentos com sua materialização na figura da barragem e no que Giddens (2005) chama de “risco fabricado”. Segundo este autor, o risco é a condição inerente de insegurança, criada socialmente pela interação e pelo impacto do conhecimento e pela transformação do mundo pelo homem no processo de produção social e territorial da modernidade. Para Gonçalves, Marcuezzine e Valencio (2009), esse risco fabricado amplia-se, no caso de barragens, com o envelhecimento das obras e com a falta de manutenção, podendo resultar, como afirma Valencio (2009), na “concretização do risco”, a exemplo do que ocorreu em Algodões I.

Assim, segundo Oliveira (2013), o mesmo processo de desterritorialização a que foram submetidas as vítimas do rompimento da barragem Algodões também provocou a organização e o engajamento das famílias afetadas para a participação política. Contexto que resultou na criação da Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas da Barragem Algodões (AVABA). A associação surge como um mecanismo para a luta política no contexto de crise e desestruturação dos modos de vida dos atingidos. Um momento de grande efervescência social.

### **4.1 Gênese da associação**

As primeiras discussões para a criação de uma associação se deram logo no início, poucos dias após os acontecimentos decorrentes do rompimento da barragem Algodões I. A ideia inicial foi de Corcino Medeiros dos Santos, atual presidente da AVABA, e do bispo católico da diocese de Parnaíba (PI), Dom Alfredo Schaffler<sup>72</sup>. Segundo informações, o poder público municipal e estadual beneficiava-se politicamente da situação, no gerenciamento dos recursos direcionados às famílias atingidas.

Você nunca contou com nenhuma autoridade para dar uma força. Tanto do Legislativo, como do Executivo, [...] sempre procurou se beneficiar em cima da gente. Nunca tomou iniciativa de nada [...], inclusive, o município perdeu direitos que ele teria. Que era o fato de ter ocorrido uma tragédia desse nível no município,

---

<sup>72</sup> Dom Alfredo Schaffler foi um forte crítico das ações do poder público na época, inclusive com vários pronunciamentos na imprensa. Esteve celebrando também várias missas ao lado do pároco de Cocal após o rompimento da barragem. Suas orientações e seu apoio como liderança religiosa foram de fundamental importância para criação da AVABA.

[...] o município pode ter algumas regalias, como, por exemplo, obras compensatórias. [...] houve destruição de todas as estradas na época. O prefeito não contou com nada porque não foi atrás. Poderia inclusive ter obtido alguma compensação indenizatória em termos de recurso mesmo [...], mas ninguém foi atrás de nada. Para eles não aconteceu nada em Cocal, procuraram tirar algum benefício [...] que o próprio governo deu quando investiu aquele dinheiro inicial dos R\$ 5.000,00 cada pessoa. Aquilo foi sem controle nenhum, sem fiscalização nenhuma. [A vítima] recebia quinhentos reais só [dinheiro em espécie]. O resto era para receber em mercadorias, quer dizer foi uma ajuda para o comércio local, entendeu? [...] da mesma maneira fizeram também com uma conta, SOS Cocal, [...] vários lugares fizeram algum depósito. Esse dinheiro também foi para o comércio local, as vítimas não viram nada. [...] a primeira-dama, que era a principal gestora dessa conta, mais representantes de entidades [...] deram para o comércio fornecer coisas, bens de consumo para a população<sup>73</sup>.

Segundo Seu Corcino, estes recursos foram utilizados pela prefeitura, tendo como base conveniências políticas e interesses eleitorais. Uma desorganização político-administrativa que gerou problemas e dificuldades nas medidas de compensação para as famílias afetadas. Na época, o repasse de pequenas indenizações, como o valor de R\$ 5.000,00 para algumas famílias, configurou um exemplo claro dessa situação. De fato, apenas R\$ 500,00 foram repassados em espécie, o restante do valor assumia a forma de crédito, o qual as pessoas eram obrigadas a utilizar na compra de móveis e eletrodomésticos, o que acabou privilegiando o setor moveleiro da cidade; inclusive, algumas lojas, aproveitando-se da situação, elevaram preços de alguns produtos.

Nesse contexto, era preciso materializar a ideia da associação. Seu Corcino, com a ajuda de lideranças comunitárias, e do padre Everaldo, na época, pároco da cidade, começou a organizar reuniões com as famílias afetadas pelo rompimento da barragem em alguns locais onde as pessoas estavam abrigadas. O intuito era esclarecer e orientar as famílias destacando a importância de uma associação na luta por seus direitos.

Padre Everaldo desempenhou importante papel social junto às famílias afetadas no período, tendo organizado mutirões para arrecadação de roupas e alimentos junto à casa paroquial, além de ter contribuído efetivamente na elaboração do estatuto da AVABA. Ele faleceu no início de 2012, acometido por problemas de saúde. Padre Everaldo é uma figura muito querida e lembrada de forma honrosa entre as famílias atingidas.

Ayrton, profissional que atua na área de Recursos Humanos em São Paulo, é membro de uma família atingida do Povoado Cruzinha e também ajudou na elaboração do estatuto de criação da AVABA.

---

<sup>73</sup> Informação fornecida por Corcino Medeiros dos Santos, presidente da AVABA, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

Eu até então era um tanto quanto afastado de Cocal [...]. Sempre atuando na minha área profissional em São Paulo, executivo de Recursos Humanos. Não tinha muito tempo, era mais focado no mundo corporativo. Mas aí naquela tarde, [...] mais ou menos umas quatro da tarde, eu recebi um telefonema dando conta de que a barragem havia explodido. Eu parei, respirei, e agora? Posso fazer algo? O que eu posso fazer? Tomei uma atitude. De imediato liguei para o meu irmão [Maurício, que reside em Fortaleza] e disse: “Olha, vamos amanhecer o dia lá”. [...] quando nós chegamos, [...] uma catástrofe, um sofrimento, uma coisa [...] uma desolação total, um desespero completo. Muitas pessoas chorando, muitas pessoas sem rumo, sem referência, sem chão, [...] e nós também ficamos. Eu vim com um colega jornalista de São Paulo. Chegando aqui, foi eu, meu irmão, minha cunhada que também é jornalista. [...] os familiares eu até tinha notícia, mas muitas pessoas ainda estavam desaparecidas. [...] Nós mandávamos informações para a grande imprensa. [...] o governo abafando, a prefeitura abafando, [...] todo mundo abafando, e eles não entendiam como que eles seguravam a informação ali e a informação vinha da mídia nacional. [...]. Passados os primeiros três dias já havíamos localizados todos os corpos, [...] quer dizer, todos não, porque até hoje ainda tem corpo que não foi localizado [...] e tentando organizar as pessoas em algum acampamento, em algum colégio, em algum espaço, [...] em casa de parente, em casa de amigo, aí começamos a pensar: “O que fazer? O que eu posso fazer com a minha vivência para ajudar esse pessoal?” Sabendo que se eu deixasse ali, seriam presas muito frágeis, [...] seriam consumidas rapidamente por qualquer motivo. Foi aí que eu tive contato com o Doutor Corcino. Ele também muito fragilizado, muito machucado, muito quebrado. Sem chão, [...] a esposa dele até que estava mais forte em relação a ele. Aí começamos a articular, a criar associação. Eu nunca tinha atuado nessa área, mas, assim, eu tenho como objetivo de vida, que quando eu começo a fazer algo, é começar e ir fazer [...] até o final, com todas as dificuldades. E aí começamos a criar um estatuto; não tinha *internet*, eu tinha *laptop*, mas não tinha *internet*, não tinha energia para carregar. Eu tinha que ir até o Ceará carregar o *laptop* para redigir algo, estudar algo, [...] e comecei a pedir ajuda de pessoas, da minha rede de relacionamentos. Escrevendo embaixo da árvore, no quintal de alguém, na minha própria casa, no local onde Seu Corcino estava hospedado, mesmo sem força de coragem. Ele não tinha muita força para pensar, raciocinar, sem direção, mas aí nós criamos o primeiro estatuto da associação. Uma associação focada a cobrar mesmo, [...] não tinha um foco de “eu vou trazer um quilo de açúcar”, [...] não era focado no sentido filantrópico, mas no sentido de cobrar a responsabilidade de quem deixou que aquilo ocorresse daquela forma [...] de quem construiu aquela barragem, ou seja, de quem construiu um castelo de areia ali e colocou pessoas em risco. E aí começamos aquela correria para tentar fazer a primeira assembleia, [...] iniciamos a primeira assembleia com apoio de um advogado, apoio entre aspas, depois nós descobrimos que ele era pago para fazer a coisa dar errado. Aí gerou uma briga, [...] nós tentamos em uma escola, reunimos em torno de 50 pessoas, estava todo mundo muito espalhado ainda [...] logo que começava a reunião chegava alguém fazendo confusão, [...] e aí a ficha caiu: “Tem alguém boicotando”. [...] tanto é que a associação só saiu mesmo 16 dias depois da tragédia. [...] eu ia até o local onde tinha pessoas, convidava as pessoas, explicava o que é que era o projeto, como que era essa instituição, qual era a função da instituição, [...] o Seu Corcino também falava um pouco, [...] ele ainda estava muito fragilizado, muito machucado, muito ralado também, [...] e sempre havia um boicote de alguém que não era vítima, mas que chegava para causar. Na terceira reunião, nós tivemos que usar uma estratégia, [...] nós percebemos, conversando com o Seu Corcino, e também com o meu irmão, que já estava ali visualizando de uma forma diferente, [...] resolvemos fazer uma reunião secreta. Um falar para um, outro falar para o outro, [...] entra pelos fundos, e fizemos essa reunião [...] na garagem de uma das vítimas. A garagem de um caminhão que ele tinha embaixo de uma árvore, no quintal. Lá nós só deixávamos entrar quem era vítima e lá nós conseguimos criar o primeiro estatuto da associação. [...] o prefeito, tão logo soube, mandou diversas pessoas tentar conseguir aquela ata [Ata de fundação da AVABA], eu não sei qual objetivo, mas tinha algum objetivo<sup>74</sup>.

---

<sup>74</sup> Informação fornecida por Ayrton, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

Na fala de Ayrton, pode-se identificar que o surgimento da associação estava contextualizado por fortes tensões locais, por um momento de grande fragilidade psicológica e desestruturação social das famílias atingidas poucos dias após o rompimento. O centro da narrativa focaliza as dificuldades de várias ordens para a criação de um estatuto, sobretudo de ações externas para inviabilizar a reunião de fundação e a legitimação do estatuto.

Portanto, na casa de uma das vítimas, em 13 de junho de 2009, aconteceu a Assembleia de fundação da AVABA. Uma reunião secreta. Segundo Seu Corcino, a assembleia de fundação contou com a participação de aproximadamente sessenta pessoas, representando sessenta famílias, entretanto apenas dezoito pessoas assinaram a ficha de adesão. Segundo Seu Corcino, o motivo de poucas adesões deveu-se ao “terrorismo”, segundo ele, que foi feito através de boatos espalhados por pessoas ligadas à Prefeitura de Cocal e ao governo do estado do Piauí, os quais diziam que os que aderissem à AVABA perderiam benefícios sociais, como aposentadoria, bolsa família, etc.

De acordo com informações de pesquisa, os poderes públicos, municipal e estadual, passaram a hostilizar a associação e a intimidar os atingidos com boatos de todas as ordens. Mesmo assim, alguns dias depois, em julho de 2009, a Cáritas Brasileira, que já desempenhava importante papel no auxílio às famílias afetadas, promoveria uma grande reunião no salão paroquial da igreja matriz de Cocal, na qual muitos, ouvindo as explicações sobre o papel da AVABA, acabaram assinando a ficha de adesão. Nessa reunião, o número de sócios aumentou de dezoito para cinquenta. A partir daí, foram realizadas reuniões em cada uma das localidades atingidas, e o número de sócios foi-se ampliando, ininterruptamente, na cidade de Cocal.

Em agosto de 2009, em articulação com o deputado estadual Marden Menezes, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a AVABA conseguiu realizar uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (ALEPI), na capital, Teresina, para discutir a situação das famílias afetadas pelo rompimento da barragem em Cocal. Cabe destacar aqui que o deputado estadual Marden Menezes era oposição ao governador do estado do Piauí no período, Wellington Dias, do Partido dos Trabalhadores (PT). Este possuía uma base de apoio ampla na Assembleia Legislativa do estado, na época do rompimento da barragem. Trata-se da primeira viagem e da primeira participação política de algumas famílias atingidas junto à associação. Seu Corcino destaca esse momento e sua firme posição no evento.

[...] foi realizado uma audiência pública na Assembleia Legislativa para qual nós fomos umas trinta e poucas pessoas, só, [...]. Foram mais umas doze acompanhando o prefeito [Fernando Sales, do DEM] em defesa do governo. Não tínhamos dinheiro nem organização para levar a Teresina as vítimas, em sua grande maioria analfabeta, que nunca tinha saído do seu município. Com a ajuda do Marden [deputado estadual pelo PSDB], alugamos uma van e fomos. [...] o Wellington Dias [governador do Piauí na época, do PT] botou no auditório a Secretaria de Segurança Pública, a SASC [Secretaria de Assistência Social e Cidadania] e a Secretaria de Defesa Civil. Nós chegamos lá, não tinha lugar para nós sentarmos, [...] ficamos de pé. Soldados jovens fardados, sentados na frente e as velhas de pé, ali. [...] [a estrutura de governo] impondo temor, [...] medo. Àquela altura eles pensavam que todo mundo era um bando de analfabeto aqui da roça, e tudo isso. Ninguém me conhecia. [...] foi ali que começaram. Foi bastante massacrante, mas eu não me intimidei. Primeiro, porque, sempre fui independente. Aí eu comecei questionando ao presidente da assembleia, [...]. No dia, quem presidiu foi o Mário Tapety [deputado pelo PMDB], [...] questionando o fato da reunião ter sido feita em função das vítimas, e as vítimas chegarem lá e não terem nenhum lugar para sentar. Aí, o Mário Tapety disse que não era obrigado a guardar lugar para ninguém. Respondeu o malcriado. O pessoal que estava lá para isso, [...] ovacionou o Mário Tapety e me vaiou. Tudo bem, eu continuei. Imperturbável. [...] orientação nítida do governo. Toda Assembleia Legislativa foi a favor do Wellington Dias, [...] todos os deputados falaram um monte de bobagens para defender o Wellington Dias. O único deputado que não defendeu o Wellington Dias foi o Marden Menezes. Único! Naquele dia. Tinham dois de oposição, que era ele e o Luciano Nunes [deputado pelo PSDB], que não estava [...]. Então nós conseguimos impor, [...] exigi o mesmo tempo que deram para o Fernando Monteiro [Secretário de Defesa Civil do estado do Piauí]. O Fernando Monteiro começou por obstruir. [...]. Ele era o secretário de Defesa Civil, todo-poderoso, ele que usou a dinheirama toda, [...] falou quarenta minutos de elogios, e enaltecimento do governo a que pertencia. Depois dele foi a minha vez. [...] a minha fala provocou surpresa e espanto no auditório pelo destemor, segurança e determinação. Foi terrível, mas conquistamos respeito<sup>75</sup>.

Na mesma época, Seu Corcino ainda viajou a Brasília para denunciar o descaso para com os atingidos pelo rompimento da barragem Algodões. Lá, inclusive, concedeu uma entrevista para a TV Senado.

Denunciei a falta de estado de direito e desrespeito aos direitos humanos no estado do Piauí. A entrevista teve sua exibição programada para os seis dias da semana, em horários diferentes, mas foi exibido apenas duas vezes, porque um telefonema, [...] não sei de quem, determinou a sua saída do ar<sup>76</sup>.

Podem-se perceber, nas narrativas de Seu Corcino, as dificuldades enfrentadas no embate contra o estado do Piauí, no início da luta política, sobretudo em razão da forte estrutura política do governo do estado, este tendo influências, inclusive, em outras esferas de poder. Em sua fala, destaca-se a falta de apoio nas esferas do poder público e as ações de intimidação e descaso do governo do estado do Piauí. A determinação e a segurança individual de Seu Corcino para denunciar a situação das vítimas configuram um marcador

<sup>75</sup> Informação fornecida por Corcino Medeiros dos Santos, presidente da AVABA, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

<sup>76</sup> Informação fornecida por Corcino Medeiros dos Santos, presidente da AVABA, em entrevista concedida ao autor em junho de 2012.

importante desse processo. Desde o início da associação, Seu Corcino assume posição de destaque nas ações. Ele e sua família também foram afetados pelo rompimento da barragem Algodões, contudo vale destacar sua formação intelectual acadêmica para entendimento do seu protagonismo frente às ações.

Seu Corcino é graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP) (1959). Possui mestrado em História Social também pela USP (1969), onde teve Sergio Buarque de Holanda como orientador, e doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), concluído em 1973 (SANTOS, 2006). Seu Corcino foi um dos fundadores e o primeiro coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UNB). Foi professor da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), nas áreas de História do Brasil e História das Ideias Políticas, e foi professor também da UNB, onde lecionou de 1975 a 2001 (PIAUÍ, 2010).

Seu Corcino nasceu em Porteirinha, no estado de Minas Gerais, em 1931. Filho de proprietário de terra no semiárido mineiro, teve apenas dois meses de aulas particulares em casa. Aos 13 anos, migrou para São Paulo, e de lá foi mandado para o Oeste paulista para trabalhar em uma frente pioneira de serviços. Na cidade de Tupã, aos 16 anos e ainda semianalfabeto, recebeu o incentivo de um pastor metodista que viu nele um grande potencial intelectual. Assim, iniciou um curso ginásial, após aprovação nos exames de admissão da época, quando obteve uma bolsa de estudos no Instituto Americano de Lins (PIAUÍ, 2010).

A partir daí, boa parte de sua vida estudantil se passa em São Paulo, onde se torna professor e cursa pós-graduação. Contudo, a maior parte de sua atividade profissional desempenhou em Brasília, como professor na UNB, até se aposentar. Em 2005 vendeu tudo que tinha em Brasília e transferiu-se em definitivo para Cocal, no Piauí, para trabalhar com a terra. Em Cocal, Seu Corcino vive com uma mulher da localidade, sua companheira, e a filha, que tinha aproximadamente seis anos de idade na época do rompimento da barragem Algodões, em 2009. Ele morava com sua família no povoado Angico Branco, onde possuía uma propriedade irrigada, além de uma criação de caprinos e ovinos.

Todos esses elementos da vida de Seu Corcino, com base em Bourdieu (2000), investem-no de um capital simbólico, que pode explicar seu protagonismo frente à AVABA. O capital simbólico é uma transmutação de diferentes espécies de capital (econômico, cultural, social) transfiguradas em capital simbólico. Estas também implicam poder simbólico, uma forma transformada, transfigurada e legítima de poder (BOURDIEU, 2000).

As diferentes espécies de poder ou de capital é que definem as probabilidades de ganho num determinado campo social. Assim, de acordo com a posição que um agente ocupa

em diferentes campos, ou seja, na distribuição dos poderes, ou de capital, seja o capital econômico, em suas diferentes espécies, seja o capital cultural, o capital social e o capital simbólico, estes é que definem sua posição no espaço social (BOURDIEU, 2000). Capital simbólico geralmente é percebido como prestígio, fama ou reputação, uma forma transfigurada, legítima das diferentes espécies de capital (BOURDIEU, 2000).

Nesta direção, Seu Corcino é investido de um capital simbólico que sintetiza várias de suas posições na cidade de Cocal, sobretudo entre as famílias afetadas pelo rompimento da barragem Algodões: a de produtor rural com cultivo irrigado, a de professor universitário aposentado, intelectual reconhecido, “homem das letras”, como afirmam alguns. Em síntese, pessoa de grande respeito e prestígio local. Esse capital simbólico pode ser evidenciado na fala de muitos da região.

#### **4.2 Estrutura organizacional da associação**

A Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas da Barragem Algodões (AVABA) é formada por uma diretoria executiva e por um conselho fiscal. Composta por representantes da população atingida, a diretoria executiva é formada por seis componentes: um presidente, um vice-presidente, primeiro e segundo secretários, e primeiro e segundo tesoureiros. O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três suplentes.

A primeira diretoria da AVABA foi assim composta: presidente: prof. Corcino Medeiros dos Santos (do Povoado Angico Branco); vice-presidente: padre Everaldo Soares Ramos (responsável, na época, pelas paróquias de Cocal e Cocal dos Alves, tendo importante atuação no auxílio às famílias afetadas); 1.<sup>a</sup> secretária: Verônica Barreto da Costa (professora de Cocal, com atuação de destaque no auxílio aos atingidos); 2.<sup>a</sup> secretária: Francisca Alves Portela (do Povoado Angico Branco); 1.<sup>a</sup> tesoureira: Adriana Maria Machado (do Povoado Cruzinha); 2.<sup>a</sup> tesoureira: Marlene Rodrigues de Araújo (do Povoado Angico Branco). Do Conselho Fiscal faziam parte Antônio de Araújo Rodrigues (do Povoado Boiba), Marilene da Silva Almeida (comerciante de Cocal) e Olavo Felix dos Santos (do Povoado Angico Branco). Esses membros, em sua maioria, podem ser identificados como trabalhadores/as rurais, cujas famílias desempenham atividades agrícolas e criações. A maioria dos membros ainda permanece na atual diretoria e no conselho fiscal da AVABA, alguns desempenhando outras funções. A diretoria executiva da AVABA e o Conselho Fiscal exercem mandato por quatro anos, podendo ser reeleitos uma única vez. A eleição é realizada entre os associados convocados para Assembleia Geral.

As assembleias da AVABA funcionam como outras de mesma natureza. Abertas pelo presidente da associação, elas seguem uma pauta previamente elaborada de assuntos a serem discutidos na assembleia: a) leitura de ata da assembleia anterior; b) prestações de contas; c) assuntos para discussão (na ocasião todos os associados têm poder de voz e de voto). Algumas vezes é também realizada uma atividade festiva, a exemplo de uma da qual eu participei em 2012, realizada no Ginásio Poliesportivo de Cocal (Fotografia 21).

Fotografia 21 – Assembleia festiva da AVABA em fevereiro de 2012, realizada no ginásio poliesportivo da cidade de Cocal<sup>77</sup>



Fonte: Captada pelo autor.

As Assembleias acontecem ordinariamente a cada três meses, podendo haver convocações extraordinárias em algumas ocasiões. Em momentos festivos, geralmente são concedidos títulos de sócios beneméritos a pessoas que tiveram ação de destaque junto à causa das vítimas, além de apresentações culturais de artistas locais. As assembleias configuram-se também como um momento de reencontro das pessoas, vizinhos e parentes, hoje divididos entre os assentamentos e os povoados, onde o sentimento de grupo é reafirmado.

Os associados da AVABA são distinguidos em três categorias: a) associados fundadores, que ajudaram na fundação da associação; b) associados colaboradores, os que contribuem com doações; c) associados efetivos, os que contribuem com mensalidade para a associação. Assim, os associados contribuem com um valor mensal de R\$ 5,00. O valor arrecadado é utilizado para despesas administrativas e para os custos envolvidos na

---

<sup>77</sup> Na ocasião, houve um primeiro momento para discussão de questões importantes para os atingidos, além da prestação de contas; em seguida, a parte festiva, com apresentação de danças e artistas locais.

organização de mobilizações, manifestações e encontros.

Por meio da associação, os atingidos também possuem assessoria jurídica relativa ao processo que busca indenização frente ao estado do Piauí por todas as perdas relacionadas ao rompimento da barragem Algodões I, além de outras demandas compensatórias relacionadas a esse evento.

Como exemplo de outras demandas, pode-se citar a liminar que obrigou o estado do Piauí, em 2010, a pagar uma pensão às famílias afetadas pelo rompimento da barragem até que as indenizações sejam levadas a efeito. Atualmente, segundo a AVABA, 723 famílias são beneficiárias dessa pensão<sup>78</sup>. Geralmente o processo jurídico é acompanhado pela pressão política da associação junto aos tribunais decisórios (Fotografia 22) e às sedes dos poderes Executivo (Fotografia 23) e Legislativo (Fotografia 24) do estado do Piauí.

Fotografia 22 – Manifestação dos atingidos em frente ao fórum municipal, na cidade de Cocal<sup>79</sup>



Fonte: Manifestação... (2016).

---

<sup>78</sup> Deste total de 723 famílias, 499 são de Cocal, e 224 da cidade de Buriti dos Lopes, também atingida pelo rompimento em 2009.

<sup>79</sup> Ato realizado em dezembro de 2011, em razão do julgamento da Ação Civil Pública sobre o rompimento da barragem Algodões ter sido remarcado por várias vezes pela juíza local.

Fotografia 23 – Ato na cidade de Teresina, em frente ao Palácio de Karnak, sede do governo do estado do Piauí<sup>80</sup>



Fonte: Ato... (2016).

Fotografia 24 – Movimentação dos atingidos, na área de entrada para o plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí<sup>81</sup>



Fonte: Movimentação... (2016).

<sup>80</sup> Ato realizado em maio de 2011. Na ocasião, um grande abraço coletivo foi realizado pelos atingidos no entorno da sede do governo.

<sup>81</sup> Ato realizado em maio de 2012.

Em 2011, os atingidos pela barragem do município de Buriti dos Lopes também passaram a participar da associação e a integrá-la, ampliando assim a visibilidade e o número de associados. Hoje, a associação conta com aproximadamente 1.300 associados. De fato, a associação ganhou força, não só em relação ao número de associados, mas também na ampliação do nível de organização política, como se pode observar a seguir.

### **4.3 Ampliação da organização política e articulação em redes**

O mesmo processo de desterritorialização que provocou a desestruturação dos modos de vida locais, também implicou a organização política dessas pessoas. A ação política através da AVABA passou a fazer parte da dinâmica dessa população, inclusive pela participação desta em redes, no que se refere à articulação conjunta com outras entidades.

Novos elementos, sobretudo a ação política, passam a agregar a territorialidade do grupo em processo de (re)construção em face do contexto de desestruturação de seus modos de vida. Nessa direção, a AVABA tem participado de vários encontros organizados por diferentes entidades, no âmbito local, regional, nacional e internacional.

O presidente da AVABA, por exemplo, fala sobre a primeira viagem da associação. A participação em um evento internacional de Defesa Civil, ainda em 2009, na cidade de São Paulo. Apesar da ausência de recursos financeiros, os relacionamentos profissionais e acadêmicos do presidente foram cruciais para a participação da AVABA neste evento internacional.

A associação aqui transformou [...] uma importância muito grande. Em primeiro lugar, pela minha presença como professor universitário. [...] o primeiro evento que nós participamos, [...] o DEFENCIL [Seminário Internacional de Defesa Civil], em São Paulo, [...] foi por conta do meu prestígio, do meu conhecimento. [...] nós não tínhamos recursos, não tínhamos reconhecimento, não tínhamos número de sócios ainda, não tínhamos nada, mas o meu nome serviu para os coordenadores lá do sul. Conheciam o meu nome. Conseguimos um ônibus para levar uma equipe para São Paulo e participar do evento internacional, de cara<sup>82</sup>.

No nível regional, a AVABA já participou de vários encontros, inclusive das manifestações e de um ato realizado em dezembro de 2011 em Petrolina (PE). O ato foi realizado pela rede Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL), sendo motivado pela decisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDS), durante o governo de Dilma Rousseff, de cancelar o Programa “Um milhão de cisternas”, importante política pública para

---

<sup>82</sup> Informação fornecida por Corcino Medeiros dos Santos, presidente da AVABA, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

convivência no semiárido. Depois da pressão política de várias entidades da sociedade civil, inclusive da AVABA, o programa voltou a funcionar.

No nível nacional, por exemplo, em setembro de 2011, associados da AVABA participaram, em Brasília, do 1.º Seminário Nacional de Atingidos por Eventos Climáticos Extremos, evento promovido pelo Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social. Este é constituído por entidades da sociedade civil, movimentos sociais e pastorais sociais ligados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Depois disso, ainda em 2011, o Conselho Federal de Psicologia disponibilizou passagens aéreas a alguns associados para o 2.º Encontro Nacional de Psicologia em Emergência e Desastres, encontro realizado também em Brasília. Dos desdobramentos desses dois eventos, surgiu o Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais (MONADES).

O MONADES surgiu dentro do Conselho Nacional de Psicologia, com o apoio da Cáritas, principalmente, [...] que tinha um dos conselheiros, do Conselho Nacional de Psicologia, [...] era um ex-diretor da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – o Marcos, [...] já era conhecido, meu amigo. Então nós conseguimos que o conselho financiasse passagens das pessoas para se reunir, inclusive a minha participação no congresso nacional de psicólogos. Foi aí que começou tudo. [...] A partir daí, criou-se o setor no Conselho Nacional de Psicologia, [...] de especialistas em psicologia dos desastres. Uma das minhas preocupações no começo, muito grande, foi sempre essa, [...] as pessoas quando perdem o chão, o teto, não é um negócio simples, não. É muito sério. Mexe com a cabeça das pessoas. [...] nós conseguimos organizar os afetados por desastres em todo o Brasil. [...] foram feitas algumas reuniões lá, e, através disso, nós conseguimos o apoio do Conselho Nacional de Psicologia, [...] conseguimos também a adesão de um deputado do Rio de Janeiro, jovem, chamado Glauber Braga [deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)], de Friburgo. Esse deputado aceitou promover um seminário conosco lá na Câmara, na Comissão de Legislação Participativa. [...] neste seminário propusemos aquilo que se transformou na Lei de Proteção e Defesa Civil nacional [Lei n.º 12.608, de 10 de abril 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil]. Eu considero uma das vitórias importantes da AVABA<sup>83</sup>.

Na ocasião do seminário e do encontro, a AVABA e outros grupos afetados por desastres socioambientais<sup>84</sup> destacaram a importância de um movimento para a articulação e a interlocução entre as comunidades afetadas por esses desastres. O objetivo do movimento é sensibilizar os afetados para uma reflexão sobre a importância do protagonismo político e a saída do papel de coadjuvante no cenário de risco e vulnerabilidade criado e mantido por interesses políticos e econômicos. Trata-se de resgatar valores de cidadania e assumir o papel ativo na tomada de decisões, com a participação efetiva na discussão, elaboração, implantação

<sup>83</sup> Informação fornecida por Corcino Medeiros dos Santos, presidente da AVABA, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

<sup>84</sup> Aqui se podem citar, dentre esses grupos, os atingidos pelos deslizamentos de terra em janeiro de 2011, na Região Serrana do Rio de Janeiro, com maior destruição nas cidades de Nova Friburgo e Teresópolis; os afetados por tornado, no Oeste Catarinense, em 2008; e os deslizamentos na Região do Vale do Itajaí (SC).

e acompanhamento das políticas de Estado (MOVIMENTO NACIONAL DE AFETADOS POR DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS, 2015).

O MONADES definiu um coordenador para cada região do País. Seu Corcino, representante da AVABA, ficou como coordenador da região Nordeste. Nessa direção, em fevereiro de 2012, o movimento conseguiu, através de solicitação, uma audiência com a Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS), que recebeu as demandas do movimento. Com importante participação de Seu Corcino, da AVABA (Fotografia 25), o MONADES apresentou uma série de reivindicações para as áreas afetadas por enchentes e barragens; também cobrou maior celeridade no atendimento às demandas das populações atingidas, bem como um maior diálogo com o poder público na busca de soluções mais adequadas.

Dos desdobramentos de uma maior organização política e maior diálogo entre as associações atingidas por desastres socioambientais, o MONADES elaborou em 2015 uma cartilha de formação como ferramenta de diálogo e organização entre afetados, movimentos, entidades e organizações parceiras na busca de soluções concretas para os problemas causados por desastres socioambientais (MOVIMENTO NACIONAL DE AFETADOS POR DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS, 2015).

Fotografia 25 – Coordenação do MONADES em audiência com a Secretaria-Geral da Presidência da República<sup>85</sup>



Fonte: Coordenação... (2016).

---

<sup>85</sup> Audiência ocorrida em fevereiro de 2012, em Brasília. Seu Corcino, presidente da AVABA, o quinto da esquerda para direita.

Ayrton, um dos membros fundadores da AVABA, que participou ativamente da produção do estatuto em 2009, tornou-se um representante bem ativo da associação junto ao MONADES (Fotografia 26), porquanto nem sempre é possível a viagem de outros membros da associação a encontros e eventos, sobretudo os realizados na região Sudeste. Assim, Ayrton tem representado a AVABA nessas ocasiões, a exemplo da Cúpula dos Povos realizada no Rio de Janeiro.

Fotografia 26 – Participação de Ayrton, representante da AVABA, à esquerda, junto ao MONADES na Marcha dos Povos<sup>86</sup>



Fonte: Cunha (2012).

Além de representar a AVABA junto ao MONADES, Ayrton é o responsável pela mobilização do movimento através de mídias e redes sociais na *internet*; gerencia, inclusive, duas contas no *Facebook* – uma, denominada “Atingidos e afetados pela Barragem Algodões I”; outra, denominada “AVABA”, onde são divulgadas as fotos, vídeos e reportagens sobre a ação dos atingidos. Por meio dessas contas, estabelecem-se contatos com outras entidades parceiras, além da comunicação entre os associados.

Segundo Ayrton, a experiência de Cocal com a AVABA tem sido um modelo importante, sobretudo por ter contribuído, no sentido prático, com outras regiões que vivenciaram situações semelhantes.

A nossa experiência começou quando nós apresentamos essa experiência [...] em alguns movimentos, em alguns fóruns, em alguns congressos, como o Congresso

<sup>86</sup> Evento ocorrido durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Natural (CNUDN), também conhecida como Rio + 20, em junho de 2012.

Internacional de Defesa Civil, que houve em 2009. Foi onde nós fizemos a maior denúncia para o mundo. O governo não esperava que nós tivéssemos todo aquele material, e toda aquela informação. Nós conseguimos levar 90 vítimas de Cocal para São Paulo. [...] teve também o Fórum de Mudanças Climáticas, que foi um parceiro que ajudou a divulgar a causa, [...] não só a causa do Piauí, [...] mas aí a nossa experiência serviu como modelo, [...] primeiro fomos implantar a mesma situação, [...] em Alagoas. Eu estive presente, [...] levando mesmo, [...] eu já tinha todo o material, [...] sabia como montar, que lá também teve enchente. Levei toda aquela experiência. Fiquei semanas e semanas indo em Volta Redonda, Niterói, Petrópolis, Teresópolis, Friburgo, Nova Friburgo, [...] indo ficar uma semana inteira lá. [...]. Hoje instituições como a AVABA têm várias no Brasil. Até em Minas Gerais [relativo ao rompimento da barragem da Samarco, na cidade de Mariana], [...] foi o mais recente que eu fui<sup>87</sup>.

É importante destacar também o diálogo com entidades mais próximas, como a Cáritas Regional Piauí, a Obra Kolping e outras organizações não governamentais que desenvolvem projetos para os atingidos<sup>88</sup>. A aproximação dessas entidades no auxílio aos atingidos se deu desde o momento imediato do rompimento da barragem em 2009. Hoje, principalmente a Cáritas e a Obra Kolping são parceiros importantes na organização das mobilizações da associação, além de contribuírem com subsídios para a implantação de projetos sociais e de capacitação que auxiliem os atingidos na retomada da produção agrícola<sup>89</sup>.

Historicamente, a Cáritas Brasileira tem sido uma entidade de promoção e atuação social em defesa dos direitos humanos. Criada em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Cáritas Brasileira tem assumido importante papel de articulação das obras sociais da Igreja Católica (CÁRITAS BRASILEIRA, 2017)<sup>90</sup>.

A Obra Kolping é um movimento social da Igreja Católica fundado em Colônia, na Alemanha, pelo beato Adolfo Kolping, em 1849. Sua missão é transformar as realidades sociais no exercício da cidadania (NOSSA..., 2017). O movimento tem uma importante atuação social e está presente em 21 estados brasileiros (NOSSA..., 2017), inclusive no estado

---

<sup>87</sup> Informação fornecida por Ayrton, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

<sup>88</sup> Podem-se citar, por exemplo, a ONG ProBrasil e a organização espanhola *Manos Unidas*. A organização ProBrasil disponibilizou médicos, psicólogos e enfermeiros desde o rompimento da barragem, além de doações e a construção de uma casa de farinha no assentamento Boíba, após o desastre. Já a *Manos Unidas* tem desenvolvido importantes projetos em parceria com a Cáritas, sobretudo na disponibilização de subsídios para a retomada da produção agrícola por parte das famílias atingidas.

<sup>89</sup> O “Projeto fecundação”, desenvolvido pela Cáritas, tem sido uma importante iniciativa desenvolvida junto às famílias atingidas, como afirma Soares (2016). Segundo esta autora, o projeto teve início em 2013 abrangendo os povoados atingidos em Cocal e Buriti dos Lopes. Trata-se de um projeto produtivo que consiste num conjunto de ações de incentivo à produção no campo, sobretudo através de subsídios para reabilitação dos processos de produção de alimentos e criação de animais (SOARES, 2016).

<sup>90</sup> Nesse sentido, destacam-se, entre as ações da Cáritas Brasileira, as seguintes: trabalho voluntário e presença solidária junto a grupos empobrecidos; aposta em ações locais e comunitárias na luta por direitos e para o desenvolvimento local, inclusive no apoio a comunidades em situação de risco e afetadas por desastres socioambientais; incentivo à promoção do protagonismo de grupos e comunidades, assim como fortalecimento de iniciativas em redes de articulação, fóruns e ações de incidência política (CÁRITAS BRASILEIRA, 2017).

do Piauí, com sede na capital Teresina.

Observa-se também a parceria da AVABA com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cocal; inclusive, grande parte dos Associados da AVABA também é filiada ao sindicato, como destaca Raimundo Nonato, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cocal.

Ativamente, hoje, em relação ao apoio das vítimas mesmo é só a AVABA e o sindicato do trabalhador rural. A AVABA, por ser uma instituição de classe associativa, e nós, enquanto sindicato, também somos instituição de classe representativa, mas que não existe nenhuma rivalidade; pelo contrário, a gente soma força para defender o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras que consequentemente são de lá também, filiados a AVABA e vítimas da barragem de Algodões. Que ali teve pessoas que são trabalhadores rurais que foram vítimas, como também outras pessoas que foram vítimas e não são agricultores. Aí a AVABA representa todos e nós representamos a nossa classe rural. [...] Completamos quarenta e quatro anos agora [Sindicato de Cocal foi fundado em 1972]. Aniversário foi dia 27 de maio, nós fizemos aí uma festa com mais de mil e quinhentas pessoas participando<sup>91</sup>.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cocal possui uma sede com boa estrutura, espaço amplo e um auditório; ela tem sido disponibilizada constantemente para reuniões e assembleias da AVABA. O sindicato também tem participado das discussões referentes à demanda das famílias atingidas, inclusive acompanhado algumas manifestações.

[...] nós temos acompanhado ativamente, inclusive fazendo a parte da gente de mobilização. Indo as caravanas todo mundo junto, inclusive estamos indo também, agora na terça-feira [sessão solene na Assembleia Legislativa], sempre as manifestações que têm tido, em Teresina, nós temos ido como instituição. Dar o apoio, representar as vítimas. [...] ali, as vítimas da barragem de algodões, não pedem favor, eles pedem apenas para ser ressarcido de parte daquilo que eles perderam. [...] é um direito deles, [...] do que eles adquiriram, do que eles lutaram. Ali foi-se embora sonho, foi-se embora trabalho, lutas. Na verdade, ali era a vida deles. Quando eu digo que Cocal perdeu com a barragem de algodões, [...] não foi só as vítimas que perderam, aliás, foi toda a cidade, todo o campo<sup>92</sup>.

Pode-se observar, na fala de Raimundo Nonato, a importância do trabalho conjunto e a força de aliados no processo de mobilização. Trata-se do reconhecimento de direitos, pois o rompimento da barragem trouxe consequências para toda a cidade de Cocal, sobretudo o campo. Trata-se, de fato, de uma ampliação da articulação política através de redes de solidariedade, parceiros em vários níveis, que têm compartilhado experiências a partir de demandas comuns.

<sup>91</sup> Informação fornecida por Raimundo Nonato, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cocal, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>92</sup> Informação fornecida por Raimundo Nonato, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cocal, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

#### 4.4 Narrativas e experiências na dinâmica de ação política

A ampliação da organização política da AVABA e a articulação em redes possibilitaram, além das trocas de experiências, a partir da discussão de situações semelhantes, o envolvimento de seus associados na organização de mobilizações e manifestações, na busca pelo reconhecimento de direitos. A ação política configura agora um forte elemento do grupo, após o rompimento da barragem. Nesse sentido, são várias as experiências dos atingidos.

Além de outras mobilizações fora do estado do Piauí, as famílias têm participado de diversas manifestações na capital, Teresina.

[...] a gente tem acompanhado. Acompanha tudo. A gente vai para Teresina, até São Paulo [...]. Eu e minha esposa. Olha, porque a gente é o seguinte [...]. Uma andorinha só não faz verão, como diz a história. Aí a gente sempre vai. Eu não fui pra São Paulo não, mas já teve movimento até em São Paulo e meus filhos foram tudim. Foi o Geovane, o Wilson. Foi os três homem. Para Teresina nós vamos todas as vezes, até que eu estava ficando assim [...] que eu me operei agora em janeiro, minha mulher também, teve problema na pressão<sup>93</sup>.

Eu também já fui [...]. Achei bom, apesar dos sofrimentos que passamos lá. Tem caminhada, têm uns que falam. Mas geralmente quem fala mais é o advogado da associação [Antônio Carlos Galli] e o presidente, sabe? Mas têm algumas pessoas que falam. Tem audiência, cartazes [...]. Tem vez que têm blusas [...]. Tem um monte de blusa, aí, que as pessoas receberam aí. Todo mundo fardado<sup>94</sup>.

Dona Maria, do povoado Recanto, narra uma experiência em ato da AVABA, destacando as interdições em relação às vestimentas em ambientes oficiais – os atingidos são obrigados a se adequar a eles, como numa ocasião no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em Teresina.

Aí a Fátima, minha irmã, de *short*, e a Dona Francisca chorava feita uma pagã, para entrar, mas ela estava de *short*, ela não entrou. Eu estava com a minha saia dentro da minha bolsa, aí eu disse: “Vou já vestir minha saia, pra mim entrar”. Aí a Fátima me disse: “Me dá a tua saia para mim vestir”. Aí eu disse: “Dou nada, vou já vestir ela”. Mas aí eu fui, peguei e dei a saia para ela, foi quando ela entrou. Se eu não tivesse trazido? Ela não tinha entrado, não é? Dona Francisca chorou tanto nesse dia, coitada, depois arrumaram uns pedacinhos de papéis, botaram lá no chão e a bichinha foi se deitar lá. E o Erisvaldo disse assim: “Tia Chiquinha, você está melhor?” Ela disse: “Eu tô, meu filho”, aí abriu o choro. Aí ele: “Pois não chore não, bote aqui sua cabeça aqui nesse papelão”. [...] a primeira vez que eles vieram, eu dormi [...] na hora nem de pegar a merenda, eles não entraram. Aí diz que disseram assim: “Rapaz, tava bom de tu me dá a tua calça pra mim vestir”. “Tu é besta, rapaz! Eu vou tirar minha roupa e ficar nu? Por que tu não veio vestido, cabra sem

<sup>93</sup> Informação fornecida por Seu Tarcio, do povoado Cruzinha, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>94</sup> Informação fornecida por Lucas, do povoado Recanto, hoje no assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

vergonha” [risos]. Vale a pena a gente achar graça. Nesses lugares assim, tem que andar bem vestido, não é? A gente não pode entrar de bermuda [...] tem que ir bem vestido, não é? Às vezes precisa<sup>95</sup>.

As manifestações, mobilizações, assembleias e encontros articulados pela AVABA agora fazem parte da vida dos atingidos. Experiências individuais, singulares, do encontro desses atores sociais com este plano de ação diferenciada do seu cotidiano. Nessa direção, cabe destacar o esforço despendido por alguns, principalmente os idosos e os que possuem outras limitações.

Meu filho, eu só fui uma vez, e eu não achei bom não. Porque logo o mais importante é a vista da gente. Para a gente andar sem enxergar, e eu entrei para lá no tribunal com uma faixa desse jeito aqui [indicando os braços abertos]. Fiquei lá umas três horas, desse jeito aqui. Eu sou doente de coluna. Menino, pelo amor de Deus, quando eu saí de lá duas horas, duas e meia, quando deu três horas, eu já estava todo dormente. Aí foram dá lá o de comer, no meio de um pessoal, um rebuliço, uma quentura. Eu disse: “Francisco, me tira daqui pelo amor de Deus, que eu não como não, me tira”. Aí ele disse: “Eu não quero também não”. Aí nós saímos, e uma mulher me deu um saquinho de bolo, e eu mandei comprar uma Coca-Cola, e nós bebemos<sup>96</sup>.

A participação dos associados na luta política muitas vezes possibilita situações que se contrapõem a valores historicamente construídos entre os locais. São momentos em que vivenciam contradições subjetivas em relação ao comportamento tido como aceitável. Da mesma forma, evidencia-se o reconhecimento de direitos e da ampla cidadania.

Quem quer uma coisa que corre atrás, não é? Aí essa noite eu com meu menino falando, aí meu menino disse assim: “Mãe, tá bom de vocês não ir mesmo, o governo já está com muita raiva de vocês” [...] Aí eu disse: “Por quê? Que eu nunca nem briguei com ele”. Aí ele disse: “Ora, porque vocês recebem essa pensãozinha velha e agora vocês ainda vão atrás dele, quando vocês chegarem lá ele vai se zangar, vai ficar com raiva” [risos]. Só eu achando graça, governador zangado com nós [risos]. Ele disse assim: “É muita besteira sair de casa para ir fazer zoada na terra alheia” [...]. Se não fizer muita zoada não é mesmo<sup>97</sup>.

Isso aí a gente já fez demais, [...] às vezes eu não gosto não, porque a gente já foi vaiado e tal. A gente vai até pra porta de fórum. Quando foi uma vez, a gente foi para porta do fórum [...] outro dia o presidente me chama, chama outras pessoas. Já teve um movimento lá no fórum, eu fui. Até a juíza me deu, me deu um chamado, né?, porque toda aquela manifestação e chegou ao ponto dela perguntar e brigar com quem tinha gritado na porta do fórum. E eu mesmo disse que um dos que tinham gritado mais alto era eu. Eu disse pra ela. Porque eu não tinha medo dela me prender, que eu não tava devendo nada a ela. Mas aí ela perguntou pra que era que eu tinha gritado? Eu gritei é porque a gente tá correndo atrás do direito da gente,

<sup>95</sup> Informação fornecida por D. Marta, do povoado Recanto, hoje no assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>96</sup> Informação fornecida por Seu Carlos, do povoado Recanto, hoje no assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>97</sup> Informação fornecida por D. Marta, do povoado Recanto, hoje no assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016,

atrás de Justiça [...] Ela ficou brabinha nesse dia lá<sup>98</sup>.

De fato, a associação tem funcionado como um mecanismo de ação política das vítimas na busca por justiça. As experiências vivenciadas no âmbito da associação muitas vezes implicam uma ação diferenciada em relação ao cotidiano ao qual estavam acostumados. Por outro lado, através da experiência coletiva, na luta política, veem-se como grupo específico, sujeitos de direitos. Como tal, cobram do estado do Piauí indenização pelas perdas e melhoria para suas vidas.

Nesta busca do reconhecimento de direitos, pode-se observar a construção de uma coletividade organizada a partir de interesses comuns dos atingidos. Em torno da AVABA, a participação dos atingidos assume um sentido político, engajado e mais amplo na busca por justiça. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (2006), trata-se da busca pela “moral do reconhecimento”. Identidades reconhecidas num sentido político de direitos, sustentados também por argumentos de ordem moral (OLIVEIRA, 2006), nos quais se consideram especificidades locais.

No plano nacional, a identidade de atingidos, ou afetados, é acionada a partir de lutas diversas por grupos que sofreram deslocamentos a partir de grandes projetos, como barragens, e desastres socioambientais. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), por exemplo, configura importante representação nacional, de forte articulação política.

Contudo, pude observar que a AVABA não tem estabelecido relações com o MAB, talvez pela dinâmica desse movimento nacional, ao privilegiar os “atingidos” por hidrelétricas, sobretudo no que envolve a construção desses empreendimentos. Nessa direção, a AVABA tem se articulado com entidades voltadas a demandas relacionadas a desastres socioambientais, como o Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais (MONADES).

Como dito anteriormente, a AVABA contribuiu efetivamente no processo de construção desse movimento de intuito nacional. De acordo com Soares (2016), o MONADES apresenta-se como um movimento de relevante contribuição, principalmente na elaboração de propostas de prevenção e reparação dos danos causados por desastres socioambientais, além do detalhamento dos direitos das populações atingidas.

Entretanto, segundo essa mesma autora, o MONADES caracteriza-se por ser um movimento ainda muito atrelado aos espaços institucionais, em detrimento do MAB, que

---

<sup>98</sup> Informação fornecida por Seu Tarcio, do povoado Cruzinha, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

apresenta uma proposta crítica de atuação nacional e de forte combatividade ao sistema capitalista vigente (SOARES, 2016).

Nos últimos anos, houve um enfraquecimento da relação da AVABA com o MONADES devido ao posicionamento autônomo e independente de Seu Corcino, em relação às questões que envolvem a política nacional, direcionada pelo movimento, sobretudo devido à aproximação, nos últimos anos, do MONADES com a estrutura institucional do Estado, ainda no governo de Dilma Rousseff. “Eles queriam o MONADES como um negócio assim de louvação, só falar bem do governo, [...] entendeu?” afirma o presidente da AVABA. Dessa forma, percebe-se, hoje, certo distanciamento da associação com relação à pauta nacional.

Assim, atualmente, a AVABA tem concentrado seus esforços em uma pauta mais localizada, com interesses bem definidos, principalmente no que se refere à busca de um acordo com o governo do estado do Piauí para o recebimento das indenizações e às questões que envolvem a construção de uma nova barragem.

Nesse contexto, a AVABA acaba diminuindo seu campo de atuação, como afirma Soares (2016). Entretanto, seria um erro limitar a ação da AVABA a uma pauta estritamente jurídica na busca por indenizações, porquanto, observando toda a dinâmica do processo de construção dessa entidade, desde o seu surgimento, experiências diversas mostram justamente o contrário, sobretudo no que se refere ao reconhecimento político das vítimas. Trata-se, portanto, de uma dinâmica que ultrapassa a mera questão indenizatória relacionada às perdas materiais.

#### **4.5 De Cocal a Teresina: mobilização política e visibilidade em sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí**

Neste tópico, relato minha experiência junto às “vítimas de algodões”, quando as acompanhei em viagem de Cocal a Teresina em momento de mobilização política da AVABA. Trata-se de uma sessão solene, realizada em 31 de maio de 2016, na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (ALEPI) em prol das famílias afetadas pelo rompimento da barragem Algodões. Tal sessão tem sido realizada todos os anos por iniciativa do deputado estadual Marden Menezes, do PSDB do Piauí, em articulação com a AVABA, no intuito de chamar atenção da opinião pública para a causa dos atingidos, além de pressionar o governo do estado pelas indenizações.

Eu já estava realizando pesquisa de campo havia alguns dias, em minha terceira visita a campo, quando fui informado por pessoas da região de mais uma viagem a Teresina

organizada pela AVABA. Em acordo com a direção da associação, pude acompanhar os atingidos para a ocasião, participando de todo o deslocamento do grupo, de Cocal até Teresina.

Como dito, os atingidos pelo rompimento da barragem participariam de uma sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em memória aos sete anos da “tragédia de Algodões”, como ficou popularmente conhecido o rompimento da barragem em Cocal pela imprensa piauiense.

A saída foi marcada para as quatro horas da manhã, numa pracinha em frente à Câmara Municipal de Cocal. Contudo, antes das quatro horas, caminhonetes transportavam grupos de pessoas entre os assentamentos e os povoados, até o ponto de partida, previamente estabelecido. As pessoas foram organizadas em dois ônibus, além de outro vindo da cidade de Buriti dos Lopes. De Cocal, todos partiram juntos para Teresina.

Minha esposa também me acompanhou nessa viagem. O embarque foi bem tranquilo, e a saída ocorreu dentro do previsto. Foram, aproximadamente, cento e cinquenta pessoas, organizadas em três ônibus. Durante a viagem, fiquei ao lado de D. Marta, da Localidade Recanto, e que hoje reside no assentamento Jacaré. Ela relata o esforço despendido para participar das mobilizações, tendo que deixar muitos de seus afazeres diários. Seu Tarcio, que reconstruiu recentemente sua casa no Povoado Cruzinha, também destaca essas dificuldades: “[...] a gente passa o dia fora e não tem como cuidar direito dos animais”, afirma ele.

Essas pessoas possuem um modo de vida rural; em tais ocasiões, precisam angariar esforço extra para se deslocar e participar dos momentos de mobilização, tendo em vista que, em tais situações, seus plantios e criações ficam sem os devidos cuidados, principalmente no que se refere à alimentação dos animais durante o dia em que estiverem ausentes por conta da participação política.

Durante o percurso, enquanto alguns dormem, outros conversam aproveitando a viagem como mais um momento de reencontro entre conhecidos. Questões do dia a dia nos assentamentos e povoados, a construção da nova barragem e as indenizações para as vítimas norteiam as conversas entre os associados. Algumas paradas são feitas durante a viagem para lanche e descanso dos motoristas. Nestes momentos, os associados passam também a interagir com os passageiros vindos nos outros ônibus. Uns com comportamento mais sério, outros em meio a risos e gargalhadas contam causos e histórias em que narram momentos e situações inusitadas pelas quais passaram ou presenciaram em manifestações da AVABA.

Chegamos a Teresina às 9h20min, uma viagem bem cansativa, que durou aproximadamente 5 horas e 30 minutos de estrada (Fotografia 27). Os associados, ao chegarem à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, seguiam cuidadosamente as orientações de Seu Corcino e de outros dirigentes – organizavam as faixas de protesto e mantinham uma postura pacífica. De forma bem organizada, dirigiram-se até a entrada principal para o Plenário da Assembleia, onde policiais faziam a revista de bolsas, materiais, além da verificação das vestimentas das pessoas dentro das regras estabelecidas pela Casa Parlamentar (Fotografia 28).

Fotografia 27 – Movimentação dos associados na chegada a Teresina, em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí



Fonte: Captada pelo autor.

Fotografia 28 – Atingidos, na entrada para o plenário da Assembleia Legislativa do Estado, enquanto são vistoriados por policiais



Fonte: Captada pelo autor.

Tais interdições quanto às vestimentas são geralmente comuns em estabelecimentos oficiais do Estado, entretanto impregnadas de um conservadorismo baseado em privilégios construídos historicamente por determinados grupos político-econômicos. Logo, a quem pertence a casa parlamentar? Em tese, ao povo? Eu não via pessoas mais legítimas a ocuparem aquele espaço do que aquelas que eu acompanhava, atingidas pelo rompimento da barragem Algodões.

Depois de todos entrarem no plenário da Assembleia, posicionaram-se nos assentos disponíveis de forma bem organizada. Pessoas uniformizadas e a disposição de faixas de protesto com o pedido de justiça eram colocadas em destaque (Fotografia 29). Dessa forma, de maneira tímida, em total silêncio, os atingidos aguardavam o início da sessão especial. Esta ainda demorou aproximadamente uma hora para começar. Durante a espera, eu observava atentamente o movimento e a dinâmica daquele espaço, o olhar das pessoas naquele ambiente oficial, fechadas entre as paredes da ALEPI. Trata-se da inserção dos atingidos dentro da arena político-institucional, na qual também precisam se situar, após o rompimento da barragem Algodões e a consequente implicação em seus modos de vida.

Fotografia 29 – Vítimas, com faixa de protesto em destaque no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí<sup>99</sup>



Fonte: Vítimas... (2016).

Os funcionários da Casa Parlamentar do estado do Piauí movimentavam-se por aquela estrutura pública oficial na familiaridade de suas atividades cotidianas. Em contraste, as “vítimas de Algodões” permaneciam em total silêncio aguardando o início da solenidade

<sup>99</sup> Na ocasião, as vítimas participavam de sessão solene em memória do rompimento da barragem Algodões, sete anos após o rompimento do reservatório.

(Fotografia 30). Mesmo não sendo a primeira experiência de alguns associados dentro desse espaço público, a impressão era de estranhamento e receio no comportamento tímido, além de um olhar triste, uma marca não muito difícil de identificar nestas pessoas.

Fotografia 30 – Atingidos, dispostos na arquibancada superior do plenário da Assembleia Legislativa do Estado, enquanto aguardam o início da sessão



Fonte: Captada pelo autor.

Muitos associados não puderam estar presentes no dia; entretanto, o número que foi a Teresina pôde lotar os assentos do plenário. Já se passaram sete anos desde o rompimento da barragem, a luta política tem sido uma constante para estas pessoas, na busca pela reconstrução de suas vidas. Alguns, inclusive, já demonstram certo cansaço e desânimo com a procrastinação do governo do estado do Piauí, em relação ao pagamento das indenizações e à construção da nova barragem.

A sessão solene só iniciou de fato às 11 horas da manhã, depois de uma hora de espera. Eu me sentei com minha esposa junto aos atingidos, ao lado de D. Rosa, do Povoado Algodões, e que vive hoje no Assentamento Jacaré. O presidente da Casa, o deputado Themístocles Filho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), iniciou a sessão convidando para compor a mesa de honra, dentre outros, Seu Corcino, presidente da AVABA; Adonias Moura, secretário-executivo da Cáritas Brasileira (Piauí); e Elvis Veras, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cocal. Em seguida, foi executado o hino do Piauí, momento em que todos ficaram de pé em sinal de respeito (Fotografia 31).

Fotografia 31 – Momento da execução do hino do estado do Piauí<sup>100</sup>



Fonte: Momento... (2016).

Logo após, o deputado estadual Marden Menezes, do PSDB, requerente da sessão, subiu à tribuna do plenário para proferir seu discurso. Na ocasião, o deputado enfatizou a luta política dos atingidos ao longo de sete anos, a dor pelas perdas, além das indenizações para as famílias.

Eles perderam suas casas e tudo o que construíram em suas vidas [...] viviam da agricultura, e aquela região era considerada um vale fértil. [...] devido ao rompimento da barragem foi como se tivesse caído uma bomba naquele lugar, fazendo [...], inclusive, com que alguns perdessem as suas vidas. [...] o nosso objetivo não é de afastar o governador, mas de buscar um entendimento para que as vítimas sejam indenizadas. Sabemos que o Estado obteve mais de R\$ 1 bilhão de empréstimo aprovado por esta Assembleia Legislativa e o pagamento das indenizações das vítimas do rompimento da barragem de Algodões deveria ser prioridade<sup>101</sup>.

Em seu discurso, o deputado destaca a negligência do governo do estado do Piauí na época e a possibilidade de afastamento do atual governador, Wellington Dias, do PT. O governador é acusado de homicídio culposo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), desde maio de 2016. Trata-se de uma ação penal que o responsabiliza pelas mortes ocasionadas pelo rompimento da barragem Algodões<sup>102</sup>. Segundo Marden, em prosseguimento ao seu discurso, a decisão do STJ criava as condições jurídicas para o afastamento do atual governador.

<sup>100</sup> A execução do hino marca o início da sessão solene.

<sup>101</sup> Discurso proferido pelo deputado estadual Marden Menezes, em sessão na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em 31 de maio de 2016.

<sup>102</sup> Expõem-se, no tópico a seguir, mais informações sobre a ação penal que o governador Wellington Dias responde na Justiça.

Marden Menezes tem sido um importante aliado da AVABA. Como deputado de oposição ao governo, ele tem colocado, de forma ativa, a causa dos atingidos no centro do debate político da oposição. Entretanto, como o governo atual tem amplo apoio e maioria dos deputados, a causa das famílias afetadas tem encontrado dificuldades de negociação. De fato, a maioria dos deputados tem demonstrado pouco interesse com a questão. No dia da sessão solene, apenas cinco deputados a prestigiaram e permaneceram no plenário; os demais se dispersaram pela ALEPI. Themístocles Filho, presidente da Assembleia Legislativa, por exemplo, apenas iniciou a sessão, depois se retirou, passando a presidência para o deputado estadual Marden Menezes.

Depois do discurso de Marden, foi a vez de o secretário-executivo da Cáritas Brasileira (Piauí), Adonias Moura, assumir a tribuna. Adonias destacou a união entre os atingidos ao longo dos últimos sete anos. “Sete anos se passaram e nenhuma providência foi tomada para indenização das vítimas, as famílias já estão cansadas, abatidas [...] mas estamos fortalecidos e vamos continuar lutando para que a justiça seja feita.” Como dito anteriormente, a Cáritas Brasileira tem sido importante aliada das famílias atingidas em Cocal. Segundo informações de campo, a Cáritas desempenha papel fundamental, principalmente no compartilhamento de informações privilegiadas e estratégias na organização de protestos. Questões de logística, assessoria e apoio em momentos de mobilização política são exemplos dessa atuação.

Por último, Seu Corcino assumiu a tribuna do plenário: “[...] são sete anos de sofrimento, peregrinação e dor [...], os primeiros a estarem presentes desde o início [...], Dom Alfredo Shaffler, a Cáritas Brasileira [...], o Marden, que acreditou na luta das vítimas”. O presidente da AVABA elencou, então, pessoas que tiveram ação de destaque no apoio às vítimas, frente ao descaso por parte do Estado, segundo ele.

Apesar do cansaço, após sete anos de luta, e de vários acordos não cumpridos pelo governo do estado do Piauí, a fala de Seu Corcino indica um sentimento de perseverança para a solução dos impasses referentes ao recebimento das indenizações, porquanto a diretoria da AVABA havia se reunido recentemente com representantes do governo do estado, na busca de mais um acordo.

Foi feito de tudo para resolver, as vítimas já abriram mão de 2/3 do que perderam, a fim de que recebam 1/3 em vida. Isso significa que deve ser feito o pagamento à vista de 1/3 do que cada um perdeu. O governo já determinou a aceitação, em princípio, desse 1/3, faltam apenas alguns detalhes<sup>103</sup>.

---

<sup>103</sup> Discurso proferido por Corcino Medeiros dos Santos, presidente da AVABA, em sessão na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em 31 de maio de 2016.

Enquanto os discursos eram proferidos, podíamos perceber a atenção e o envolvimento dos atingidos. Era visível o sentimento de emoção no rememorar de suas vidas, em meio às adversidades que lhes foram impostas. A dinâmica dos discursos trazia à tona as dificuldades vivenciadas. D. Rosa, que estava ao meu lado, emocionava-se em vários momentos. A Tragédia de Algodões é uma ferida que insiste em não cicatrizar para estas pessoas.

Naquela ocasião, todos compartilhavam um mesmo sentimento e um mesmo propósito, pois ali as vítimas se veem como sujeitos de direito na luta pelas indenizações e pela melhoria de suas vidas. Eu mesmo confesso que me sensibilizei ao participar dessa experiência. Ao mesmo tempo que pareciam frágeis e presos àquele espaço institucional, via uma força de resistência, um ânimo coletivo expresso no olhar, que sustentava fortemente os discursos proferidos.

Depois de, aproximadamente, 50 minutos, a sessão solene foi encerrada às 11h45min. A imprensa local aproveitou para realizar entrevistas com os atingidos, sobretudo com o presidente da associação e com as pessoas que perderam familiares no desastre (Fotografia 32).

Fotografia 32 – Atingido, concedendo entrevista para uma emissora de TV de Teresina



Fonte: Captada pelo autor.

Em seguida, os associados se dirigiram até o salão nobre da Assembleia, onde foi servido um pequeno lanche para os participantes. Por último, o deslocamento até a sede da Obra Kolping, em Teresina (Fotografia 33), onde puderam almoçar e descansar um pouco para a viagem de retorno. Localizada no bairro Dirceu, em Teresina, a sede da Obra Kolping

possui um excelente espaço, além de um restaurante climatizado utilizado constantemente pelos atingidos em dias de atos e manifestações da AVABA (Fotografia 34).

Fotografia 33 – Chegada dos atingidos à sede da Obra Kolping do Piauí, em Teresina, para almoço



Fonte: Captada pelo autor.

Fotografia 34 – Momento de almoço na sede da Obra Kolping, em Teresina, após participação em sessão solene na Assembleia Legislativa do Piauí



Fonte: Captada pelo autor.

A Cáritas Brasileira tem sido a principal parceira na organização da logística de alimentação em tais ocasiões, subsidiando os gastos e negociando com a Obra Kolping a utilização do espaço para a associação.

Assim, logo depois do almoço, pegamos a estrada, retornando a Cocal. Chegamos à noite, por volta das 19h. Uma viagem bastante cansativa, que nos deixou exaustos. Trata-se,

portanto, da experiência de mais um momento de ação política dos atingidos na busca por direitos e justiça. Momento de mobilização e visibilidade carregado de significados. No outro dia, as famílias atingidas retornariam ao trabalho em suas atividades cotidianas, hoje distribuídas entre assentamentos e povoados.

#### **4.6 A teia de relações estabelecidas na configuração do conflito**

A AVABA tem estabelecido relações com diferentes grupos e entidades ao longo de sua trajetória como instituição representativa. Trata-se de relações estabelecidas de acordo com interesses e objetivos da associação, no sentido pragmático da ação política.

Em que pese a articulação mais abrangente dos atingidos dentro de uma discussão coletiva, na qual emergem novas identidades políticas, o centro da discussão da AVABA se dá, desde o início, em torno do conflito jurídico frente ao estado do Piauí na busca por indenizações e das questões relativas à construção de uma nova barragem na região.

Dentro dessa dinâmica, faço uma breve consideração sobre os agentes envolvidos nesse processo – uma questão fundamental para o entendimento de situações que muitas vezes sugerem contradições e incoerências. O governo do estado do Piauí, de um lado, e a AVABA, do outro, constituem as duas principais partes envolvidas.

O governo do Piauí, na gestão de Wellington Dias, do PT, configura questão central para o entendimento desse conflito, porquanto o rompimento da barragem ocorreu durante sua administração, em 2009. Além disso, é o atual governador do estado desde 2015. Em 2014, quando exercia o cargo de senador, tornou-se réu por homicídio culposo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), conforme noticiado nos portais de notícias Estadão (ÁLVARES; BRITO, 2014a) e Exame (ÁLVARES; BRITO, 2014b).

Segundo estes portais de notícias, a ação foi iniciada ainda em 2010 pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), que instaurou ação penal após denúncia do Ministério Público do Estado do Piauí. Este responsabiliza pelas dez mortes oficialmente registradas em Cocal, ocasionadas pelo rompimento da barragem Algodões, o governador da época, Wellington Dias, a ex-presidente da Empresa de Gestão de Recursos do Piauí (EMGERPI), Lucile de Souza Moura, e o engenheiro Luiz Hernani de Carvalho, responsável por avaliar a barragem, em 2009, após o surgimento de uma rachadura na parede da estrutura. Em maio de 2016, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a pedido do Ministério Público Federal (MPF), deu prosseguimento ao processo movido contra o governador, como noticiou amplamente a imprensa do estado do Piauí (ALGODÕES..., 2016).

Em maio de 2014, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí já haviam determinado uma indenização no valor de mais de R\$ 100 milhões para as vítimas. Contudo, constantemente o Estado tem recorrido das decisões judiciais, pois o governo tem alegado dificuldades financeiras. Dentro desse contexto, a AVABA tem pressionado, nos últimos anos, o governo do estado do Piauí para um acordo entre as vítimas, sobretudo uma pressão política através de manifestações e protestos que evidenciam a condição de réu do governador.

Nessa direção, deputados da Assembleia Legislativa, de oposição ao governo, têm sido importantes aliados da AVABA, principalmente o deputado estadual Marden Menezes, do PSDB do Piauí, um importante mediador entre a associação e os espaços públicos oficiais do estado.

No nível local, a prefeitura do município de Cocal estabeleceu alianças políticas nos últimos anos que mais se aproximam dos interesses do governo estadual do que das demandas da AVABA. Um exemplo claro dessa postura refere-se à relação de oposição entre PT e PSDB no estado do Piauí; aliança inversa no âmbito municipal, em que o atual prefeito de Cocal, do PSDB, apoiaria o governo do estado, administrado pelo PT.

Toda essa teia de relações políticas estabelecidas tem sido fonte de alguns conflitos. Nos últimos anos, por exemplo, podemos citar as tensões entre a prefeitura e Seu Corcino em relação ao espaço cedido à associação, na Rádio Comunitária Tropical FM, principal rádio comunitária da cidade. A referida rádio é um dos principais meios de comunicação da direção da AVABA com as vítimas nos povoados e assentamentos. Um canal direto entre a associação e seus associados, sempre atentos a qualquer pronunciamento da direção sobre a realização de assembleias, manifestações e outros assuntos de interesse dos atingidos. Entretanto, Seu Corcino afirma que, nos últimos anos, a rádio estaria sofrendo interferências políticas locais, o que estaria dificultando o acesso à emissora por parte dos dirigentes da AVABA.

Outro fator interessante que se observa na teia de relações estabelecidas entre a AVABA e outras instituições refere-se à parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cocal. Este tem uma relação muito próxima ao governo do estado, administrado pelo PT. Porém, tem sido uma instituição parceira da AVABA, sobretudo na mobilização conjunta e na cessão do auditório do Sindicato para a realização das assembleias dos atingidos.

De fato, são relações complexas, que nos levam a pensar em contradições e incoerências dentro das relações construídas nesse processo. No entanto, podemos inferir que a AVABA tem caminhado por diversos espaços, organizando-se dentro do contexto e das

possibilidades de ação que lhe são colocadas – estratégias de associação ou cooperação organizadas a partir dos seus interesses. Assim, da mesma forma que agentes políticos podem se utilizar da causa dos atingidos dentro de uma pauta específica, como, por exemplo, a política conflitante entre governo e oposição no âmbito estadual, na qual o deputado de oposição ao governo do estado do Piauí, Marden Menezes, constitui-se como um importante aliado dos atingidos, estes também se articulam com interesses bem definidos, inclusive avaliando aliados de acordo com os interesses e os objetivos da associação.

No processo de organização política, podemos perceber também algumas tensões no interior da própria AVABA, no sentido de uma diversidade de interesses em jogo, individuais e coletivos, tendo como exemplo dessas tensões internas as divergências entre associados em relação à construção da Nova Algodões, principalmente no início da organização política, quando a associação propôs um abaixo-assinado em favor da construção da nova barragem. No início, alguns se mostravam receosos quanto às questões de segurança e à implicação de novos riscos com a construção de uma nova barragem; contudo, hoje, estão bem coesos, com pouquíssimos sendo contrários ao empreendimento.

Outro fator latente e apreensível de tensões internas refere-se à questão das indenizações no processo de negociação com o governo. Dentro de uma estratégia jurídica da AVABA, na qual especifica e define individualmente as perdas entre os atingidos, através de processos individuais<sup>104</sup>, alguns discordam dos valores que tiveram de ser reduzidos, mediante os acordos entre governo e associação, implicando, assim, pequenas tensões<sup>105</sup>.

Por fim, podemos observar o protagonismo de Seu Corcino no centro das decisões da associação, o que implica também tensionamentos. Sua figura confunde-se, às vezes, com a própria AVABA. Entretanto, de modo geral, a associação e Seu Corcino têm sido reconhecidos de maneira positiva pelos associados, o que os têm mantido coesos na organização política por meio da entidade.

---

<sup>104</sup> O Ministério Público do Estado do Piauí já havia ajuizado em 2009 uma ação coletiva na Justiça, na qual culpava o estado do Piauí e solicitava indenizações para as famílias atingidas no valor de aproximadamente R\$ 250 milhões. Contudo, segundo a AVABA, o processo iniciado pelo Ministério Público apresentava algumas incongruências que dificultavam o andamento da ação. Assim, através de assessoria jurídica própria, a AVABA resolveu entrar com um segundo processo judicial, a partir de ações individuais de cada atingido. “Esse é o que tá andando”, afirma um dirigente da AVABA.

<sup>105</sup> Os valores das indenizações foram reduzidos a 1/3 do valor inicialmente estabelecido, no intuito de se chegar a um acordo para o recebimento das indenizações.

#### 4.7 A construção da Nova Algodões e o embate frente ao Estado

A Articulação política da população atingida pelo rompimento da barragem Algodões através da AVABA é resultado do movimento constante de defesa e valorização de seus modos de vida. Trata-se da defesa de seus territórios historicamente construídos em face de um forte golpe, no que se refere ao colapso da barragem em 2009 e a todas as implicações decorrentes desse fato.

Desde 2009, o tema relativo à construção de uma nova barragem tem sido uma pauta entre os locais, juntamente com o tema das indenizações. Como já referido, a própria associação já havia organizado em 2010 um abaixo-assinado pedindo a construção de uma nova barragem na região, mesmo com alguns posicionamentos contrários entre os atingidos.

Hoje, pode-se dizer, de fato, que as demandas da Associação das vítimas de algodões estão centradas na luta pelas indenizações por parte do estado do Piauí, como forma de compensação pelas perdas materiais e imateriais, bem como na participação efetiva dos atingidos no processo de construção de uma nova barragem na região, com a exigência da garantia de todas as condições de segurança para a população.

Em 2011, como parte integrante de um conjunto de projetos de desenvolvimento previstos para o estado do Piauí, no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), previa-se a construção de uma nova barragem na área atingida em Cocal. Trata-se do projeto Nova Algodões. No início de 2012, a obra havia sido licitada em 105 milhões de reais e autorizada pelo Ministério da Integração Nacional, segundo informações de José Carvalho, coordenador do DNOCS (Piauí), ao jornal *O Dia* (CARDOSO, 2012).

Sob a responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento do Piauí (IDEPI), a obra estava prevista para iniciar em 2013. Seria então executada pelas construtoras Hidros e Jurema, que formam o Consórcio Pirangi, vencedor do processo de licitação, de acordo com Edital n.º 001/2012 do IDEPI. Entretanto, desde a abertura de licitação, a AVABA tem se articulado e pressionado o estado do Piauí para que este atenda as demandas e exigências das vítimas, dentre as quais os esclarecimentos das condições de segurança da nova barragem; a reestruturação do canal do rio Pirangi; além da celeridade nas negociações para o pagamento das indenizações.

Nessa direção, a AVABA protocolou, em agosto de 2012, uma medida cautelar com pedido de liminar na comarca de Cocal, na qual visava à suspensão do início das obras até que fosse realizado o pagamento das indenizações das vítimas e a recuperação ambiental

da área atingida pelo rompimento em 2009. Assim, acrescentava a AVABA na ação judicial, sobretudo em relação ao licenciamento ambiental,

O descaso com o meio ambiente é sentido com a clareza da luz a ponto do IDEPI, licitante da engenhosa obra, divulgar sem qualquer receio que o início da construção da Barragem ocorrerá a qualquer momento, sem se preocupar com o impacto ambiental. O edital é omissivo, diria: desrespeitoso ao meio ambiente sadio. Não foi realizado o imprescindível Estudo de Impacto Ambiental e nem tampouco há Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) que, por ser a obra de grande potencial de degradação, deverá ser posto à disposição do público ante o envolvimento de diversos seguimentos da população interessada ou afetada necessitando, **inclusive, de audiência pública da comunidade local**; não se admite a inclusão posterior ao edital porque o contrato é vinculado integralmente ao certame licitatório, daí forçoso reconhecer que está tudo errado; não há condicionante ao EIA/RIMA (ele EIA/RIMA não existe), afinal, mera licença liberatória de órgãos ambientais não pode sobrepor à vontade da comunidade local e à boa qualidade de vida presente e futura, não há confiabilidade no empreendimento, porque nada foi feito para minimizar o impacto que deu causa em maio de 2009, por isso repita-se: iniciar a construção da barragem Nova Algodões sem compensar o prejuízo sofrido é estar em descompasso ao bom direito e tornar letra morta os consagrados princípios constitucionais, em especial: da legalidade, moralidade e da probidade administrativa. (VÍTIMAS..., 2012, p. 4, grifo nosso).

Na ação judicial, a AVABA reclama da abertura de licitação para o início das obras sem ter havido a devida discussão com os atingidos, além da falta do cumprimento de exigências obrigatórias quanto ao licenciamento ambiental. Segundo Andréa Zhouri (2012, p. 47) apesar do avanço relevante no marco regulatório ambiental brasileiro desde a década de 1980, o que se evidencia na prática é uma dinâmica, na qual o licenciamento ambiental “[...] é regido por uma lógica urbano-capitalista de apropriação da natureza e por um planejamento centralizado”, que se acirra a partir do PAC. Dessa forma, “[...] o processo de licenciamento se inicia quando os projetos já foram aprovados pelo planejamento centralizado e a obra aparece como fato inexorável e inquestionável” (ZHOURI, 2012, p. 48).

Configura-se assim uma lógica que essa mesma autora chama de “paradigma da adequação ambiental”. Trata-se, portanto, de um jogo de cartas marcadas, destinado a viabilizar a obra e a execução do projeto técnico, porquanto “[...] o planejamento é abstrato e realizado à revelia das concretas condições ecológicas e socioculturais que regem a vida nos lugares” (ZHOURI, 2012, p. 48). O projeto Nova Algodões evidencia bem essa lógica em franca colisão com os interesses dos atingidos.

Segundo a associação, as decisões e os direcionamentos sobre a nova barragem estão sendo tomados pelo estado do Piauí, sem haver o devido diálogo com os atingidos. As famílias alegam que não estão sendo informadas devidamente quanto às questões relacionadas à obra e se dizem excluídas do processo, sendo que as poucas informações que chegam se dão pelo “boca a boca”, como diz um narrador da região. Segundo Seu Corcino, o Estudo de

Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)<sup>106</sup> teriam sido realizados por uma empresa especializada somente após a exigência da associação<sup>107</sup>. Segundo Zhouri (2012), dentro do “paradigma da adequação ambiental”, os EIAs/RIMAs tornam-se verdadeiras mercadorias, logo os consultores ambientais tendem a elaborar estudos que não inviabilizem o projeto dos contratantes.

Os EIAs/RIMAs se apoiam em um discurso técnico-científico como instrumento de legitimação de poder.

A técnica como instrumento de significação e de imposição de ordem no mundo é o mecanismo pelo qual se dá a desqualificação e a deslegitimação do cidadão comum e das populações rurais e étnicas atingidas pelos projetos de infraestrutura, como as barragens. Como capital específico do campo ambiental, o conhecimento técnico se torna um elemento central de marginalização das outras formas de conceber e de expressar visões e projetos distintos para o mesmo território. As falas dos moradores atingidos são desqualificadas pelos membros de conselhos de meio ambiente como emocionais, verdadeiras “choramingas” daqueles que têm “interesses” a perder. (ZHOURI, 2012, p. 55-56).

Os agenciamentos que envolvem a construção da Nova Algodões se inserem diretamente nessa perspectiva, o que tem movimentado a região em face das incertezas e da falta de transparência. Um processo que implica tensões, conflitos e muitas expectativas. “A gente queria tá presente. [...] fazer o acompanhamento de tudo, de todo o trajeto da construção da barragem. A gente queria ter conhecimento de todos os passos que fosse acontecendo”, afirma um dirigente da AVABA.

De forma geral, pode-se afirmar que a AVABA não se opõe à construção de uma nova barragem, mas sim à forma como o governo tem direcionado o processo, sem o devido diálogo e participação das famílias atingidas, além das indenizações, que também são exigidas pelo rompimento de Algodões I.

---

<sup>106</sup> Este instrumento integra o processo de licenciamento ambiental. No EIA é apresentado o detalhamento de todos os levantamentos técnicos e no RIMA é apresentada a conclusão do estudo (IBAMA, [20--]). Essa exigência tem por base a Lei Federal n.º 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 99.274/90, tornando-se uma exigência nos Órgãos Ambientais brasileiros a partir da Resolução do CONAMA n.º 001, de 23/01/86. Além dessas diretrizes, a Lei Complementar n.º 140/2011 discorre sobre as competências estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a localização do empreendimento (IBAMA, [20--]). O EIA/RIMA deve ser elaborado por uma equipe técnica multidisciplinar que considere questões relacionadas aos meios físico, biológico e socioeconômico da área afetada pela obra (IBAMA, [20--]).

<sup>107</sup> Contratada pelo IDEPI, a empresa Oásis Construções e Consultoria Ltda. foi a responsável pelos estudos para elaboração do EIA/RIMA entre os anos de 2012 e 2013.

#### 4.7.1 Audiências públicas e participação do atingidos

Dentre os momentos oficiais de diálogo entre estado do Piauí e as vítimas de Algodões, podem-se citar aqui duas audiências públicas convocadas pelo governo através do Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí (IDEPI) e pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR). A primeira, realizada no dia 10 de maio de 2013; a segunda, no dia 11 de junho do mesmo ano.

Realizadas no Ginásio Poliesportivo de Cocal (Fotografia 35), estas audiências configuram importante momento para percepção dos conflitos e tensões passíveis de apreensão nos discursos e narrativas sobre o processo, sobretudo da relação conflituosa entre o estado do Piauí e os atingidos.

Fotografia 35 – Entrada para o Ginásio Poliesportivo Governador Mão Santa, em Cocal no Piauí<sup>108</sup>



Fonte: Entrada... (2016).

As audiências públicas são exigências obrigatórias do processo de licenciamento ambiental no âmbito da construção de grandes empreendimentos, a exemplo de barragens. Segundo Zhouri (2012), trata-se do único momento formal em que a participação da população está prevista durante o processo de licenciamento; contudo, para a autora, na prática as audiências públicas configuram apenas um jogo de cena dentro das formalidades exigidas.

---

<sup>108</sup> Dia de audiência pública referente à construção da nova barragem Algodões, em maio de 2013.

Concebidas como espaço de debates sobre a viabilidade dos empreendimentos, na prática as Audiências se configuram tão somente como uma etapa de formalização do processo de licenciamento ambiental, um jogo de cena de procedimentos democráticos e participativos. Programadas para uma etapa do licenciamento já em curso, as audiências acontecem tardiamente, quando decisões já foram tomadas e as dificuldades de acesso à documentação [...] dificultam a participação informada. (ZHOURI, 2012, p. 57-58).

Em tese, o intuito das audiências seria a transparência de todo o processo de licenciamento, para que a população atingida possa tomar conhecimento dos impactos socioambientais previstos. Na ocasião, deve-se apresentar também o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Assim, a população deve participar de toda a análise junto aos órgãos competentes, sendo a audiência pública, o momento para esclarecer dúvidas, acolher críticas e sugestões sobre a obra. Entretanto, contraditoriamente, esses momentos têm sido marcados pela falta de transparência e de conhecimento sobre as reais condições da obra pelas populações atingidas, como afirma Zhouri (2012).

As audiências públicas realizadas em Cocal também se inserem nesse contexto, principalmente no que se refere à apresentação de informações superficiais e estritamente técnicas para os atingidos. Na primeira audiência, por exemplo, o diretor de engenharia do IDEPI apresentou dados técnicos do empreendimento, além de informações gerais, sobretudo as relacionadas às ações positivas do projeto, como a geração de emprego para os atingidos durante a obra (VERAS, 2013).

Na ocasião estiveram presentes representantes das Secretarias de Estado do Piauí, do Instituto de Desenvolvimento do Piauí (IDEPI), membros da Oásis Consultoria, empresa especializada responsável pela elaboração do EIA/RIMA, dirigentes da AVABA, o prefeito de Cocal, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cocal, além de técnicos das construtoras Hidros e Jurema, que formam o Consórcio Pirangi, vencedor da licitação para construção da nova barragem em Algodões (VERAS, 2013).

Segundo informações da AVABA, mais de 1.000 pessoas participaram dessa audiência (Fotografia 36). O momento foi marcado por vários discursos e promessas dos agentes públicos, que garantiram maiores esclarecimentos e informações mais detalhadas sobre as condições de segurança da nova barragem em uma segunda audiência pública. Inclusive, a apresentação de uma maquete da Nova Algodões também foi prometida na ocasião.

Fotografia 36 – Primeira audiência pública realizada no Ginásio Poliesportivo em Cocal para discutir a construção da nova barragem Algodões<sup>109</sup>



Fonte: Primeira... (2016).

Para os dirigentes da AVABA, a primeira audiência realizada em Cocal teria funcionado mais como uma primeira sondagem do governo do estado e análise da reação das pessoas envolvidas com a obra.

Aí vieram [...], foi marcado, aí vieram. Quando eles chegaram disseram que era uma pré-audiência. Na verdade, eles queriam sentir como que a gente ia se comportar, diante do Estado, não é? Que ia estar representante [...], todos os representantes das secretarias do Estado [...]. Está entendendo? Eles queriam sentir, como a gente ia agir com eles. Na verdade eles tinham medo da nossa reação. Só que nossa intenção não é de agredir. É de pedir aquilo que a gente tem direito, não é? Quando terminou essa pré-audiência que eles foram falar que era só uma pré-audiência, e que a audiência ia ser marcada ainda, e que eles iam trazer tudo que precisasse, inclusive, uma maquete da barragem. [...] Só que, quando a gente viu que eles estavam jogando, a gente também jogou, a gente não cobrou nada e concordou com tudo<sup>110</sup>.

A fala desse narrador sugere o jogo de interesses políticos envolvidos durante a audiência pública, tendo em vista o contexto conflitante entre atingidos e o governo do estado. Em sua fala, podem-se observar estratégias de avaliação da associação nesse primeiro momento de diálogo, tendo em vista informações insuficientes e promessas dos agentes públicos. Uma adequação ao jogo político, no qual a atitude de passividade intencional dos atingidos durante a “pré-audiência” sugere novos planos de ação para uma segunda audiência pública.

Muitas questões não foram esclarecidas durante a primeira audiência pública realizada em Cocal. De fato, desde o início do processo, informações sobre o projeto Nova

<sup>109</sup> Audiência ocorrida em 10 de maio de 2013. Na ocasião, o ginásio ficou praticamente lotado.

<sup>110</sup> Informação fornecida por Teófilo, do povoado Boíba, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

Algodões têm sido veiculadas de maneira escassa e confusa, como afirmam os atingidos. O governo do estado do Piauí tem direcionado as decisões relativas à obra sem a devida participação das famílias afetadas no processo, e muitos documentos oficiais, como o próprio projeto, não estariam sendo disponibilizados para a AVABA.

Dessa forma, todas as dúvidas e esclarecimentos relacionados ao projeto ficaram de ser reexaminados numa segunda audiência pública realizada em Cocal. Esta aconteceu no dia 11 de junho de 2013 (Fotografia 37), contando com a participação de aproximadamente 1.500 pessoas, inclusive dos atingidos da cidade de Buriti dos Lopes.

Fotografia 37 – Segunda audiência pública realizada no Ginásio Poliesportivo em Cocal, referente à construção da nova barragem Algodões



Fonte: Segunda... (2016).

Segundo relatos, o governo também não cumpriu o prometido em relação às informações básicas do projeto, entretanto foi o momento em que muitos tiveram a oportunidade de falar. Conforme o presidente da AVABA, “[...] vieram técnicos do governo, técnicos da Jurema [construtora] e contratados para elaboração do projeto, [...] várias vítimas tiveram oportunidade de opinar”.

Novamente foram priorizadas questões técnicas no discurso dos agentes, além da apresentação do EIA/RIMA. Dalton Macambira, secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, enfatizou, em seu discurso, a importância da obra para o desenvolvimento da região.

A partir da apresentação do EIA/RIMA a SEMAR vai decidir se a licença será ou não concedida, o que eu acredito que vai acontecer, devido à importância que a barragem tem para o desenvolvimento da região e também pelo alto nível da equipe técnica envolvida no projeto. (PIAÚÍ, 2013, p. 3).

Leonardo Madeira, consultor ambiental da Oásis Consultoria, também justifica o empreendimento.

A obra é de caráter eminentemente de infraestrutura, e, portanto, básica e essencial para oferecer condições de vida digna à população e favorecer o desenvolvimento da região [...] o meio ambiente em análise é apto ao empreendimento, desde que as restrições e programas indicados neste estudo sejam cumpridos e executados pelo empreendedor. (PIAUI, 2013, p. 3).

Podem-se perceber, na fala desses agentes, argumentos técnicos que justificam a obra em relação aos impactos ambientais, além de informações favoráveis ao desenvolvimento da região num sentido de bem coletivo e causa maior. Entretanto, como afirma Zhouri (2012), as grandes obras justificadas por argumentos técnicos tendem a desqualificar o dissenso, ou posicionamentos contrários à obra. Nesse processo, “[...] as diversidades culturais são anuladas em função de uma visão parcelar legitimada pela cientificação e juridificação das políticas e imposta com o propósito de representação do bem comum” (ZHOURI, 2012, p. 50).

Segundo os atingidos, as poucas informações sobre o projeto foram apresentadas apenas em um pequeno vídeo explicativo sobre a tecnologia empregada no novo empreendimento. O projeto especifica que a nova barragem será construída em concreto compactado com rolo (CCR), uma tecnologia que garante maior segurança (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUI, 2011), em detrimento da antiga barragem, de engenharia ciclópica<sup>111</sup>.

Durante a pesquisa, eu também tive muitas dificuldades para obter informações oficiais sobre o projeto Nova Algodões. Após protocolar pedido junto à SEMAR, tive acesso apenas *in loco* ao processo referente ao licenciamento ambiental. As atas referentes às audiências públicas realizadas em 2013 deveriam estar arquivadas; entretanto, não foram localizadas em nenhum órgão responsável. Na juntada dos documentos, tive acesso ao projeto básico da barragem. Trata-se de um projeto estritamente técnico, sem nenhum direcionamento ou especificação que considere o aproveitamento produtivo para as famílias afetadas.

Nessa direção, Raimundo Nonato, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cocal, destaca a ausência de um projeto ou verba para viabilização da produção agrícola:

No lançamento do projeto, eu assisti [a um pequeno vídeo explicativo sobre a obra]. Inclusive lá no ginásio poliesportivo, eles falavam muito da reconstrução, da forma

---

<sup>111</sup> A barragem Algodões I foi construída a partir dessa tecnologia. Uma mistura de terra, blocos de pedras e cimento.

que ia ser reconstruída, e tudo mais. Aí houve sugestões, inclusive lá no dia, de nós do sindicato e mais da AVABA também, que colocassem nos anexos do projeto, uma verba, ou um projeto que pudesse viabilizar a questão produtiva. Tanto na questão da pecuária, da criação de animais, quanto na questão também de vegetais, da produção de hortaliças. [...] o diretor da época que estava fazendo a apresentação, [...] do órgão responsável, [...] do IDEPI, falou que ia ver a possibilidade, inclusive, de ser feito um anexo, mas até naquele dia não existia. [...] uma obra daquele tamanho, daquele porte, se não existir um projeto acoplado produtivo, vai se tornar um gigante branco, como no passado que existia. Existia muita água acumulada, e sequer a cidade se beneficiava da represa, da adutora de água, da água que vinha. Os projetos que existiam no leito do rio eram [...] de iniciativa particular, das próprias pessoas<sup>112</sup>.

Teófilo destaca dessa audiência o não cumprimento das promessas realizadas na primeira e a mudança de postura da associação em relação à atitude de passividade anterior. Dessa vez, os atingidos colocaram condições e exigências para a obra, sobretudo em relação ao pagamento das indenizações.

Na pré-audiência, a gente não cobrou nada e concordou com tudo. Quando eles vieram, não é? Quando foi realmente a audiência pública, a gente entregou o microfone para eles, e eles podiam falar. Expuseram lá o projeto deles e enfim [...]. Primeiro ponto negativo que eu achei: maquete! Nunca existia. Não trouxeram, certo? Que era pra trazer a maquete. Então, eu achei um absurdo, como é que eles vêm fazer uma pré-audiência, e já vêm logo querendo enrolar a gente? Então a gente jogou, a gente cobrou deles, a gente impôs as nossas condições para eles. [...] Que a barragem fosse construída depois que fosse pago as indenizações das vítimas da barragem, não é? Claro que ninguém está se opondo e ninguém vai se opor à construção da barragem, mas é uma condição que a gente faz, uma cobrança que a gente faz a eles [...]. E a gente pegou e começou a ver que a coisa não ia ser como eles estavam falando. Inclusive foi cobrado lá no momento, foi cobrado: “Se a maquete que era pra trazer, a maquete que ia ser feita para apresentação da barragem aqui, não foi possível essa maquete chegar, e a reconstrução da barragem”? Se uma simples maquete não foi possível chegar em Cocal, será que a construção da barragem vai chegar? Então é uma pergunta que ficou. E assim, a gente, [...] eles não esperavam que a gente ia ter essa reação, de cobrança, não é? Que a gente tinha que ser pago logo, que a gente estava cobrando o que tinha de direito, certo? E o Estado não estava ajudando, não estava colaborando com a gente [...] Eles não esperavam essa reação da gente, mas foi bom [...]. Muitas coisas foram esclarecidas<sup>113</sup>.

De fato, o Estado não cumpriu as promessas da primeira audiência pública, o que implica o acirramento das tensões existentes. A promessa de uma maquete da obra configura uma questão emblemática na fala do narrador. “Se uma simples maquete não foi possível chegar em Cocal, será que a construção da barragem vai chegar?”. Dessa forma, a reação é de cobrança e exigência para o reconhecimento de direitos, além dos questionamentos à forma que o processo tem sido direcionado pelo Estado.

As audiências públicas realizadas em Cocal evidenciam bem a dinâmica do conflito no processo que envolve a construção de uma nova barragem. A desconfiança quanto

<sup>112</sup> Informação fornecida por Raimundo Nonato, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cocal, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>113</sup> Informação fornecida por Teófilo, do povoado Boíba, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

aos direcionamentos do Estado é perfeitamente compreensível, tendo em vista a falta de informações e o descompasso do governo com os atingidos. Estes buscam indenizações ainda pelo rompimento de Algodões I.

Em resumo, as audiências ilustram disputas argumentativas entre o estado do Piauí e os atingidos, que lutam pela afirmação de seus direitos. Uma dinâmica na qual emergem significados coletivos e de protagonismo da ação política. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação da AVABA frente aos interesses do Estado, na qual as audiências públicas configuram mais um espaço de pressão política dos atingidos pelas indenizações.

Assim, em que pesem as discussões e questionamentos sobre a nova barragem, a população não se opõe ao empreendimento. A Nova Algodões, juntamente com as expectativas em relação ao recebimento das indenizações, tem alimentado o futuro das famílias atingidas, no qual visualizam a (re)construção de suas vidas.

## **5 TERRITÓRIOS DE PROJEÇÕES SIMBÓLICAS: (RE)CONSTRUÇÃO E EXPERIÊNCIAS SUBJETIVAS**

Esta paisagem morta onde somente  
vão ruminando as cabras os seus dias,  
não ruminam em mim como lembrança  
mas como um sonho repetindo os dias.

O sonho desse tempo repetido  
para na luz que banha os dias mortos,  
e em mim de novo esta paisagem clara  
bem levemente vai-se recompondo.  
Neste céu de verão campeia nuvens.  
No descampado azul vai o silêncio  
os seus segredos ruminando em paz.

E como um sonho permanece o tempo  
em seu passado. Lento vai crescendo  
na paisagem das cabras um menino.

(Dobal, 2007)

### **5.1 Ambiente modificado e dinâmica entre povoados e assentamentos no contexto recente**

Novas dinâmicas territoriais são estabelecidas no contexto atual que envolve a construção da Nova Algodões. Novas relações são construídas a partir do ambiente modificado e de novas formas de apropriação e manejo da natureza. O contexto de articulação e mobilização política também se insere nessa dinâmica e configura importante elemento de uma estrutura que se processa. Trata-se do percurso e dos caminhos na busca pela (re)construção.

Passaram-se oito anos desde o rompimento de Algodões I. Algumas casas já foram construídas na área atingida, sobretudo nos povoados Cruzinha, Dom Bosco, Boíba e Angico Branco. As pessoas vão retomando suas vidas aos poucos, apesar das dificuldades impostas. Mesmo que o ambiente tenha sido modificado, as famílias ainda se orientam com

base em uma cartografia anterior ao desastre e, aos poucos, no dia a dia, reconstroem suas vidas.

De fato, as terras ficaram bastante danificadas na região dos povoados. Na pesquisa realizada em 2012, por exemplo, a retomada da produção agrícola se dava de forma crítica. Contudo, nas últimas visitas à região atingida, eu pude perceber muitas áreas de roça, como os cultivos de milho e feijão (Fotografia 38), além do cultivo de mandioca, que se destacava visualmente (Fotografia 39).

Fotografia 38 – Roça de milho plantada em consórcio com feijão no Povoado Boíba



Fonte: Captada pelo autor.

Fotografia 39 – Roça de mandioca no Povoado Angico Branco



Fonte: Captada pelo autor.

O percurso do Rio Piranji foi modificado. Apenas em alguns pontos esse rio retoma o curso normal, no qual ainda se acumula uma pequena quantidade de água. Uma sequência de poucas chuvas agravou a situação, e o rio voltou a secar nos períodos de seca. Entretanto, como ainda acumula água em alguns pontos, possibilita a manutenção de atividades tradicionais voltadas à criação. Assim, algumas famílias nos povoados continuam a criar seus “viventres” a “solta”, aproveitando a água do rio (Fotografia 40).

Fotografia 40 – Ponto onde o Rio Piranji retoma seu percurso normal e ainda acumula água



Fonte: Captada pelo autor.

Em uma de minhas últimas visitas à região, eu pude acompanhar Teófilo, do Povoado Boíba, de sua casa até a roça. Conhecido na região por trabalhar como técnico de enfermagem, Teófilo também é agricultor atingido e importante liderança na região dos povoados, além de membro da diretoria da Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas da Barragem Algodões (AVABA).

Na ocasião de minha visita, Teófilo estava em seu quintal cuidando de pequenas criações, enquanto sua esposa, D. Luz, debulhava feijão logo na entrada da casa. Aparentemente uma boa produção de feijão naquele ano (Fotografia 41).

Fotografia 41 – Aproveitamento familiar da produção de “feijão de moita” de Teófilo



Fonte: Captada pelo autor

Como em outras ocasiões, pudemos conversar bastante. Teófilo, desde minha pesquisa em 2012, tem sido um importante interlocutor e mediador entre mim e as famílias atingidas, além de ser uma pessoa com sensibilidade apurada para perceber a realidade nos povoados. O ano “[...] não foi muito bom para roça”, diz ele (Fotografia 42), “O milho não deu, o feijão só conseguiu colher alguma coisa, quem plantou o de moita, o ligeiro [...] que dá mais na [terra] plana”. “No morro, feijão de corda e milho não deu”, afirma ele, devido à ausência de chuvas.

Fotografia 42 – Teófilo em sua roça de milho<sup>114</sup>



Fonte: Captada pelo autor.

---

<sup>114</sup> Devido à ausência de chuvas no ano, o milho não vingou.

O Rio Piranji, inclusive, voltou a secar devido à sequência de estiagens. A água sempre foi um bem essencial para as famílias, sinônimo de riqueza na região no que se refere à realização das atividades tradicionais voltadas à agricultura e à criação, além do lazer para estas pessoas. Hoje, as famílias precisam conviver com a escassez desse bem, tanto nos povoados como nos assentamentos.

Trata-se de transformações territoriais significativas, que implicam também mudança na rotina diária. De fato, desde o rompimento da barragem, os anos seguintes foram de seca, sem uma regularidade de chuvas que propiciasse um bom desenvolvimento da agricultura nos povoados. Somando-se a isso, as terras danificadas agravam a situação e são inúmeros os relatos da perda de produtividade nas terras.

[...] o pessoal diz que lavou a terra, [...] porque que antigamente dava e agora não dá mais? Aí o pessoal diz: ora porque água veio e lavou a terra, [...] tirou vitamina da terra e acabou. [...] lá era um paraíso! [a terra hoje, em Angico Branco] não dá nada. [...] só a maniva e o feijão, [...] feijão muito pouco, [...] quando começa a brotar o feijão, [...] começa a morrer o feijão<sup>115</sup>.

Pelo que observei visualmente, a produção de mandioca parecia ter sido melhor do que das outras culturas cultivadas nos povoados. Entretanto, segundo Teófilo, a mandioca daria apenas para alimentação dos animais, não havendo excedentes. Esta ocorrência se seguiu nos últimos anos, o que representa uma perda acentuada na produção, tanto da mandioca como das demais culturas.

A redução na produção foi tamanha que afetou até mesmo o abastecimento do mercado de Cocal, no centro da cidade. As famílias que conseguem uma produção mais regular garantem apenas seus aprovisionamentos anuais. Assim, não há sobra para comercialização no mercado. A produção menor não dá conta da demanda, nem mesmo da demanda das próprias famílias atingidas nos povoados e assentamentos. Existe ainda uma tímida comercialização interna na própria região, complementada por algumas trocas, mas longe da intensidade anterior ao rompimento da barragem. Essa situação reflete diretamente na diminuição da renda das famílias, antes complementada com a comercialização dos excedentes no mercado de Cocal.

Nos povoados Algodões, Franco e Recanto, a situação é ainda mais crítica. Localizados mais próximos à parede da antiga barragem, tiveram as áreas no Vale com o maior nível de degradação, inclusive com a perda dos solos cultiváveis e de maior parte da

---

<sup>115</sup> Informação fornecida por D. Eva, da Agrovila I, Assentamento Boíba, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

vegetação. Antônio, que vivia em Franco e hoje reside no Assentamento Jacaré, fala sobre essa questão:

[...] o terreno dessas pessoas [...] ficava perto da barragem, a Rosário não tem terreno hoje, ela trabalhava com hortaliças, [...] e mesmo se produzir hoje é em cima do morro. [...] e ela não aguenta mais. Aí, os outros que tinham [...] que produziam [...], o terreno não presta mais de jeito nenhum. O Zé Cantino, o terreno não presta mais de jeito nenhum. A comadre Ana, se ela for lá para baixo para produzir, o terreno dela não presta mais de jeito nenhum. A D. Raimunda ali, que abandonou também, o terreno dela não presta mais para produzir de jeito nenhum. [...] onde vai prestar para produzir já é da Figueira para baixo. [...] eu estava produzindo no canto do terreno nosso, que ficou mais ou menos uns quatro hectares, uma terra mais ou menos boa. [...] Tem que ter sangue no olho<sup>116</sup>.

Devido a essa situação, os povoados Algodões e Recanto estão, hoje, totalmente desabitados. Existem relatos, inclusive, do aparecimento de animais selvagens, como a presença da onça-parda (*Puma concolor*), em áreas antes ocupadas por moradores<sup>117</sup>. Na área atingida de Franco, apenas duas famílias ainda residem. Apesar das dificuldades, alguns nativos desses povoados que vivem hoje em assentamentos ainda têm utilizado as terras para criação de animais devido à proximidade do rio; outros têm cultivado terras nas áreas de morro. De fato, na área atingida desses três povoados no Vale, a agricultura tornou-se quase impraticável<sup>118</sup>.

Em que pesem as dificuldades e o maior nível de degradação em algumas áreas nos povoados atingidos, de forma geral, pode-se perceber uma nova dinâmica, marcada pelo ir e vir constante entre assentamentos e povoados. A partir de uma nova relação com o ambiente modificado, os atingidos ainda mantêm relações com as antigas terras, apesar do deslocamento para regiões de assentamentos<sup>119</sup>.

Nesse trajeto, as famílias constroem novos sentidos para o cotidiano, no qual novos territórios vão sendo instituídos. D. Eva, de Angico Branco e que hoje reside na Agrovila I do Assentamento Boíba, fala dessa nova dinâmica territorial, diversa da anterior, na qual as terras para cultivo ficavam próximas à morada.

<sup>116</sup> Informação fornecida por Antônio, do Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>117</sup> No mapa etnográfico da página 67 (Mapa 6), é representado o aparecimento de animais selvagens em áreas antes ocupadas por moradores – especificamente entre o povoado Franco e o Recanto. A onça-parda também recebe as denominações de suçuarana, onça vermelha, ou mesmo “maçaroca”, entre as pessoas da região atingida. Vê-se também a presença de animais característicos da região, como veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*), mocó (*kerodon rupestres*), dentre outros.

<sup>118</sup> No mapa etnográfico da página 67 (Mapa 6), indica-se, a partir da observação direta e imagens de satélite, uma área de zoneamento com três níveis de degradação ambiental. O nível I, em vermelho intenso, representa a área com maior nível de degradação, que engloba os povoados Algodões, Franco e Recanto.

<sup>119</sup> Novos acessos foram construídos para facilitar essa movimentação, sobretudo no Assentamento Jacaré, com a abertura de estradas carroçáveis, de terra. No mapa etnográfico da página 67 (Mapa 6), também podem-se visualizar esses novos acessos.

[...] a gente vai de cavalo [para o trabalho nas antigas áreas], quando não vai de cavalo vai de moto. [...] aqui é do maior ao mais pequeno [...], tudo trabalha. [...] até porque nós, [...] a gente é pobre. [...] nove filhos, [...] e tudo me ajuda. Na hora que eu preciso, [...] eu chamo e os que podem me ajudam. Graças a Deus, porque triste de mim se não fossem eles [...]. Antes era melhor porque estava tudo ali perto, [...] as terras eram em cima da casa, [...] bem pertinho. Logo a gente não trabalhava só na beira do rio, [...] era bom. A gente plantava um ano, aí a gente colhia. Nos outros anos, podia usar do mesmo jeito que estava a mesma coisa, mas agora<sup>120</sup>.

O cotidiano é agora reorganizado a partir de uma dinâmica relacional entre assentamentos e povoados. Observa-se que, apesar de muitos residirem em assentamentos, ainda continuam a manter relações com as antigas áreas, sobretudo para manutenção das atividades tradicionais, como o trabalho da roça e a criação. Assim, o trabalho nos cultivos tradicionais é retomado, apesar das terras ainda danificadas (Fotografia 43).

Fotografia 43 – Área de roça de Seu Cesár, em Angico Branco<sup>121</sup>



Fonte: Captada pelo autor.

Os trabalhos com a pecuária, na criação de gado, e a pequena criação de “videntes” também têm sido retomados na região dos povoados, sobretudo entre as famílias que vivem no Assentamento Boíba devido à maior proximidade desse assentamento em relação aos demais povoados. Dessa forma, as atividades relacionadas à criação de animais

<sup>120</sup> Informação fornecida por D. Eva, Agrovila I, Assentamento Boíba, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

<sup>121</sup> Vivendo hoje na Agrovila II, do Assentamento Boíba, Seu Cesár ainda cultivava em suas antigas áreas. Na esperança de um bom inverno, ele já havia realizado a “broca” e o “cercamento” da terra, para plantar milho, feijão e mandioca.

ainda podem ser realizadas da maneira tradicional, “à solta” (Fotografia 44), aproveitando-se também das maiores áreas.

Fotografia 44 – Criação de “vivos” “à solta”, no Povoado Cruzinha



Fonte: Captada pelo autor.

Seu Tarcísio, do Povoado Cruzinha, é um dos poucos atingidos que resolveu reconstruir sua casa e retornar para fixar moradia no povoado, apesar de residir por um bom tempo no Assentamento Boíba, junto aos demais familiares. Entretanto, devido a dificuldades de várias ordens, esse retorno se tornou um ato de resistência, sobretudo no que toca à experiência de isolamento e à ausência de moradores próximos.

[...] a gente mora lá [Assentamento Boíba], e mora aqui [Cruzinha]. [...] a gente tem uma criaçãozinha aqui, [...]. Aqui é muito difícil pra gente, porque o pessoal não quer vir pra cá. [...] meus filhos não querem vir para cá, [...]. Eu convido para vim, [...] não querem vim não. [...] já estão começando outro ramo de vida, [...] tem vontade de vim não. [...] a seca, [...] a dificuldade, [...] porque aqui a água é difícil. Causa que, se não for um poço, nós tinha um olho d'água, mas secou [...] foi preciso cavar um poço tubular, [...] se não, [...] não funciona não. A gente fica com medo de ficar por aqui, só que lá [assentamento] é muito ruim pra gente ficar lá. [...] não serve para criar não, [...] não pode nem um pinto, não pode criar. [...] a gente se acostuma assim um pedaço [no assentamento]. A gente vai dia de sábado [...] dia de sábado a gente vai para lá [assentamento], aí tem a família, têm os filhos, a gente se junta tudo, mas quando vai chegando de meio dia para tarde, a gente já fica ansioso para voltar [casa em Cruzinha]. [...] uma vez por semana a gente dorme lá [Assentamento Boíba], mas o certo mesmo é aqui, a semana é aqui [Cruzinha]. [...] nós começamos aqui já tá com uns quatro anos, que nós estamos por aqui já. Isso aqui tudo foi plantado [árvores], repare que já estão grandinhos. Não tinha nada. Não tinha uma sombra, [...] nada, só tinha balseiro velho encostado. [...] aqui [no Povoado Cruzinha] tem mais um [morador] lá na frente, o Genésio lá longe. [...] o que é que a gente se queixa? Que se a gente morar perto do outro é ruim para umas coisas, e bom para outras. Na hora do aperreio, a pessoa adoecer, ou mesmo a gente confiar e gritar por um vizinho, por um amigo é bom. É bom por umas coisas e ruim

por outras. [...] aqui, [...] cada qual tinha seus terrenos [...] bem ali na frente é meu irmão, mais pra lá tem um primo meu, mais pra lá era outro primo meu, que ia para lá. Mais para lá era um irmão meu, e era assim [...] cada qual tem suas terras<sup>122</sup>.

No Assentamento Jacaré, alguns atingidos também continuam a manter relações com as antigas terras; entretanto, o movimento não é tão intenso como no Assentamento Boíba devido à maior distância em relação aos povoados. Seu João, por exemplo, segue essa dinâmica.

Trabalho aqui e trabalho lá. [...] eu fiz uma [roça] lá esse ano [terras em Recanto], mas nem terminei direito porque eu fui trabalhando nisso aqui [construção do alpendre de sua casa no assentamento], aí me atrapalhou [...] isso aqui deu um gasto que só vendo. [...] aí, eu achei muito caro para mim cuidar lá e cuidar disso daqui. Aí eu deixei lá de mão. Só deixei lá quase brocado, né?. [...] esse ano eu não plantei nada lá [Povoado Recanto], só cheguei mesmo a brocar o mato. [...] mas só eu, os daqui [Assentamento Jacaré] que vai fazer roça lá [povoados] é só eu, [...] esse compadre aqui Renan, e o irmão dele, só, os outros mais não<sup>123</sup>.

As famílias que vivem no Assentamento Jacaré são as que viviam mais próximas à parede da barragem. Suas terras foram as mais danificadas, sobretudo em áreas de Vale, do povoado Algodões, Franco e Recanto, onde o solo cultivável foi totalmente destruído e levado pelas águas. Assim, hoje, nestes povoados, é possível apenas o cultivo em morros.

É justamente nessa dinâmica, no processo de reconstrução e retomada, que novas vivências passam a ser experimentadas. Novos territórios e novas territorialidades vão sendo instituídos, inclusive num ir e vir que se processa entre assentamentos e as antigas terras nos povoados. Aos poucos, as pessoas começam a reestabelecer suas vidas, após o forte golpe à dinâmica tradicional.

Hoje, no contexto que envolve a construção da Nova Algodões, vivem uma espécie de momento fronteiroço, sobretudo no que se refere à construção de novos territórios que se processam entre assentamentos e povoados; no ir e vir, entre duas lógicas diametralmente distintas. A construção da Nova Algodões, além do processo judicial na busca por indenizações, implica mais tensões e incertezas, sobretudo no que toca à articulação política dos atingidos por meio da AVABA – contexto que também tem alimentado a possibilidade de retorno e retomada e por meio do qual as famílias visualizam o futuro mediante projetos.

---

<sup>122</sup> Informação fornecida por Seu Tarcísio, do Povoado Cruzinha, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>123</sup> Informação fornecida por Seu João, do Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

Trata-se de territórios construídos a partir da incógnita territorial futura. Territórios alimentados por forte carga simbólica, entrelaçados entre passado, presente e futuro. A Nova Algodões seria, então, a expressão material, a partir de uma demarcação simbólica. No tópico a seguir, expõe-se o processo de construção de um conceito operacional para o entendimento e apreensão desses territórios. Processo que se dá a partir da articulação empírica de minha experiência de campo, com o objeto de estudo desta tese.

## 5.2 Experiência de campo e construção de um conceito

A pesquisa de campo é carregada de elementos imprevisíveis, os quais tendem a instigar a percepção e/ou intuição no campo. Esta é acionada no desejo criativo de distanciamento dos quadros fechados de análise que impossibilitam o despertar que ultrapasse referências conceituais e metodológicas. Paradoxalmente, a intuição também está entrelaçada às mesmas referências teórico-metodológicas do pesquisador.

Nessa direção, por mais que estejamos carregados de referências teóricas e metodológicas acerca do objeto, o campo tende a argumentar na desconstrução de nossos pressupostos. Porém, o planejamento e a orientação teórico-metodológica ainda são condições fundamentais para um entendimento mais reflexivo do objeto de estudo. É justamente o jogo ofensivo entre o que temos de construções teóricas e metodológicas de um planejamento anterior ao campo em face às desconstruções agenciadas pela vivência no campo, o que alimenta a intuição e a percepção para uma análise mais compreensiva.

Nessa direção, foi justo em um momento inesperado que me veio um importante *insight* para a construção de um conceito em minha pesquisa. Trata-se do conceito de territórios de projeções simbólicas. Já fazia alguns dias de minha vivência no campo, na qual realizava observações e comparava discursos, no esforço interpretativo para o entendimento do contexto recente que envolve a construção de uma nova barragem em Algodões I, quando, num dia dedicado ao lazer na região, resolvi, na companhia de minha esposa e de dois amigos de Tianguá, aproveitar um banho de cachoeira na localidade de Pirapora – lá tive esse importante *insight*. A localidade de Pirapora fica na divisa entre Piauí e Ceará, situada perto da região dos povoados atingidos pela barragem Algodões.

Foi um dia, sobretudo, dedicado ao lazer em que pude, já de volta a Tianguá, à noite, organizar o primeiro esboço desse conceito para operacionalização de meu objeto. Um *insight* diretamente ligado ao meu campo, um conceito mais operacional, ainda sujeito a revisões e reelaborações.

A base dessa proposta se dá pelo fato de que – diante das situações de constantes deslocamentos e das perdas dos marcos de apoio que orientam e dão sentido à vida das pessoas, característica comum que se pode observar no contexto de povos que, a exemplo das vítimas de Algodões, têm passado por constantes processos de deslocamentos territoriais, muitas vezes agenciados pelo Estado no âmbito das chamadas políticas desenvolvimentistas – estas pessoas têm conseguido, de alguma forma, angariar forças de modo paradoxal, tendo em vista o forte golpe em seus rastros simbólicos de uma cartografia sentimental construída historicamente.

Assim, diante de novas configurações espaciais iminentes no contexto de construção da Nova Algodões e da disputa jurídica frente ao estado do Piauí pelas indenizações, novas cartografias territoriais são projetadas e imaginadas pelos atingidos. Desenhos mentais imaginados, elas resultam de uma vivência anterior ao desastre, em interconexão com o tempo presente. É um território projetado para o futuro, mas que tem sua base no passado recente, realimentado também pelas condições difíceis que os atingidos vivenciam hoje. Estes territórios de projeções simbólicas são o que alimentam e dão força para a luta diária, diante da desestabilização da ancoragem sentimental dos atingidos.

A noção de “viagem da volta”, utilizada por João Pacheco de Oliveira (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016), é essencial para o entendimento e a compreensão do conceito que proponho. Poderíamos refletir, em diálogo com essa noção, acerca da construção dos territórios de projeções como viagens simbólicas carregadas de sentido social, político e afetivo.

Assim, para o caso em estudo, os atingidos experienciam, na construção dos territórios de projeções simbólicas, uma espécie de “viagem da volta”, ao passado, anterior ao rompimento da barragem, no qual incide o presente e reflete o futuro. No processo, imagens são criadas. Trata-se de um desenho de território que flutua e carrega, em suas bases, memórias e sonhos. Sustentação simbólica que tem orientado o dia a dia dos atingidos para não afundarem totalmente nas águas.

A viagem, para Pacheco de Oliveira (2016, p. 214), “[...] é a anunciação, autorreflexiva, da experiência de um migrante”, perspectiva transposta para os versos do poeta piauiense Torquato Neto e do pernambucano Carlos Pinto: “Desde o começo que saí de casa/ trouxe a viagem da volta gravada na minha mão/ enterrada no umbigo/ dentro e fora assim comigo/ minha própria condução” (TORQUATO NETO; PINTO, 1973, faixa 20).

A “viagem da volta gravada na minha mão/enterrada no umbigo”. Aqui a expressão “enterrada no umbigo” constitui importante significação para a população

nordestina, um sentido bem particular, sobretudo em áreas rurais, onde ainda há o costume de as mães enterrarem o umbigo de seus filhos recém-nascidos para manutenção da ligação entre o indivíduo e a terra onde nasceu (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). Tal ato teria uma função mágica que aumentaria as chances de retorno do indivíduo à terra de origem, mesmo ao passar por períodos e experiências fora da terra natal. Nesse sentido, infere o autor o seguinte:

O que a figura poética sugere é uma poderosa conexão entre o sentimento de pertencimento étnico e um lugar de origem específico, onde o indivíduo e seus componentes mágicos se unem e se identificam com a própria terra, passando a integrar um destino comum. A relação entre a pessoa e o grupo étnico seria mediada pelo território, e a sua representação poderia remeter não só a uma recuperação mais primária da memória, mas também às imagens mais expressivas da *autoctonia* (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 215, grifo do autor).

Nessa direção, Pacheco de Oliveira (2016) expõe dois importantes sentidos da imagem figurativa de “viagem da volta”, que devem ser apreendidos de maneira inter-relacional e sem os quais a etnicidade não poderia ser pensada, pois seria algo próprio das identidades étnicas.

A etnicidade supõe, necessariamente, uma trajetória (que é histórica e determinada por múltiplos fatores) e uma origem (que é uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem a se acoplar). O que seria próprio das identidades étnicas é que, nelas, a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem; até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 215).

Portanto, a etnicidade decorre de conexões com a origem e da trajetória histórica dos indivíduos dentro de uma coletividade maior. É nesse sentido que Pacheco de Oliveira (2016) esclarece a escolha da imagem de “viagem da volta” e não de “viagem de volta”. “A viagem da volta não é um exercício nostálgico de retorno ao passado e desconectado do presente (por isso não é uma viagem de volta)” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 216).

Conforme esse autor, as viagens constituem um importante fator na própria constituição das sociedades. É isso que se verifica nos estudos mais recentes sobre o processo de emergência étnica de diversos grupos no Nordeste, sobretudo no que se refere a viagens de lideranças indígenas em busca de reconhecimento do grupo ao qual representavam.

Suas viagens às capitais do Nordeste e ao Rio de Janeiro para obter o reconhecimento do SPI e a demarcação de suas terras configuraram verdadeiras romarias políticas, que instituíram mecanismos de representação, constituíram alianças externas, elaboraram e divulgaram projetos de futuro, cristalizaram internamente os interesses dispersos, e fizeram nascer uma unidade política antes

inexistente. É preciso perceber que essas viagens só assumiram tal significação porque os líderes também atuaram em outra dimensão, realizando outras viagens, que foram peregrinações no sentido religioso, voltadas para a reafirmação de valores morais e de crenças fundamentais que fornecem as bases de possibilidade de uma existência coletiva. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 216-217).

Essa discussão é fundamental para o entendimento dos territórios de projeções simbólicas em Algodões I, pois, no processo de construção destes a partir de imagens projetadas para o futuro, eles carregam em suas bases elementos de uma trajetória histórica que remete desde o passado relacionado à origem nos povoados até a experiência mais recente em novos espaços, sobretudo na arena institucional e política vivenciada pelos atingidos desde o rompimento da barragem em 2009.

Pode-se dizer, assim, que os territórios de projeções simbólicas são viagens onde se processam e se sintetizam diferentes espaços-tempos de uma trajetória individual e coletiva na busca pela estabilização cultural e afetiva. No caso de Algodões I, a construção desses territórios para o futuro tem possibilitado o caminhar dos atingidos ante o forte impacto ao principal marco de apoio destes – a terra.

### **5.3 Dinâmica territorial futura: entre o lugar de morada e o lugar de trabalho**

O contexto atual que envolve a construção da Nova Algodões revela uma dinâmica territorial com forma e estrutura já bem perceptível para a população atingida. Uma dinâmica relacional entre assentamentos e povoados, na qual novos territórios vão sendo construídos. Passados oito anos desde o rompimento da barragem, observa-se que as famílias começam a se reorganizar nessa lógica.

Trata-se de um processo cuja morfologia é perceptível, porém inacabada, pois é preciso um trabalho ainda mais cuidadoso e artesanal para consolidação e acabamento final. Trabalho artesanal que pode ser pensado como a construção de territórios de projeções simbólicas, uma construção cuidadosa e detalhada, alimentada por sonhos e projetos. Assim, no contexto atual, a Nova Algodões interpela a materialização e a consolidação desse fim, que indica também recomeço e retomada de um tempo anterior – “materialidade” expressa simbolicamente por meio de uma dinâmica projetada para o futuro.

Tendo como base pesquisa de campo na região, pode-se apreender, portanto, a partir de narrativas, uma relação imbricada entre assentamentos e povoados, na qual os primeiros passam a assumir o sentido de “morada”; e os segundos, o sentido de “trabalho”. Ambos articulados dentro de uma lógica que ainda se processa na região. A possibilidade de

construção da Nova Algodões e a expectativa em torno das indenizações intensificam o processo e revelam a construção de territórios de projeções simbólicas.

Seu João, natural de Recanto e que vive hoje no Assentamento Jacaré, expressa essa dinâmica territorial construída para o futuro.

[...] se eles fizerem e quiser trabalhar, fica bom! [...] fica bom, Marcos, porque muita água vai trazer fartura, e fica melhor para chuva. [...] fica melhor para o inverno [...] porque de lá pra cá, teve um inverno melhor no ano de 2011, [...] devagarzinho. Nunca mais teve inverno para dar ao menos um milho. Esta aí um, bem aí, ó! Morrendo o milho. [...] se tiver água lá e tiver uma boa encanação, [...] a gente pode trabalhar, [...] fazer um plantio, certo? Porque a gente tem muita terra lá ainda boa de trabalhar. [...] morar lá não presta mais não, eu não penso mais não [...] para morar lá não, [...] já estou com a minha casinha aqui feita, [...] no que é meu certo? Aí eu não penso em morar lá mais não, só se for assim para trabalhar [...] fazer um plantio de alguma coisa, [...] onde tem água encanada com fartura é bom, não é? [...] Se eu receber a minha indenização, o meu plano é de fazer. [...] fazer assim um lugar pra eu sempre trabalhar, [...] e sempre me movimentar por lá [Povoado Recanto]. [...] eles falam [...] se fizer [Nova Algodões] vai ter irrigação d'água [...] mas eu, [...] eu não sei não, ninguém sabe se eles fazem ou não<sup>124</sup>.

Pode-se perceber que os projetos de futuro de Seu João estão diretamente ligados à construção da Nova Algodões e ao recebimento das indenizações. A construção da barragem representa a retomada das águas, conseqüentemente da produção em suas terras. Nos territórios construídos por este narrador, o assentamento continua a fazer parte do desenho no qual visualiza o futuro, consolidando um sentido de pertencimento relativo à morada; o retorno para as antigas terras também é imaginado, porém a partir de uma imagem na qual o povoado atingido passa a assumir uma função exclusiva, que se refere ao trabalho e à produção. As indenizações fazem parte desse processo, como uma espécie de subsídio material, juntamente com as expectativas em torno de uma infraestrutura de produção para a população – “[...] onde tem água encanada com fartura é bom”; “[...] vai ter irrigação d'água”. Apesar das incertezas e das dificuldades vivenciadas hoje – “mas eu, [...] eu não sei não, ninguém sabe se eles fazem ou não” –, o futuro é visualizado de forma concreta.

Antônio, que vivia em Franco, também constrói, em sua narrativa, territórios com o sentido relacional, entre “trabalho” e “morada”.

Rapaz, se fizer é bom. Eu vou até trabalhar lá [suas antigas terras, no Povoado Franco], morar não, mas trabalhar eu vou. Morar lá não. Já estou estruturado aqui [Assentamento Jacaré], certo? Sofrendo desde o começo, mas já estou. Trabalhar eu vou, mas morar não. [...] Eu gosto daqui, logo aqui meu canto é tranquilo [...]. Está iniciando já, não é? I [...] construção da barragem [...], construíram só o acampamento [alojamento dos trabalhadores para obra]. [...] se Deus quiser, se construir e se eu tiver permissão de trabalhar lá dentro, [...] Tanto tenho a terra, uma

<sup>124</sup> Informação fornecida por Seu João, do Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

área de terra boa, como eu tenho vontade de produzir. [...] Toda vida eu gostei de trabalhar com hortaliças, sou agricultor da roça, mas eu gosto muito de hortaliça. [...] minha terra vai ficar em torno de 1.500 metros de distância [da nova barragem], por aí assim. [...] [um possível canal para irrigação] tem até que passar ainda pelo terreno, aí boto uma bomba, não é? [...] eu sempre plantava lá em baixo [no Povoado Franco] era feijão e milho fora de época, [...] mesma coisa, que eu quero plantar. [...] lá não vou plantar hortaliças. Lá não. Vou plantar só aqui, porque não pode tá aqui e lá. Tem que tá aqui e tem que tá lá. Aí não dá não. [...] vai de acordo com as forças da gente. [...] se funcionar, [...] se funcionar mesmo, eu vou ficar plantando aqui só a metade. Vamos supor: aqui é bom para coentro. Lá já não é bom para coentro, dá um coentro mais sofrido, certo? Aqui é bom para tomate. Lá já não é bom, porque a terra tem um pouco de sal. [...] Meu serviço é esse. Não tem outro não, ou lá ou aqui, tem que trabalhar<sup>125</sup>.

A dinâmica imbricada entre assentamentos e povoados fica clara e evidente na imagem de futuro construída por esse narrador. A materialização da Nova Algodões também é o marco espaço-temporal de uma nova lógica territorial projetada para o futuro. Além das hortaliças, o cultivo tradicional de “feijão e milho” amplia o leque de possibilidades na imagem construída por Antônio. Entretanto, considerando a excepcionalidade da experiência de sucesso de Antônio no processo de retomada da produção de hortaliças no próprio Assentamento Jacaré, este assentamento assume, nas imagens de futuro, ambos os sentidos – o de morada e o de trabalho. Porém, a organização da produção e do trabalho agora é distribuída também com as antigas áreas no povoado, de acordo com as especificidades da terra para cada cultura ou cultivo.

De forma geral, são vários os relatos que indicam essa dinâmica entre assentamentos e povoados, sentidos de “trabalho” e sentidos de “morada”. Dinâmica já perceptível hoje, mas que se encaminha para consolidação, mediante imagens e projeções, individuais e coletivas.

Para morar não [antigas terras nos povoados], [...] lá da onde a gente saiu é para subir morro. [...] aquele tempo passou. Aquele tempo tudo passou [...] aqui, se a gente tirasse essa indenização, [...] eu penso em cercar o meu quintal. [...] o pessoal novo ainda vão [para as antigas áreas], eles não vão morar, mas vão trabalhar<sup>126</sup>.

Eu acho que algumas pessoas aqui, tirando a indenização, [...] realmente se sair, [...] eu acho que eles vão procurar fazer poço, tentar enfrentar mesmo, [...] tem algumas pessoas que, devido a não ter espaço no quintal, aí tem dificuldade [...] a água que vem [abastecimento proveniente de poço do poder público] não é suficiente que dê para suprir as necessidades de casa, e também cuidar de horta<sup>127</sup>.

<sup>125</sup> Informação fornecida por Antônio, do Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>126</sup> Informação fornecida por Seu Luís, do Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>127</sup> Informação fornecida por Lucas, do Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

Na primeira narrativa, Seu Luís, um dos mais velhos da região atingida, visualiza o futuro nos povoados também como lugar de trabalho, porém restrito apenas para os mais jovens. A retomada de vida nos povoados é tida como um tempo que passou; algo inalcançável, não mais possível de repetição – “[...] aquele tempo passou”, “[...] aquele tempo tudo passou”. As indenizações assim aparecem no desenho de suas imagens apenas como instrumento que possibilite a melhoria de sua casa, “[...] cercar o meu quintal”, no assentamento. Na segunda narrativa, Lucas indica o recebimento das indenizações como uma espécie de gatilho para melhoria da infraestrutura, como “[...] fazer poço”, além de um despertar para o enfrentamento coletivo diante das dificuldades de produção vivenciadas hoje nos assentamentos.

O conceito de territórios de projeções simbólicas nos ajuda a operacionalizar essa dinâmica territorial que se processa na região. Trata-se de uma ferramenta para apreensão das imagens construídas. Imagens de um futuro com ampla carga simbólica devido às experiências de perdas com o rompimento da barragem, além do contexto de deslocamento dos atingidos, o que implicou novas experiências coletivas. Assim, o vivido no passado, juntamente com as experiências mais recentes, também passam a atuar no processo de construção desses territórios.

#### **5.4 Territórios de projeções simbólicas: construção de imagens a partir de sonhos e devaneios**

A perspectiva do filósofo e poeta francês Gaston Bachelard sobre a noção de sonhos e devaneios constitui outro importante elemento da engrenagem para apreensão do conceito de territórios de projeções simbólicas. Na obra *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*, esse autor percorre o movimento da água enquanto um dos elementos materiais fundamentais que incidem e refletem nos desejos e sonhos da humanidade.

Na referida obra de Bachelard (1997), distingue-se dois tipos de imaginação: a imaginação formal e a imaginação material. A primeira é a que dá vida à causa formal, poder-se-ia caracterizá-la pelo caráter essencialmente abstrato; a segunda é a que dá vida à causa material, à natureza mais orgânica e de excitação da imaginação. Segundo esse autor, forças imaginantes atuam na nossa mente, no processo de construção dessas duas variedades ou linhas de criação.

As forças imaginantes da imaginação formal podem ser apreendidas como as que vivificam sempre uma primavera, na qual produzem flores. Estas forças encontram seu

impulso na novidade, na variedade e no acontecimento inesperado. Já as forças imaginantes da imaginação material são as que examinam e vasculham o fundo do ser; que almejam encontrar no ser, ao mesmo tempo, o primitivo e o eterno; dominar a época e a história. Em nós, e fora de nós, estas forças produzem germes, em que a forma está encravada numa substância (BACHELARD, 1997).

Tal diferenciação constitui a base central da crítica de Bachelard ao olhar científico-filosófico tradicional do Ocidente, que privilegia a causa formal em detrimento da material. A imaginação formal estaria fundamentada na visão dirigida, sobretudo no formalismo e na abstração. Essa imaginação encaminha a contemplação passiva, que considera o mundo um grande espetáculo, no qual o homem é apenas um simples observador (OSTERMANN, 1996). Inversamente, a imaginação material não é somente contemplativa, ela provém do contato com o mundo – mundo este formado pela combinação de quatro elementos materiais fundamentais, fontes primárias, em que as imagens do mundo instigam no homem uma intervenção ativa e modificadora (OSTERMANN, 1996).

É nessa direção que Bachelard (1997) destaca os quatro elementos materiais que inspiraram as cosmologias antigas e as filosofias tradicionais: o fogo, o ar, a água e a terra. Trata-se de arquétipos do inconsciente, a base material capaz de estruturar e formar todas as imagens expressas em nossos sonhos e devaneios.

De forma geral, os sonhos, ou devaneios, estão associados a um estado de “fantasia” do ser humano, ou mesmo de “loucura”. Contudo, para Bachelard (1997), devaneio é um ato consciente, de intervenção. Trata-se, em síntese, de uma imagem criadora. Assim, os quatro elementos primordiais são a essência material para a construção das imagens. Estes elementos moram no inconsciente e, confrontados com as experiências cotidianas, produzem imagens.

As diversas imaginações podem ser classificadas conforme se associem a quaisquer desses elementos específicos. Os sonhos e devaneios, por exemplo, são totalmente dependentes desses quatro elementos fundamentais; cada sonho e devaneio trabalha a partir de um elemento que o caracteriza. Nesse sentido, para Bachelard (1997), a imaginação material é a que domina sobre a imaginação formal, e não o contrário.

Apesar do domínio da imaginação material, é impossível separar o caráter relacional entre as forças imaginantes material e formal no processo de criação poética. Ambas atuam juntas.

O devaneio mais móvel, mais metamorfoseante, mais totalmente entregue às formas, guarda assim um lastro, uma densidade, uma lentidão, uma germinação. Em

compensação, toda obra poética que mergulha muito profundamente no germe do ser para encontrar a sólida constância e a bela monotonia da matéria, toda obra poética que adquire suas forças na ação vigilante de uma causa substancial deve, mesmo assim, florescer, adornar-se. (BACHELARD, 1997, p. 2).

Para apreensão da imaginação humana é necessário estudar a relação da causalidade material com a formal no âmago do processo criativo, sobretudo reconhecendo a base material na construção das imagens poéticas. “A imagem é uma planta que necessita de terra e de céu, de substância e de forma” (BACHELARD, 1997, p. 3).

Dessa forma, os quatro arquétipos materiais que atuam no inconsciente humano constituem condição essencial para construção da imaginação. Trata-se de matéria densa, alimento inesgotável do processo criativo, que ultrapassa a realidade.

A imaginação não é, como sugere a etimologia, a faculdade de formar imagens da realidade; é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que *cantam* a realidade. É uma faculdade de sobre-humanidade. Um homem é um homem na proporção em que é um super-homem. Deve-se definir um homem pelo conjunto das tendências que o impelem a ultrapassar a *humana condição*. [...] A imaginação inventa mais que coisas e dramas; inventa vida nova; abre olhos que têm novos tipos de visão. Verá se tiver “visões”. Terá visões se se educar com devaneios antes de educar-se com experiências, se as experiências vierem depois como provas de seus devaneios. (BACHELARD, 1997, p. 18, grifo do autor).

Nessa dinâmica, cada elemento material assume sentidos e certezas muitas vezes opostas. A água, por exemplo, é essencialmente ambivalente na construção de suas imagens. Em Algodões I, representa vida e também morte para os atingidos. Assim, na construção do conceito de territórios de projeções simbólicas que proponho para a presente tese, privilegio, no diálogo com Bachelard (1997), este elemento, pois configura expressão de forte carga simbólica para as famílias atingidas, inclusive em sua relação enquanto elemento primordial com a terra. Água e terra, uma mistura fecunda, que gera “vida”, “fatura”, “abundância”.

Ao examinar as imagens substanciais da água, pode-se inferir que se trata de um elemento mais constante que o fogo. Simboliza as forças humanas mais simples, mais escondidas. Adentrando suas imagens mais profundas, reconhecer-se-á, na substância da água, um tipo de intimidade e também um tipo de destino, um destino essencial que modifica constantemente a substância do ser. “O ser humano tem o destino da água que corre. A água é realmente o elemento transitório. É a metamorfose ontológica essencial entre o fogo e a terra. [...] Morre a cada minuto. [...] corre sempre [...] cai sempre” (BACHELARD, 1997, p. 7).

O título da obra de Bachelard (1997), *A água e os sonhos*, caracteriza bem o simbolismo das águas e a relação desse elemento com os devaneios da humanidade. A água é, fundamentalmente, a mais sonhadora dos elementos primordiais. “[...] as imagens da água,

nós a vivemos ainda, vivemo-las sinteticamente em sua complexidade primordial, dando-lhes muitas vezes a nossa adesão irracional” (BACHELARD, 1997, p. 8).

Conforme esse autor, no processo de criação de imagens, essa adesão ao “irracional” é psiquicamente tão útil quanto à função do real. Assim, a adesão ao irracional pode ser apreendida como a expressão de sonhos e devaneios, atividades conscientes e de intervenção da imaginação humana. A base de construção dessas imagens é material, sintetiza-se na substância, no que é inconscientemente orgânico.

O material pode ser apreendido também a partir do sentido e da noção de experiência humana – a terra natal ou o lugar de origem, por exemplo –, na qual construímos nossos devaneios. Nessa direção, expõe Bachelard (1997, p. 9) o seguinte: “Sonhando perto do rio, consagrei minha imaginação à água que enverdece os prados. Não posso sentar perto de um riacho sem cair num devaneio profundo, sem rever a minha ventura”.

Retomando o sentido do elemento água, está também dentre suas características a aptidão de mistura e a de compor-se com outros elementos, sobretudo com a terra, a combinação mais realista no sentido da matéria (BACHELARD, 1997). No processo de mistura, ou na construção de imagens, a água carrega todas as suas ambivalências, do bem e do mal, de vida e de morte, do desejo e do medo, porquanto “[...] uma matéria que a imaginação não pode fazer viver duplamente não pode desempenhar o papel psicológico de matéria original” (BACHELARD, 1997, p. 12-13).

Este simbolismo das águas constitui, portanto, inspiração criativa fundamental para o entendimento do conceito que proponho nesta tese, diretamente imbricado ao meu campo de pesquisa. O contexto recente, sobretudo o que envolve a construção da Nova Algodões, e a busca por indenizações têm alimentado os sonhos dos atingidos. O modelo de vida vivenciado anteriormente nos povoados constitui referência fundamental que suscita imagens de novos territórios. Territórios construídos em imagens, nas quais se projeta um futuro perseverado no presente.

A incógnita territorial futura referente às incertezas que envolvem a construção da nova barragem não impede a construção de imagens, mediante territórios de projeções simbólicas. Territórios que são inconscientemente materiais, principalmente simbólicos. Tornam-se, assim, possíveis de ser apreendidos por meio de narrativas que expressam imagens a partir de sonhos e devaneios.

D. Rosa, que vivia no Povoado Algodões, expressa bem a dinâmica de construção dos territórios de projeções simbólicas. Sua família já residiu em várias moradas, após o rompimento da barragem em 2009. Com dificuldades de adaptação, está hoje um pouco mais

estabelecida no Assentamento Jacaré. Contudo, as expectativas em torno da Nova Algodões têm alimentado o desejo de retorno ao antigo lugar, ainda que boa parte das terras cultiváveis do povoado fique submersa pelas águas<sup>128</sup>.

Eu espero que faça [nova barragem]. Eu sou a favor de construir. Mas que construa bem, para não acontecer o que aconteceu da outra, [barragem] certo?! Porque diz que o gato escaldado de água fria tem medo, [...]. Se fizer mesmo, de começar e terminar, o nosso plano é de voltar para os Algodão [Povoado Algodões] de novo. [...] e a gente nunca esqueceu de lá, né? Aí, mesmo que a nossa terra, a plana [área de terra plana], [...] vai ficar dentro d'água, ele [Francisco Mariano, seu esposo] disse que arruma um trator e quebra lá um morro, [...] que tem uma meia planinha, [área um pouco mais plana, no morro] e constrói de frente a barragem. [...] A nossa terra sobe a serra, aí tem umas planas. Tem um morro, tem uma planinha, [...] tem o morro para subir, para virar, certo?! Aí ele disse que se a plana não ficar de baixo d'água, ele constrói [uma casa] lá na plana. Se não tiver, desmancha o morro, arruma o trator e desmancha o morro. [...] Mas está tudo na nossa cabeça, quando nós estamos em casa só, nós faz muito plano. O pior é que nem ele dorme, e nem eu durmo. A gente é só falando, fala uma coisa, fala outra, mas só quem sabe é Deus, não é? A gente faz tanto plano, e Deus faz outro, do que a gente tinha de plano. Mas só, Marcos, que para nós mesmo, [...] é bom! A nossa terra, que nós planta, trabalha, vai ficar tudo de baixo d'água, porque é na plana, [...] Mas se a plana, lá, não ficar, a água não chegar até lá, a gente vai aproveitar muita coisa ainda. [...] Eu acho que o Francisco não vai nem esperar terminar [risos], o Francisco não vai nem esperar [risos]. Ele tá fazendo amizade com o encarregado [da obra]. E aí ele disse que na hora mesmo que disser assim: “começou mesmo de verdade”, ele disse que vai pedir para ele [o encarregado] dizer onde que vai ficar a altura da água, [...] para ele já começar. [...] Olha, eu, vezes, eu penso que o Francisco tem o juízo fraco. Quando ele bota uma coisa na cabeça, é difícil dele tirar, [...] quando tá só nós dois em casa, rapaz, ele fala tanta coisa, que às vezes eu digo: Francisco deixe de pensar. Aí ele: “não mais eu tenho que pensar e planejar logo!” Porque ele pensa muita coisa. [...] Agora, Marcos, eu te falo com toda sinceridade, a vontade que eu tenho de morar nos Algodão, [segundos de silêncio] eu tenho medo de chegar lá morta<sup>129</sup>.

As imagens construídas nessa narrativa representam o retorno para as antigas terras no Povoado Algodões. Esse caminho de volta é projetado em imagens, nas quais D. Rosa e Francisco Mariano, seu esposo, intervêm diretamente. Intervenção consciente, que envolve planejamento e impede até mesmo o sono do casal: “[...] nem ele dorme, e nem eu durmo”. “Perdidos” em devaneios, constroem territórios que representam a volta ao lugar de origem. Um desejo constante, indicado pela ansiedade do casal expressa na fala de D. Rosa. As informações sobre a altura e o caminho das águas da Nova Algodões demarca a construção do futuro, no qual as terras que sobem “a serra”, “no morro”, passam a ser uma alternativa de morada, tendo em vista as áreas de terra plana que serão atingidas.

<sup>128</sup> A Nova Algodões será construída a, aproximadamente, 1,5 km a jusante da antiga barragem. Assim, suas águas deverão atingir toda a área de Vale do Povoado Algodões.

<sup>129</sup> Informação fornecida por D. Rosa, do Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em junho de 2015.

Muitas pessoas com quem conversei pretendem “retomar” um passado caracterizado como “tempo de fartura”, de “abundância”, sobretudo relacionado à agricultura e ao acesso à água. A partir daí, constroem e visualizam a vida no futuro.

Para nós aqui é o seguinte: bom era antigamente, que a gente não pode dizer que era ruim, [...] era bom, estava tudo instalado, certo! Mas como já passou, [...] passou, [...] nós estamos na terra [...] é assim: como quem tem uma pessoa, quando leva um doente para o hospital, quer cuidar dele, [para] que ele fique bom, [...] nós temos aqui alguma boa esperança assim [...] que se fizerem uma parede dessa aí, vai ter uma boa estrutura, vai ter um plantio, irrigação. Pra gente que já está velho, pode não alcançar, mas os novos alcançam, certo? Pode ser que não alcança tudo, mas pode fazer no futuro um plantio, criar um animal. Eu sou a favor de fazer [construção da nova barragem]. Nós estamos pensando que fica bom, porque eles vão florestar a beira do rio, vão dar um enchimento, vão encher tudo! Vão planejar para florestar a terra de novo. [...] Se eles [agentes públicos] não fizer isso, nada disso presta, certo? Mas se ele fizer, e fizer uma irrigação e as comportas d’água para gente, já é muita coisa. [...] Eu penso, quando fizer, se fizer, eu quero fazer uma irrigação para o meu cercado, para fazer plantio. Fazer meu criatório de peixe, cuidar dos meus animais, eu penso isso. Mesmo que eu não alcance, mas meus filhos tomam de conta<sup>130</sup>.

Na fala de Seu Pedro, que ainda vive na área atingida do Povoado Franco, podemos perceber a retomada do passado como referência positiva e tempo demarcado, simbolicamente, como anterior à tragédia. A situação vivenciada no contexto atual, pós-rompimento, é comparada a uma pessoa doente que precisa de cuidados para retomar uma vida saudável. Faz parte das expectativas de retomada toda a reestruturação das terras na região, como a recuperação e o reflorestamento do rio, e não só a construção da barragem, da obra em si. Seu Pedro constrói, assim, territórios, a partir de projetos individuais, sobretudo voltados à agricultura irrigada e à criação de animais, onde o futuro é apresentado como um bem para sua descendência familiar.

Seu Tarcísio, que reconstruiu sua casa no Povoado Cruzinha, após viver por aproximadamente quatro anos na Agrovila I, do Assentamento Boíba, também traz uma narrativa semelhante.

[...] para quem é novo, não tem coisa melhor não. Agora pra mim, que já estou nessa idade [...], mas pra quem é novo [...], eu sonho demais. [...] rapaz, eu acho que na cabeça do homem, nunca deixa de fazer plano. Sempre a gente sonha em fazer as coisas, [...] porque eu queria ver minha família colher essas coisas boas. [...] estava acontecendo muita coisa boa depois desse Açude [açude que rompeu em 2009], [...] incentivando o pessoal a fazer as coisas, [...] fartura de tudo! Aí o pessoal, [...] um começa, aí o outro ver aquilo e diz: vou fazer também. Caba ver outro produzir manga, produzir laranja. [...] é tudo, aqui tá dando tudo. [...] quando nós tinha água da barragem. [...] a expectativa é que se tiver água de novo, [...] vai funcionar de novo. [...] se acontecer de ter água na região, [...] como antes tinha, era sucesso para

---

<sup>130</sup> Informação fornecida por Seu Pedro, do Povoado Franco, em entrevista concedida ao autor em junho de 2015.

todo mundo. [...] a gente tem terra que dá para tudo aqui. Dá para ficar, para não explorar, dá para plantar, [...] é muita terra<sup>131</sup>.

A narrativa de Seu Tarcísio também expressa projetos nos quais a família, sobretudo os filhos e entes mais jovens, apresenta-se como a grande beneficiária. Nesta construção territorial, o acesso à água é o marco espaço-temporal das imagens construídas para a “retomada” do passado e do futuro projetado a partir desse passado. A água também é expressão da melhoria de vida e da produção em um sentido coletivo, “[...] era sucesso para todo mundo”. Assim, as imagens de futuro encontram suas bases no vivido.

A água é a grande protagonista para os atingidos na construção dos territórios de projeções simbólicas. Ela é a responsável pela fecundidade da terra e pela retomada da produção nos povoados.

Ah, quando construir a barragem [...] eu vou fazer o mesmo que eu fazia lá, [...] mas melhor ainda, porque agora, se reconstruir a barragem, vou pedir para botar irrigação de água, [...] que eles prometeram que, quando fizesse a barragem, iriam fazer a irrigação d’água. [...] para as terras, para a gente fazer plantio, que dá tudo, [...] se tiver água dá tudo. [...] não está dando nada, [...] porque os invernos não ajudam<sup>132</sup>.

Uma obra desse tamanho [Nova Algodões], de qualquer maneira, a gente ganha com tudo! Ganha porque vai aumentar o turismo, a gente vai poder praticar agricultura com água, com abundância. Provavelmente vai ter um acompanhamento de técnico para ensinar, o manejo do solo. Nas nossas terras, [...] é até complicado, [...] a gente não sabe exatamente onde o nível da água vai passar. [...] se der para gente ficar mais próximo do açude, [...] porque no morro tem uma plana [área de terra plana], ou se só na parte de cima mesmo, [...] um pouco na assentada, em cima. Se caso der [...], para poder fazer umas casas, nessas assentadas, que tem no meio do morro, [...] muito bom! Vai ficar quase no nível da água. Se não, a gente vai ter que fazer na assentada, que fica um pouco distante. [...] Eu fecho o olho e vejo algumas coisas, mas eu acho que é muito sonho. [...] De acordo com o que a gente plantava que era na plana, [...] não vai dá [para praticar a agricultura], só se tiver acompanhamento técnico, porque só vai ficar o morro, a parte plana vai ficar debaixo d’água<sup>133</sup>.

A primeira narrativa expressa bem a imagem da água enquanto elemento responsável pela fartura da terra, o que implica a retomada das atividades desenvolvidas anteriormente. As imagens são construídas também com base nas promessas dos agentes públicos, no que se refere à infraestrutura de irrigação após a conclusão da obra.

Na segunda narrativa, o narrador constrói territórios nos quais a “abundância” de água possibilita o desenvolvimento de outras atividades de trabalho, como, por exemplo, atividades voltadas para o turismo. Projetos de assessoramento técnico especializado e a

<sup>131</sup> Informação fornecida por Seu Tarcísio, do povoado Cruzinha, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

<sup>132</sup> Informação fornecida por D. Eva, agrovila I, assentamento Boíba, em entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

<sup>133</sup> Informação fornecida por Heitor, do Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em junho de 2015.

consequente ampliação das atividades tradicionais voltadas à agricultura também fazem parte desse quadro imaginário, no qual o futuro é caracterizado por um caminho flexível, condicionado ao acesso e à localização da água em suas terras, após a obra. Trata-se, portanto, de imagens construídas em meio a possibilidades.

Teófilo, do Povoado Boíba, constrói um quadro geral a partir das expectativas individuais e coletivas que têm movimentado a região. Assim, pode-se apreender em sua narrativa uma síntese das imagens e dos territórios projetados. No processo, o presente e o passado são acionados, entrelaçados às imagens que Teófilo projeta para o futuro.

Nossa expectativa é de no futuro [...] porque todo mundo sabe que essa barragem foi muito útil [...] enquanto teve barragem, ela foi muito útil, certo? Plantação, água para os animais, irrigação, enfim, era uma grande riqueza esse lugar. [...] tá todo mundo pensando em reconstruir tudo o que tinha novamente, quando a barragem for reconstruída, e tiver o rio perene novamente, certo? Nosso rio aqui, você sabe, ele é temporário. Agora em tempo de seca, ele seca, [...] só no período das chuvas que ele tem água. Apesar dele ser um rio que pertence a dois estados [Piauí e Ceará], [...] é temporário. Com a construção da nova barragem, ele fica perene, [...] e onde se vai começar tudo de novo, com plantio e irrigação [...], ou seja, começar uma vida que foi parada, certo? Todo mundo parou esses seis anos, ou não sei quantos anos mais daqui para frente, todo mundo parou a vida, certo? Parou e se aponta para o outro lado, mas com a construção da nova barragem com certeza absoluta [...] vai todo mundo voltar o que era antes. Para trabalhar, plantar, irrigar, está entendendo? [...] A gente já começa, ou seja, o Estado planeja a construção, certo? E a gente começa a planejar. [...] A gente, a gente tem uma água no rio, porque aqui água tem pouca, certo? Para sobrevivência e tudo, mas você não tem água, digamos assim, para fazer irrigação, tá entendendo? Para irrigar pasto, [...] porque aqui muita gente usa para tarefas diferentes: uns irriga pasto, outro faz plantio, faz horta, enfim, cada um faz uma coisa diferente. Eu, sinceramente, aqui eu já estava pensando assim: aqui tem como eu irrigar meu terreno mesmo, tem como eu irrigar pela gravidade, ou seja, esse meu terreno aqui, essa parte mais próxima, é mais baixa do que o rio, lá. [...] Eu tenho como abrir um canal, colocar cano e jogar água para cá. Pela gravidade! Aqui no meio do cercado é baixo, lá é mais alto, certo, e o rio lá, tá mais baixo do que aqui também. [...] Quando tinha a outra barragem, eles soltavam um tanto xis d'água e o rio permanecia sempre aquela quantidade de água por todo o período da estiagem. [...] Aquela terra ali [área mais próxima da antiga barragem, nos povoados Algodões e Franco] mesmo com água é improdutivo! Ali, vai ser muitos anos para ela [terra] se recuperar. Agora eu também acredito que, com a construção da nova barragem, ali vai ficar um lugar mais úmido. A vegetação vai se recompor mais rápido, certo?! E também não vai ter tanta erosão, da água, ou seja, toda água vai cair da barragem, não vai ter aquela erosão carregando a matéria orgânica, certo? [...] Mas a gente acredita na reabertura do canal do rio, a gente acredita nisso! A gente não acredita só na construção de uma barragem, a gente acredita na reabertura do canal do rio. Porque hoje tem lugar que o rio tá desviado a mais de cinquenta metros, a mais de cem metros de onde ele passava antes, certo? [...] por isso que a gente acredita! No projeto, na época, na discussão do projeto da elaboração da nova barragem, a gente via tudo isso, [...]. A gente via o reflorestamento, meio ambiente, a reabertura do canal do rio, [...] hoje se o rio descer com água, se a gente tivesse um inverno, como o inverno que a gente teve em 2009, provavelmente toda essa área, mais próxima do leito do rio, ia ficar toda alagada, porque o canal do rio tá todo coberto de areia. Não existe canal do rio fixo! Temos a região do Franco, temos Recanto, Tabuleiro, temos Cruzinha, certo? [...] Gameleira, que é ali onde Seu Caboco mora. [...] Dom Bosco, [...] temos Angico Branco, todas essas áreas o rio perdeu [...], em muitos lugares, ele perdeu o seu percurso, [...] todas essas comunidades, [...] tá totalmente entupido o canal do rio [...] às vezes a gente deita, e

as pessoas acham que a gente não fica pensando no futuro [...], ou seja, é muito difícil você deitar um dia e não pensar no que aconteceu, e pensar como poderá ser daqui para frente<sup>134</sup>.

Apesar de muitos visualizarem o futuro como retomada de vida nos povoados e como um tempo de positivities, outros veem as possibilidades de retorno com pessimismo e tristeza, sobretudo os que perderam entes próximos.

[...] Faz medo é se fizer de novo [nova barragem] e explodir de novo. [...] vier para o Boíba, porque se tivesse quebrado, [...] aquela parede toda, [...] tinha atingindo o pessoal daqui todinho. [...] Em nome de Jesus, não vai acontecer mais! [...] aí, eu quero ficar por aqui mesmo [Assentamento Boíba]. Eu ainda não me acostumei não [...], para falar a verdade, eu preciso [...], mas ou se acostumando ou não, é daqui para o cemitério, [...] porque não tem para onde eu ir. Lá [terras no Povoado Angico Branco] está abandonado, não quero nem saber! Se meu espírito tiver vergonha, quando eu morrer, ele nem lá não vai. [...] não gosto não. Deus me defenda! Eu nem sonho, [...] Pode é chegar um aqui e dizer: “Lá tem muito dinheiro para você, você vai ser é rica, para mais nunca ser pobre”. Eu digo: “Fique lá com sua riqueza”. Agora, se chegar um, meio dia em ponto, no meio do sol quente, e disser assim: “A sua filha está lá, lhe esperando”. Eu vou de pé descalço, no calçamento, e pode ser até de joelho, se for preciso, [...] eu vou atrás, para mim ver minha filha”. [...] o que eu digo é que, por mim, não melhora nada não, para mim tanto faz como tanto fez, [...] eu não vou esperar mais nada bom daqui pra frente [...], porque ela [filha que morreu] não volta mais. [...] só penso no futuro mesmo, para meus filhos, que são novos, tem a família deles. Eu ainda corro atrás de alguma coisa, Marcos, por causa do meu filho aqui, que ele é precisado. Meu caboclo aí só tem as mãos para trabalhar, quando tem um dia de serviço para ele. Se eu não tivesse; que Deus defenda dessa hora! Se só fosse minha filha, eu não ia mais atrás de nada, [...] lavava minhas mãos. Mas eu tenho meu caboclo aí. Tá em começo de família. [...] trabalha aqui e acolá, quando tem um biquinho de serviço. [...] tá com a mulher buchuda [grávida]<sup>135</sup>.

Na narrativa de D. Aparecida, o pessimismo é evidente. A perda de vida da filha ainda é a marca maior; qualquer associação à barragem e às antigas terras representa morte, perda e risco. Ausência de positivities e possibilidades restritas caracterizam os territórios construídos em imagens, nos quais os filhos vivos são a única expressão possível de futuro.

Apesar do conformismo e aceitação dessa condição, também são construídas imagens que ultrapassam o mundo concreto, representadas pela rebeldia do espírito de D. Aparecida, em relação ao antigo lugar. “Se meu espírito tiver vergonha, quando eu morrer, ele nem lá [antigas terras] não vai”. A vida da filha representa a maior de todas as riquezas, e a única possibilidade de retorno estaria condicionada a um possível reencontro, visualizado em sua construção imaginária.

<sup>134</sup> Informação fornecida por Teófilo, do Povoado Boíba, em entrevista concedida ao autor em junho de 2015.

<sup>135</sup> Informação fornecida por D. Aparecida, Agrovila I, Assentamento Boíba, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

Seu Carlos, do Assentamento Jacaré, também expressa um pouco de pessimismo na narrativa a seguir, sobretudo devido às condições de saúde e à idade de entes familiares, o que dificultaria o retorno ao antigo lugar. Assim, seus projetos estão condicionados ao recebimento das indenizações, o que ainda representa esperança.

Eu e esse daqui, meu filho, não volta não [...] Eu não enxergo [...] ceguei também desse outro olho, e um velho desse daí [...] cristão como esse daí, e eu [...], a saúde não dá. [...] o desejo mesmo de todo mundo era que as indenizações saíssem para gente [...] investir lá [povoados] e investir aqui [assentamento], em alguma coisa. [...] a gente tem que investir em alguma coisa, meu filho. De qualquer maneira, se sair e fosse um dinheiro mais ou menos como dizem [...], a gente murava um cercado desse, a pessoa já estava com um criamento feito [...] porque lá em casa eu tenho um criamento de galinha, mas só para as motos matar e os carros. [...] se fosse murado não saía. A gente poderia fazer um canteiro também [...] para o consumo, e se der a gente vendia também na feira. [...] cebola, o coentro, o alface, o quiabo, que aqui também dá quiabo, [...] o tomate, até tomate dá nessas terras. [...] Já pensou se a gente fizesse aqui? Eles [consumidores da feira de Cocal] não compravam do pessoal da Serra [produtores da Serra da Ibiapaba], [...] os carros da serra trazem e vendem [...], aí eles vão vender na feira do mesmo preço que eles estão vendendo para os outros [atingidos que agora compram dos produtores da serra para revenda na feira de Cocal], aí mata a renda dos outros [...] não ganha nada. [...] meu sonho também é aumentar minha casa, que eu nunca pude aumentar e murar. Mas o que eu sei, [...] as conversas que rolam aí, [...] nós não vamos receber nada não<sup>136</sup>.

Nessa narrativa, o retorno às antigas terras no povoado representa algo inviável para Seu Carlos. Nos territórios construídos, o recebimento das indenizações constitui a melhor possibilidade de futuro, a mais concreta, e que tem alimentado as expectativas coletivas e individuais. Apesar da desconfiança e pessimismo quanto ao recebimento dessa compensação financeira, as indenizações representam investimentos para o desenvolvimento da produção e das atividades de criação. Esse contexto de melhoria estrutural seria um fator que possibilitaria o desenvolvimento da horticultura para o autoconsumo, além da produção de excedentes para comercialização no mercado local. As dificuldades vivenciadas no presente são base fundamental para construção desse quadro imaginário, sobretudo quando Seu Carlos trata da concorrência desleal com os produtores da serra e visualiza condições mais justas. Trata-se de imagens nas quais o futuro privilegia a continuidade do processo de retomada no próprio Assentamento Jacaré, com melhorias a partir das indenizações.

Em que pesem as especificidades de cada narrativa analisada, pode-se inferir, no sentido coletivo e mais amplo, que as imagens construídas para o futuro são alimentadas pelo desejo de reconstrução e retomada dos modos de vida tradicionais. Projetos nos quais a construção da Nova Algodões representa a demarcação mais simbólica, além da busca dos atingidos por indenizações que também têm intensificado essa dinâmica.

<sup>136</sup> Informação fornecida por Seu Carlos, do Assentamento Jacaré, em entrevista concedida ao autor em maio de 2016.

A água constitui expressão maior desse processo, símbolo do futuro que é projetado pelos atingidos – imagens que acionam os povoados do Vale, no passado, a partir de memórias; o tempo da “água em abundância”, tragicamente interrompido. Nessa direção, a água é, concomitantemente, vida e morte, expressão de riqueza e fartura da terra – simboliza perda e destruição.

No processo de construção de imagens, os territórios de projeções simbólicas adquirem características líquidas, fugidias, assim como a água. Em Algodões I, essas características evidenciam flexibilidade e adaptação ao contexto imposto às famílias atingidas. Trata-se de um percurso, o caminhar dos atingidos até aqui, no qual buscam constantemente “a volta”, a “retomada”.

Esse percurso pode ser imaginado como o caminho das águas pelo “curso de um rio” até a chegada a seus afluentes maiores. Durante essa viagem, a água passa por diversos lugares, trechos muitas vezes tortuosos, áreas monótonas, lentas, quedas d’água. Em algumas ocasiões, essa substância inicial que saiu da fonte, da nascente, precisa aumentar o seu volume para transpor barreiras, barramentos. No caminho, a água se mistura e agrega novos elementos à sua substância inicial.

Em Algodões I, por exemplo, o engajamento político passa a ser importante elemento de aquisição e encaixe à nova estrutura social que se processa no território. Assim, os territórios de projeções simbólicas podem ser pensados como viagens simbólicas que sintetizam todo esse percurso vivido, processo entre passado e presente, expresso em imagens de futuro – planos, sonhos e devaneios conscientes que refletem, refratam e fragmentam essas vivências; imagens que tem dado estabilidade e força, uma ancoragem simbólica para a reconstrução da estrutura social e psíquica fortemente abalada da população atingida.

É nessa direção que o conceito desenvolvido nesta tese, o de territórios de projeções simbólicas, adquire valor heurístico e operacional fundamental para o campo de pesquisa. No sentido mais amplo, configura também importante ferramenta, ou instrumento de análise, para apreensão e interpretação em diferentes contextos de estudo, sobretudo em pesquisas que envolvam análises de processos.

## 6 CONCLUSÃO

Na presente tese, apresentei os sentidos construídos pelos atingidos pelo rompimento da barragem Algodões I, sobretudo no que se refere ao processo de organização política em torno da AVABA, e as questões que envolvem a construção da Nova Algodões. A análise focalizou os agenciamentos recentes, nos quais apreendemos a dinâmica da ação política dos atingidos na busca por indenizações e o reconhecimento de direitos frente ao estado do Piauí.

Trata-se da etnografia de um processo, na qual o conflito, pensado na perspectiva dos conflitos socioambientais, configura uma questão central de análise, conforme Little (2006). Diante das novas configurações espaciais em curso e da incógnita territorial futura, a construção de uma nova barragem implica tensões, riscos e incertezas para as famílias atingidas.

Para entender o contexto atual, fez-se necessário um aprofundamento analítico sobre a constituição histórica da população atingida e do Território Algodões I. Territorialidades construídas historicamente no Vale do Piranji, a partir de uma diversidade de atividades e relações estabelecidas na região, sobretudo no período anterior ao rompimento, no qual o território é acionado em narrativas a partir da memória dos atingidos.

O território vivido emerge nas narrativas associado à fartura e à bonança na região dos povoados. Trata-se de uma diversidade de relações materiais e imateriais, que envolvem trocas e reciprocidades (MENEZES, 2007), porquanto esse tempo mostra-se como a base fundamental para o entendimento da configuração atual do território e das perspectivas de futuro para as famílias.

O rompimento da barragem em 2009 implica impactos socioambientais de grandes proporções, que devem perdurar por um longo tempo, sobretudo em relação à perda da terra, principal meio de vida e de trabalho para as famílias atingidas. Nesse contexto, o território é redesenhado, o que provoca o acirramento das relações sociais. Configura-se, assim, uma “crise ecológica”, que resulta em novas relações dos atingidos com o ambiente, no pós-desastre.

Tim Ingold (2000) enfatiza o caráter histórico do ambiente, pois nós o modificamos e também somos modificados por ele. Trata-se, segundo este autor, da “sinergia organismo-ambiente” estabelecida a partir da percepção e experiência, na qual a vida se revela (INGOLD, 2000). Em nosso estudo, verificou-se que os atingidos (re)constroem suas vidas a partir das relações estabelecidas com o ambiente agora modificado. Novas práticas ganham

significado a partir da percepção e experiência, principalmente nas regiões de assentamentos. Novos territórios são construídos nesse processo, o que gera novas formas de organização social e mudanças na relação com a natureza. Na presente tese, experiências individuais e coletivas demonstram essa dinâmica.

Novos elementos passam a fazer parte do cotidiano, como a mobilização política em torno da AVABA. A partir de interesses comuns dos atingidos, estabelece-se uma coletividade organizada na busca pelas indenizações e pelo reconhecimento de direitos frente ao estado do Piauí. No processo, observa-se também o aumento da articulação política da associação a partir de redes de solidariedade e cooperação, inclusive com a participação efetiva da AVABA na criação do Movimento Nacional dos Atingidos por Desastres Socioambientais (MONADES).

Entretanto, em que pese o envolvimento da entidade em questões políticas mais amplas, as demandas da associação estão centradas hoje na busca pelas indenizações e na participação das vítimas nos direcionamentos que envolvem a construção de uma nova barragem. A AVABA tem estabelecido assim relações com aliados diversos, de acordo com os interesses e as possibilidades de ação da entidade. O presidente da associação assume certo protagonismo na tomada de decisões.

Hoje, tanto a busca pelas indenizações como as perspectivas em torno da construção da Nova Algodões têm intensificado as transformações no Território Algodões I. Diante das incertezas, os atingidos constroem territórios nos quais visualizam o futuro. São territórios projetados para o futuro, mas que têm suas bases na experiência vivida; rastros simbólicos que orientam e dão sentido à vida para estas pessoas e que ainda podem ser visualizados no processo de construção do que eu denomino na presente tese de territórios de projeções simbólicas.

Trata-se de um conceito operacional. Uma ferramenta de análise para apreensão e entendimento da dinâmica territorial que se processa na região. Dessa forma, diante da desestabilização dos modos de vida tradicionais e do forte golpe nos rastros simbólicos das famílias atingidas, os territórios de projeções configuram (re)construções simbólicas que têm alimentado o ânimo dos atingidos diante das dificuldades vivenciadas.

Através da observação direta e da análise das narrativas, observei a construção de uma dinâmica territorial relacional que se processa entre assentamentos e povoados na região. Assim, novos territórios vão sendo instituídos. Os assentamentos passam a assumir o sentido de “morada”; e os povoados, o sentido de “trabalho”. Essa dinâmica apresenta uma estrutura

bem perceptível, que caminha para consolidação no processo de construção dos territórios de projeções simbólicas.

Possibilidades de retorno ao antigo lugar também são acionadas a partir da construção desses territórios, porquanto a Nova Algodões também interpela sentidos de recomeço e retomada para as pessoas. Isto marca simbolicamente a defesa de um território historicamente construído pelas famílias atingidas. A afirmação de Escobar (2005) ao enfrentar a problemática do lugar torna-se, inclusive, bem adequada para esse contexto, pois, apesar de alguns afirmarem a “ausência de lugar” como fator essencial da condição moderna, “condição generalizada de desenraizamento”, o fato é que

O lugar – como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa – continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez de todas. Existe um sentimento de pertencimento que é mais importante do que queremos admitir, o que faz com que se considere se a ideia de “regressar ao lugar” – para usar a expressão de Casey – ou a defesa do lugar como projeto – no caso de Dirlik – não são, afinal de contas, questões tão irrelevantes. (ESCOBAR, 2005, p. 134).

Portanto, no processo de construção dos territórios de projeções simbólicas, presente e passado se misturam. Para tanto, a base para o entendimento desse conceito surgiu de minha experiência de campo e de duas referências principais. A primeira refere-se à noção de “viagem da volta”, de João Pacheco de Oliveira (2016). Tal noção sugere forte conexão a um lugar de origem, além de uma trajetória histórica individual imbricada a uma coletividade. Nesse sentido, em Algodões I, os territórios de projeções também constituem elementos de uma trajetória histórica, desde a origem nos povoados até as experiências mais recentes, sobretudo na ação política dos atingidos na busca por direitos.

A segunda referência que fundamenta o conceito que desenvolvo nesta tese relaciona-se ao simbolismo das águas presente na noção de sonhos e devaneios de Gaston Bachelard (1997). Para este autor, o devaneio é um ato consciente, de intervenção criativa. No sentido de construção dos territórios de projeções simbólicas, imagens são acionadas a partir de sonhos e devaneios, nas quais o elemento água configura a expressão principal. Dessa forma, os territórios de projeções também assumem as características desse elemento, principalmente as características líquidas, de flexibilidade e adaptação ao contexto imposto aos atingidos.

Cabe destacar que o resultado desta tese advém de uma relação dialógica entre o pesquisador e os sujeitos investigados no contexto de pesquisa, como propõe Clifford (2008). Nossa interpretação, assim, não esgota outras possibilidades possíveis, pois tomo a

hermenêutica dos sentidos construídos como um processo. Como afirmam Spink e Lima (2000), circular e inacabado, sempre aberto a novas interpretações.

Infere-se também, desse contexto interpretativo, a necessidade de ampliação da pesquisa etnográfica, no sentido de comparar o presente estudo com outras experiências e possibilidades de pesquisa. A experiência dos atingidos da cidade de Mariana, em Minas Gerais, por exemplo, configura um exemplo recente, que implicou o deslocamento territorial de várias famílias<sup>137</sup>. Inclusive, julgo que o conceito de territórios de projeções simbólicas, ainda sujeito a revisões, poderá contribuir no sentido operacional, como importante ferramenta de análise para o entendimento de situações semelhantes, principalmente em estudos que envolvam a análise de um processo.

Apontando os limites deste estudo, ainda se faz necessária uma análise aprofundada que considere o contexto das famílias atingidas do município de Buriti dos Lopes, também atingido pelo rompimento de Algodões I, em 2009. Merece também uma análise mais rigorosa a dinâmica relativa à trajetória de todo o processo judicial dos atingidos na busca por indenizações e compensações frente ao estado do Piauí.

Depois de um longo percurso nos trâmites da Justiça, em abril de 2017, o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí homologou um acordo no qual o governo do estado do Piauí se comprometeu com o pagamento de R\$ 60 milhões referente às indenizações aos atingidos de Algodões I (BORGES, 2017). Considerado o maior acordo judicial da história do estado do Piauí, os termos da determinação estabelece o pagamento de trinta parcelas no valor de R\$ 2 milhões para as vítimas do rompimento da barragem. Os atingidos estão recebendo as parcelas desde abril de 2017. O governo do estado, pressionado constantemente pelos atingidos, vem honrando o pagamento desses valores, apesar de haver parcelas em atraso em alguns momentos.

Por fim, diante dos limites desta tese, estas são apenas algumas das questões que emergiram durante a pesquisa e exigem um maior aprofundamento em estudos posteriores, na busca por novas interpretações e outras abordagens sobre o tema. Reconheço, assim, que a presente tese não se encerra aqui, mas aponta para novos direcionamentos e outros caminhos de investigação.

---

<sup>137</sup> Ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem da mineradora Samarco, na cidade de Mariana, em Minas Gerais, configura o maior desastre ambiental do Brasil (SIQUEIRA *et al.*, 2017). Além das 19 vítimas fatais, a lama da barragem deixou um rastro de destruição ao longo do rio Doce, provocando, ainda, impactos socioambientais incalculáveis, com perdas irreversíveis (SIQUEIRA *et al.*, 2017).

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- AGUIAR, R. B. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de Cocal. *In*: AGUIAR, R. B.; GOMES, J. R. de C. (Org.). CPRM: serviço geológico do Brasil. Fortaleza: CPRM, 2004. p. 1-26.
- ALBUQUERQUE, F. J. B.; COELHO, J. A. P. M.; VASCONCELOS, T. C. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 81-88, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22384.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- ALBUQUERQUE, P. M. [**Chuveiro da comporta de vazão**]. 2007. 1 fotografia, color., 15 cm x 21 cm.
- ALGODÕES: STJ aprova prosseguimento de ação contra governador do Piauí. **Cidade Verde**, Teresina, 4 maio 2016. Disponível em: <<http://cidadeverde.com/noticias/219074/algodoes-stj-aprova-prosseguimento-de-acao-contra-governador-do-piaui>>. Acesso em: 25 mar. 2017.
- ALMEIDA, A. W. B. Uso comum nas regiões de colonização agrária. *In*: ALMEIDA, A. W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PNCSA; Universidade Federal do Maranhão, 2008. p. 142-158.
- ALMEIDA, M. W. B. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **Ruris**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 157-186, set. 2007.
- ÁLVARES, Débora; BRITO, Ricardo. Líder do PT no Senado é réu por homicídio culposo. **Estadão**, São Paulo, 4 fev. 2014a. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lider-do-pt-no-senado-e-reu-por-homicidio-culposo,1126580>>. Acesso em: 25 mar. 2017.
- ÁLVARES, Débora; BRITO, Ricardo. Líder do PT no Senado é réu por homicídio culposo. **Exame**, São Paulo, 4 fev. 2014b. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/lider-do-pt-no-senado-e-reu-por-homicidio-culposo/>>. Acesso em: 25 mar. 2017.
- APPOLINÁRIO, F. Coleta e tabulação de dados quantitativos: introdução à análise qualitativa de dados. *In*: APPOLINÁRIO, F. **Metodologia científica**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Thomson Learning, 2006. p. 133-184.
- ARAÚJO, R. N. **Os territórios, os modos de vida e as cosmologias dos indígenas Akwê-Xerente, e os impactos da UHE de Lajeado**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- ASSUNÇÃO, M. R. Balaiada e resistência camponesa no Maranhão (1838-1841). *In*: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e

diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo; Brasília, DF: NEAD, 2008. p. 171-197.

ATO na cidade de Teresina. Altura: 563 pixels. Largura: 397 pixels. 54,9 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.facebook.com/associacao.avaba?fref=ts>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

BACHELARD, G. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAINES, S. G. A usina hidrelétrica Balbina e o Programa Waimiri-Atroari: (des)articulação da etnicidade. *In*: RODRIGUES, L. C.; SILVA, I. B. P. (Org.). **Saberes locais, experiências transnacionais**: interfaces do fazer antropológico. Fortaleza: ABA Publicações, 2014. p. 207-217.

BAINES, S. G. As usinas hidrelétricas na Amazônia: o indigenismo empresarial e a insustentabilidade de grandes hidrelétricas em terras indígenas. *In*: ZHOURI, A. (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília, DF: ABA, 2012. p. 98-121.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Agroamigo**. Fortaleza, 2017. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/agroamigo>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BARRAGEM Algodões I. Altura: 558 pixels. Largura: 312 pixels. 37,2 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <<http://goo.gl/Bgskke>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

BECKER, H. S. Problemas de inferência e prova em observação participante: evidências do trabalho de campo. *In*: BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 47-99.

BELL, L. **O código das águas**. São Paulo: Global Editora, 1984.

BERMANN, C. Os projetos das megaobras hidrelétricas na Amazônia: sociedade e ambiente frente à ação governamental. *In*: ZHOURI, A. (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília, DF: ABA, 2012. p.66-97.

BERTEAUX, D. Acerca del relato de vida. *In*: BERTEAUX, D. **Los relatos de vida**: perspectiva etnossociológica. Barcelona: Bellaterra, 2005. p. 35-49.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

BITTENCOURT, Luciana. Algumas considerações sobre o uso da imagem na pesquisa antropológica. *In*: FELDMAN-BIANCO, Belas; LEITE, Mirian Moreira (Org.). **Desafios da imagem**: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papius, 1998. p. 197-212.

BORGES, I. Governo vai pagar R\$ 2 milhões mensais às vítimas de Algodões. **Portal O dia**, Teresina, 17 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.portalodia.com/noticias/politica/governo-vai-pagar-2-milhoes-mensais-as-vitimas-de-algodoes-296561.html>>. Acesso em: 20 maio 2017.

BOURDIEU, P. Compreender. *In*: BOURDIEU, P. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 693-732.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994. p. 46-81.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BRANDÃO, C. R. Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos, Joanópolis, São Paulo. *In*: NIEMEYER, A. M.; GODOI, E. P. (Org.). **Além dos territórios**. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 133-166.

BRANDÃO, C. R. O trabalho como festa: algumas imagens e palavras sobre o trabalho camponês acompanhado de canto e festa. *In*: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidades de campesinatos**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 39-54. v.1.

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 37-64, mar. 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto de 26 de novembro de 1996. Dispõe sobre a Área de Proteção Ambiental Serra da Ibiapaba, nos estados do Piauí e Ceará, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 nov. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/anterior%20a%202000/1996/dnn4781.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1996/dnn4781.htm)>. Acesso em: 13 set. 2017.

CARDOSO, F. P. Reconstrução de Algodões I gera polêmica entre moradores e governo. **O Dia**, Teresina, p. 7, 9 ago. 2012.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Quem somos e histórico**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

CAVALCANTE, E. S. **Atuação da Defesa Civil nos estados brasileiros**: rompimento da Barragem Algodões – Cocal (PI). 2009. Monografia (Especialização em Administração Pública). Centro de Ensino Superior Vale do Parnaíba, Teresina, 2009.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. *In*: CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. p. 17-58.

COLOMBO, E. Descrever o social – a arte de escrever a pesquisa empírica. *In*: MELUCI, A. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 265-288.

COORDENAÇÃO do Monades. Altura: 567 pixels. Largura: 354 pixels. 35,9 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.facebook.com/associacao.avaba?fref=ts>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

COSTA, R. H. **Gaúchos no Nordeste**: modernidade, (des)territorialização e identidade. 1995. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

COSTA, R. H. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CUCHE, D. Cultura e identidade. *In*: CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 175-202.

CUNHA, E. **Os sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

CUNHA, R. M. [**Ayrton na Marcha dos Povos**]. 2012. 1 fotografia, color., 15 cm x 21 cm.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Ficha técnica**. Açude Algodões I. Características básicas. Fortaleza, 2009. Disponível em: <[http://www.dnocs.gov.br/php/canais/recursos\\_hidricos/fic\\_tec\\_reservatorio.php?codigo\\_reservatorio=86&descricao\\_reservatorio=A%E7ude+Algod%F4es+I](http://www.dnocs.gov.br/php/canais/recursos_hidricos/fic_tec_reservatorio.php?codigo_reservatorio=86&descricao_reservatorio=A%E7ude+Algod%F4es+I)>. Acesso em: 22 jun. 2017.

DIAS, C. M. M. **Balaios e bem-te-vis**: a guerrilha sertaneja. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

DOBAL, H. **Poesia reunida**. Teresina: Plug, 2007.

ENTRADA para o Ginásio Poliesportivo Governador Mão Santa. Altura: 526 pixels. Largura: 350 pixels. 34,7 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.facebook.com/associacao.avaba?fref=ts>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 133-168.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. *In*: GUIMARÃES, A. Z. (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p. 77-86.

GARCIA JÚNIOR, A. R.; HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. *In*: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.) **Diversidades de campesinatos**: expressões e categorias: estratégias de reprodução social. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 213-243. v. 2.

- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 64-89.
- GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. *In*: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. p. 13-41.
- GIDDENS, A. **Mundo em descontrol**e. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. *In*: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia nas sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 227-267.
- GODOLPHIM, N. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 161-185, jul./set. 1995.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GONÇALVES, J. C.; MARCUEZINE, V; VALENCIO, N. Colapso de barragens: aspectos sociopolíticos da gestão dos desastres no Brasil. *In*: VALENCIO, N; SIENA, M; MARQUEZINE, V; GONÇALVES, J. C. (Org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos, SP: RiMA Editora, 2009. p. 160-175.
- INGOLD, T. Culture, nature, environment: steps to an ecology of life. *In*: INGOLD, T. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000. p. 1-12.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades**: Cocal (PI), dados básicos. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <[http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=220270&search=piau|cocal|infograficos:-dados-gerais-do-município](http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=220270&search=piau%C3%AD|cocal|infograficos:-dados-gerais-do-munic%C3%ADpio)>. Acesso em: 14 mar. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Sistema informatizado de licenciamento ambiental federal**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento>>. Acesso em: 14 mar. 2017.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ. **Projeto básico**: barragem Nova Algodões, rio Piranji, município de Cocal (PI). Teresina, 2011.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: 34, 1994.
- LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-113, 2006.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, DF, n. 322, p. 1-38, 2002.

MAGALHÃES, A. C; MAGALHÃES, S. B. Um canto fúnebre em Altamira: os povos indígenas e alguns dos primeiros efeitos da barragem de Belo Monte. *In*: ZHOURI, A. (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília, DF: ABA, 2012. p. 18-44.

MANIFESTAÇÃO dos atingidos. Altura: 505 pixels. Largura: 350 pixels. 32,7 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.portallaz.com.br>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDES, F. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MENDES, J. M. O. O desafio das identidades. *In*: SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 503-540.

MENEGAT, A. S. Agrovilas rurais: a negociação do espaço e a gestação da recusa. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2005, Presidente Prudente, SP. **Anais...** Presidente Prudente, SP: Unesp, 2005. p. 1-10. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Alzira%20Salette%20Menegat.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

MENEGON, V. M. Por que jogar conversa fora?: pesquisando no cotidiano. *In*: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 215-242.

MENEZES, M. A. **Reciprocidade e campesinato**. Campina Grande: [s.n.], 2007.

MILLS, C. W. Sobre o artesanato intelectual. *In*: MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p. 21-58.

MITCHELL, J. C. A questão da quantificação na antropologia social. *In*: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia nas sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global, 1987. p. 77-124.

MOMENTO da execução do hino do estado do Piauí. Altura: 537 pixels. Largura: 342 pixels. 42,8 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DeputadoMarden/photos/pcb.733364916803431/733364470136809/?type=3&theater>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

MORAES, M. D. C. **Memórias de um sertão desencantado**: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MORAES, M. D. C. Ruralidades, campesinato, novo nominalismo: trilhas de um debate sobre o “rural” contemporâneo. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 28., 2011, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2011.

MORAES, M. D. C. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses do sudoeste piauiense. *In*: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARINA, R. A. (Org.). **Diversidade de campesinatos**: expressões e categorias: estratégias de reprodução social. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 131-162. v. 2.

MOVIMENTAÇÃO dos atingidos. Altura: 567 pixels. Largura: 349 pixels. 41,1 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.facebook.com/associacao.avaba?fref=ts>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

MOVIMENTO NACIONAL DE AFETADOS POR DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS. **Cartilha de Formação do MONADES**: reconstrução da vida com os afetados por desastres socioambientais. Brasília, DF, 2015.

MUSEU NACIONAL DO MAR. **Sala do Maranhão**. 2016. Disponível em: <<http://www.museunacionaldomar.com.br/estrutura/maranhao.htm>>. Acesso em: 7 abr. 2016.

NASCIMENTO, M. A. G. Entre o espaço projetado e o espaço vivido: indicadores de um arranjo espacial na geografia da Nova Jaguaribara. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**, Sobral, v. 6-7, n. 1, p. 153-166, 2005.

NOSSA história. **Obra Kolping do Brasil**, Osasco, SP, 2016. Disponível em: <<http://www.kolping.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados?” *In*: OLIVEIRA, J. P. **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999. p. 11-39.

OLIVEIRA, M. V. P. **Algodões I**: um drama social: povos e territórios do Açude/Barragem Algodões I, em Cocal, no Piauí: processos, atores, narrativas. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

OLIVEIRA, R. C. Identidade étnica e a moral do reconhecimento. *In*: OLIVEIRA, R. C. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo; Brasília, DF: Paralelo 15, 2006. p. 19-58.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. Brasília, DF: Paralelo Quinze; São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1998.

OLIVEIRA, R. C. L. Pesquisa em *versus* pesquisa com seres humanos. *In*: VICTORA, C. *et al.* (Org.). **Antropologia e ética**: o debate atual no Brasil. Niterói: EDUFF, 2004. p. 33-44.

OLIVEIRA, R. C. **Viagem ao território Terena**: os diários e suas margens. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002. p. 23-51.

OSTERMANN, E. A. Imagem urbana: percepção e devaneio. *In*: MACHADO, D. B. P.; VASCONCELOS, E. M. de (Org.). **Cidade e imaginação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. p. 157-164.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *In*: PACHECO DE OLIVEIRA, J. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. p.193-228.

PASSOS, J. A. **Cocal**. Parnaíba: [s. n.], 2007.

PEREIRA, D. B; PENIDO, M. de O. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social. *In*: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. p. 250-275.

PIAUI. Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Decreto legislativo nº 5, de 20 de abril de 2010. Concede título de cidadão piauiense a Corcino Medeiros dos Santos. **Diário da Assembleia**, Poder Legislativo, Teresina, 20 abr. 2010.

PIAUI. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **SEMAR realiza audiência pública sobre a construção da Barragem Nova Algodões**. Teresina, 2013. Disponível em: <[www.semar.pi.gov.br/noticia.php?id=2367](http://www.semar.pi.gov.br/noticia.php?id=2367)>. Acesso em: 15 jul. 2017.

PRAÇA, L. B. **Anthonomus grandis Boheman, 1843**: coleoptera: Curculionidae. Brasília, DF: Embrapa, 2007. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/doc216.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PRIMEIRA audiência pública. Altura: 531 pixels. Largura: 347 pixels. 358 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.facebook.com/associacao.avaba?fref=ts>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

RÊGO, J. M. A. N. **Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v.1, n.1, p. 7-15, jan./jun. 2008.

RODRIGUES, L. C. **Rituais na universidade**: uma etnografia na Unicamp. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

RODRIGUES, L. C.; ORTOLAN, M. H.; GONÇALVES, A. L. Antropologia e políticas públicas: dos encontros históricos ao diálogo teórico-metodológico. *In*: RODRIGUES, L. C.; SILVA, I. B. P. (Org.). **Saberes locais, experiências transnacionais**: interfaces do fazer antropológico. Fortaleza: ABA Publicações, 2014. p. 219-250.

ROSALDO, R. Desde la puerta de la tienda de campaña: el investigador de campo y el inquisidor. *In*: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (Org.). **Retóricas de la antropología**. Madrid: Júcar Universidad, 1991. p. 123-150.

ROTHMAN, F. D. A expansão dos projetos de barragens e mineração na zona da mata: articulando as lutas de resistência a favor da agricultura familiar. *In*: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. p. 360-380.

SANTOS, B. S. Os desafios das ciências sociais hoje. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.flacso.org.br/portal/pdf/pensamentocritico/xcadernopenpensamentocritico.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2013.

SANTOS, C. M. **Currículo Lattes**. Brasília, DF: CNPq, 2006. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1472804598612290>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

SCOTT, P. Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco. *In*: ZHOURI, A. (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília, DF: ABA, 2012. p. 122-146.

SEGUNDA audiência pública. Altura: 549 pixels. Largura: 322 pixels. 35,8 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <<http://portalalertaburiti.blogspot.com.br/2013/06/audiencia-publica.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 2, n. 26, p. 41-80, 1980.

SILVERMAN, D. Etnografia e observação. *In*: SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. Porto alegre: Artmed, 2009. p. 70-106.

SIQUEIRA, A. *et al.* Meio ambiente, política e economia: uma difícil equação. *In*: CALDAS, G. (Org.). **Vozes e silenciamentos em Mariana**: crime ou desastre ambiental? Campinas, SP: UNICAMP, 2017. p. 15-48.

SOARES, L. L. **E agora José?**: lutas dos atingidos e intervenção do Estado após o rompimento da barragem Algodões I. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

SORIANO, E.; VALENCIO, N. Riscos, incertezas e desastres associados às barragens: os riscos referentes a Itaipu Binacional. *In*: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINE, V.; GONÇALVES, J. C. (Org.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos, SP: RiMA Editora, 2009. p. 146-159.

SPINK, M. J. P.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. *In*: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 93-122.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. especial, p. 70-77, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=s0102-71822008000400010>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

TORQUATO NETO; PINTO, Carlos. Todo dia é dia D. Intérprete: Gilberto Gil. *In*: GIL, Gilberto. **Cidade do Salvador**. Rio de Janeiro: Universal, 1973. 1 disco sonoro, 33 1/3 rpm, estéreo. Faixa 20.

VALENCIO, N. Vivência de um desastre: uma análise sociológica das dimensões políticas e psicossociais envolvidas no colapso de barragens. *In*: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINE, V.; GONÇALVES, J. C. (Org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos, SP: RiMA Editora, 2009. p. 176-196.

VELSEN, J. V. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. *In*: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 345-374.

VERAS, Wenddel. Prévia de audiência pública debate construção da Barragem Nova Algodões, Cocal Piauí. **Meio Norte**, Teresina, p. 1, 10 maio 2013. Disponível em: <<https://www.meionorte.com/cidades/pi/cocal/previa-de-audiencia-publica-debate-construcao-da-barragem-nova-algodoes-cocal-piaui-251014>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

VIANA, R. M. **Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá**. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

VINCENT, J. A sociedade agrária como fluxo: processos de desenvolvimento passados e presentes. *In*: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 375-402.

VÍTIMAS, com faixa de protesto. Altura: 525 pixels. Largura: 350 pixels. 40,2 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DeputadoMarden/photos/pcb.733364916803431/733364470136809/?type=3&theate>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

VÍTIMAS da barragem de Algodões proíbem construção de Algodões II. **TV Verdes Campos Sat**, Teresina, 25 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.tvverdescampossat.com/noticias/vitimas-da-barragem-de-algodoes-proibem-construcao-de-algodoes-ii-25355.html>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

WEBER, M. Conceitos sociológicos fundamentais. *In*: WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1993. v. 2. p. 339-429.

WHITAKER, D. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? *In*: WHITAKER, D. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à margem, 2002a. p. 115-120.

WHITAKER, D. *et al.* A questão do registro e da memória do pesquisador. *In*: WHITAKER, D. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à margem, 2002b. p. 121-168.

WOLF, E. A formação da nação: um ensaio de formulação. *In*: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder**: contribuições de Eric Wolf. Brasília, DF: Universidade de Brasília; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 199-219.

WOLF, E. **Guerras camponesas no século XX**. São Paulo: Global, 1984.

WOORTMANN, E. Teorias do campesinato. *In*: WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1995. p. 30-66.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *In*: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Anuário antropológico 87**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1990. p. 11-73.

ZHOURI, A. Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia. *In*: ZHOURI, A. (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília, DF: ABA, 2012. p. 45-65.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. *In*: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. p. 439-462.